

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA EM PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

LUCIA DOS SANTOS GARCIA

**O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO EM TEMPOS DE
PLATAFORMIZAÇÃO:
CONTEXTO E DIMENSIONAMENTO DO TRABALHO CYBER-COORDENADO
POR PLATAFORMAS DIGITAIS**

PORTO ALEGRE

2021

LUCIA DOS SANTOS GARCIA

**O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO EM TEMPOS DE
PLATAFORMIZAÇÃO:
CONTEXTO E DIMENSIONAMENTO DO TRABALHO CYBER-COORDENADO
POR PLATAFORMAS DIGITAIS**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia, modalidade profissional, área de concentração: Economia do Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Cássio da Silva Calvete

PORTO ALEGRE

2021

CIP - Catalogação na Publicação

Garcia, Lucia dos Santos

O mercado de trabalho brasileiro em tempos de
plataformização: contexto e dimensionamento do
trabalho cyber-coordenado por plataformas digitais /
Lucia dos Santos Garcia. -- 2021.

147 f.

Orientador: Cássio da Silva Calvete.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,
Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre,
BR-RS, 2021.

1. Mercado de trabalho digital. 2. Economia de
plataforma. 3. Uberização. 4. Trabalho gig. 5.
Estatísticas do trabalho. I. Calvete, Cássio da Silva,
orient. II. Título.

LUCIA DOS SANTOS GARCIA

**O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO EM TEMPOS DE
PLATAFORMIZAÇÃO: CONTEXTO E DIMENSIONAMENTO DO TRABALHO
CYBER-COORDENADO POR PLATAFORMAS DIGITAIS**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia, modalidade profissional, área de concentração: Economia do Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Cássio da Silva Calvete

Aprovada em: Porto Alegre, ____ de ____ de 2020.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Cássio da Silva Calvete

UFRGS

Prof. Dr. Wilson Aparecido Costa de Amorim

USP

Prof. Dr. Daniel Viana Abs da Cruz

UFRGS

Este trabalho é dedicado a três mulheres
fundamentais:

Maria dos Santos Garcia: a forte das lutas
mais difíceis e duras, do dia-a-dia; àquela que
resistiu às experiências reais, o quanto pode;

Marise Borém Pimenta: a sábia e
generosa, que nos legou conhecimento,
compromisso e rigor com a pesquisa das
condições de vida dos trabalhadores brasileiros.

Vitória Garcia Maia: a que já habita o
futuro, que nos levará na esperança e vontade de
transformar o mundo.

AGRADECIMENTOS

O ciclo concluído com este trabalho se deve a nova perspectiva sobre a formação continuada assumida pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e seu Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE). A modalidade de ensino e titulação que ousa articular o conhecimento acadêmico com o adquirido em itinerários profissionais ainda é uma fronteira em desenvolvimento, que, naturalmente, enfrenta resistências para gerar seu próprio espaço. Com satisfação, guardarei na memória a oportunidade de ter participado de um pequeno trecho dessa trajetória, em que a UFRGS amplia seu papel na comunidade e aprofunda seu sentido público. Neste reconhecimento, sobretudo, ressalto a importância dos timoneiros desse projeto na Faculdade de Ciências Econômicas - FCE/UFRGS.

Assim, direciono minha gratidão à inteligência inquieta do Professor Fabian Domingues, que a vida deu a sorte de eu encontrar. Igualmente sou grata aos dedicados docentes do curso, destacando a generosa partilha de conhecimento oferecida pela Professora Rosa Chieza e Professor Glaison Augusto Guerrero. Professores, em seu ofício de encantar!

Dedico um especial e carinhoso agradecimento ao Professor Dr. Cássio Calvete, que, de forma paciente e companheira, tornou este trabalho possível. A travessia desse ano pandêmico e o impacto gerado sobre volume e intensidade de trabalho certamente acarretariam na desistência desta conclusão não fossem a presença e apoio de meu orientador.

Deixo registrada a alegria com o acolhimento e aprendizagem proporcionados pelos e pelas colegas e pesquisadores que integram o Núcleo de Economia Feminista (NECOFEM), na FCE/UFRGS, e o Grupo de Pesquisa em Contextos Digitais e Desenvolvimento Humano na Escola de Administração/UFRGS. Nesta breve passagem, estas experiências plantaram esperança e perspectiva, fundamentais para os dias que correm.

Direciono profundos agradecimentos ao colega de DIEESE e companheiro em diversas empreitadas Edgard Fusaro, grande estatístico, conselheiro dos métodos estatísticos e com quem diviso os conhecimentos em bases de dados.

E, por fim, agradeço ao DIEESE, por ser um espaço de atuação e aprendizado no trato das questões do mercado de trabalho e condições de vida dos trabalhadores

brasileiros, portanto, um motor permanente da reflexão voltada à luta. Ao cabo, estar no lugar certo para entender as coisas que precisamos mudar, faz toda a diferença!

A Novidade

A novidade veio dar à praia
Na qualidade rara de sereia
Metade o busto
D'uma deusa Maia
Metade um grande
Rabo de baleia

A novidade era o máximo
Do paradoxo
Estendido na areia
Alguns a desejar
Seus beijos de deusa
Outros a desejar
Seu rabo pra ceia...

Oh! Mundo tão desigual
Tudo é tão desigual
De um lado esse carnaval
De outro a fome total

E a novidade que seria um sonho
O milagre risonho da sereia
Virava um pesadelo tão medonho
Ali naquela praia
Ali na areia...

A novidade era a guerra
Entre o feliz poeta
E o esfomeado
Estraçalhando
Uma sereia bonita
Despedaçando o sonho
Pra cada lado....

Gilberto Gil

RESUMO

O estudo apresenta proposta de método e cálculo de estimativa do contingente brasileiro ocupado por meio de plataformas digitais em 2019, buscando oferecer um percurso válido para dimensionar e acompanhar o alcance dessa modalidade de inserção no mercado de trabalho nacional. No desenvolvimento foram utilizados os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), fonte oficial de informações socioeconômicas e de maior cobertura geográfica no país. O trabalho coordenado por plataformas que operam na internet é um fenômeno resultante de uma longa construção iniciada na metade da década de 1970, que se tornou massivo após a Crise 2008-2009 e vem polarizando atenções devido aos efeitos disruptivos sobre direitos trabalhistas consagrados, culturas e economias locais. As plataformas que atuam no mercado de trabalho compõem um movimento mais amplo, denominado Economia de Plataforma, baseada em uma lógica própria de geração e distribuição de valor. No mercado de trabalho, as plataformas lucram coordenando o trabalho alheio e usam diversas estratégias de controle, vigilância e avaliação para limitar as remunerações pagas aos trabalhadores. Criam-se, também, padrões homogeneizados de execução de tarefas, que resultam em fácil substituição e exploração da força de trabalho. Deste processo emergiu um tipo de ocupação temporária e não assalariada, porém dependente e subordinada, de difícil descrição pelos sistemas estatísticos nacionais. Para este estudo, foi criado um indicador que retrata esta modalidade de trabalho, chamado Conta Própria Sem Estabelecimento e Sem Documento (CP-SESD). Estima-se que 2.724 mil trabalhadores por Conta Própria Sem Estabelecimento e Sem Documento estavam ocupados em plataformas digitais em 2019.

Palavras-chave: Mercado de trabalho digital. Economia de plataforma. Uberização. Trabalho gig. Estatísticas do trabalho.

ABSTRACT

The study presents a proposal of method and calculation of the estimate of the Brazilian contingent occupied by digital platforms in 2019, seeking to offer a valid path to scale and monitor the scope of this modality of insertion in the national labor market. For the study, the National Continuous Household Sample Survey (PNADC) was used, a source of official socioeconomic information with the greatest geographical coverage in the country. Work mediated by platforms that operate on the internet is a phenomenon resulting from a long construction that started in the mid-1970s, which became massive after the 2008-2009 Crisis and who has been polarizing attention due to the disruptive effects on established labor rights, cultures and local economies. Platforms that operate in the labor market comprise a broader movement, called Platform Economics, based on its own logic of generating and distributing value. In the labor market, platforms profit by intermediating the work of others and use various control, surveillance and evaluation strategies to limit the remuneration paid to workers and create homogenized patterns of task execution, which results in easy replacement and exploitation of the workforce. From this emerged a type of temporary and self-employed occupation, however dependent and subordinate, difficult to describe by national statistical systems. For this study, an indicator was created that depicts this modality and work, called Own Account Without Establishment and Without Document (CP-SESD). It is estimated that 2,724 thousand workers on their own account without establishment and without a document were employed on digital platforms in 2019.

Keywords: Digital labor market. Platform Economy. Uberization. Gig work. Work Statistics

LISTA DE FIGURAS

Figura 3.1 - Classificação da Economia do Compartilhamento segundo estrutura de mercado e orientação para o lucro.....	57
Figura 3.2 - Núcleos da Economia do Compartilhamento	58
Figura 3.3 - Classificação setorial da Economia de Plataforma	67
Figura 4.1 - Taxonomia do trabalho coordenado por plataformas digitais.....	69
Figura 4.2 - Classificação de Arranjos de Trabalho de Cappelli e Keller.....	90
Figura 4.3 - Tipo de arranjos de trabalho segundo características.....	93
Figura 4.4 - Classificação internacional de relações de trabalho/Classificação Internacional de Situação Ocupacional (CISO), segundo critérios de autoridade e risco econômico.....	96

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 5.1 - Índice do número de ocupados por conta própria, segundo modalidade de inserção.....	114
---	-----

LISTA DE QUADROS

Quadro 5.1 - Conceitos de ocupação recomendados pela 19ª CIET/OIT e adotados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios brasileira.....	100
Quadro 5.2 - Seleção de variáveis para composição da categoria Conta Própria Sem Estabelecimento Sem Documento	104
Quadro 5.3 - Divisões de atividades excluídas do escopo setorial do estudo.....	111
Quadro 5.4 - Plataformas digitais de intermediação de trabalho selecionadas, segundo grupos de atividade econômica.....	112
Quadro 5.5 - Distribuição dos Trabalhadores por Conta Própria Sem Estabelecimento e Sem Documento, segundo grupos de similaridade construídos e proporção de Trabalhadores por Conta Própria por grupo.....	117
Quadro 5.6 - Características pessoais dos ocupados por conta própria sem estabelecimento e sem documentação, segundo conglomerados.....	119
Quadro 5.7 - Características da inserção ocupacional dos ocupados por conta própria sem estabelecimento e sem documentação, segundo conglomerados	120
Quadro 5.8 - Tempo médio de permanência no trabalho atual dos ocupados por conta própria sem estabelecimento e sem documentação, segundo conglomerados	121

LISTA DE TABELAS

Tabela 5.1 - Estimativa da população ocupada e do número de trabalhadores por Conta Própria Sem endereço e Sem documento (CP- SESD).....	105
Tabela 5.2 - Distribuição das pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência por posição na ocupação, segundo grupos de atividade econômica – 2019.....	107
Tabela 5.3 - Índice do número de ocupados por forma de inserção selecionada, segundo grupos de atividade econômica	109
Tabela 5.4 - Estimativa e distribuição da população ocupada por conta própria, segundo modalidade de inserção.....	113

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	TRANSFORMAÇÕES RECENTES DO MUNDO DO TRABALHO: O DECLÍNIO DA SOCIEDADE SALARIAL E A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA HEGEMONIA DO CAPITAL SOB O DOMÍNIO DA FINANÇA	20
2.1	A EROÇÃO DA SOCIEDADE SALARIAL E A EMERGÊNCIA DA FINANÇA 21	
2.1.1	A construção da ordem econômica sob domínio da finança	23
2.1.2	O reflexo microeconômico da mundialização financeira: a gestão produtiva sob a governança acionária	26
2.1.3	A Construção da Utopia Neoliberal	29
2.1.3.1	O movimento neoliberal estrategicamente construído	31
2.1.3.2	Um individualismo peculiar.....	33
2.2	A RELAÇÃO SALARIAL SOB O DOMÍNIO DA ACUMULAÇÃO FINANCEIRA 34	
2.2.1	Os Contornos do Estado Liberal	35
2.2.1.1	A visão da mudança do Estado	38
2.2.2	Uma Nova Regulação do Trabalho	40
2.2.2.1	Mudanças legislativas e reformas trabalhistas – novo disciplinamento das relações de trabalho	40
2.2.3	Limitações de direitos para assalariados e multiplicação de modalidades contratuais	42
2.2.4	Uso do tempo e intensificação do trabalho	42
2.2.5	Formas de remuneração e a tendência do trabalho por meta	43
2.2.6	A desvalorização da organização sindical e as mudanças nos sistemas de relações de trabalho	44
2.2.7	A proteção social e do trabalho sob nova perspectiva	44
3	AS VEREDAS DA PLATAFORMIZAÇÃO: A INTERNET E A SEDUÇÃO DO COMPARTILHAMENTO	46
3.1	TRANSFORMAÇÕES TECNOLÓGICAS DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: COMO O CYBERSPACE DEU LUGAR A UM MARKETSPACE.....	46

3.1.1	Privatização e Flexibilização do Sistema de Telecomunicações	49
3.1.2	Confluência de interesses entre capitais de risco e internet	51
3.1.3	A revolução dos assuntos militares e a última fase de desenvolvimento do Global Positioning System - GPS	52
3.2	A ECONOMIA DO COMPARTILHAMENTO E O NOVO CAMPO DAS RELAÇÕES ECONÔMICAS MEDIADAS POR PLATAFORMAS VIRTUAIS	53
3.2.1	A Microeconomia de Plataforma e seu alcance setorial	61
3.2.1.1	Um sistema de três lados com assimetria de poder	62
3.2.1.2	Formação de ecossistemas, efeitos de rede e redução de custos	63
3.2.1.3	Estratégias de crescimento e abrangência setorial da Economia de Plataforma	64
4	OS CONTORNOS DO TRABALHO CYBER COORDENADO POR PLATAFORMAS DIGITAIS	68
4.1	UMA CATEGORIZAÇÃO DOS TRABALHOS EXPLORADOS POR PLATAFORMAS	68
4.2	O TRABALHO INFORMACIONAL NAS PLATAFORMAS E O PAPEL REFINADO DE VIGILÂNCIA E CONTROLE EXERCIDOS PELOS ALGORITMOS	70
4.2.1	A redefinição do local de produção	72
4.2.2	A articulação entre trabalho emocional e sistemas avaliação	72
4.2.3	Adoção de formas tecno-normativas de controle gerencial	73
4.3	AS RELAÇÕES DE TRABALHO TRANSFORMADAS PELO TRABALHO REALIZADO EM PLATAFORMAS	74
4.3.1	A ocultação do trabalho	75
4.3.2	O difuso status do emprego em plataformas	76
4.4	MERCADO DE TRABALHO E PLATAFORMIZAÇÃO	78
4.4.1	A identificação do trabalho gig e as métricas do mercado de trabalho	85
4.4.1.1	A classificação dos arranjos de trabalho a partir da ótica da organização (Cappelli e Keller)	88
4.4.1.2	Caracterização dos arranjos de trabalho e distinção do perfil de trabalho gig sob a perspectiva do mercado de trabalho no mercado	92

4.4.1.3	Atualização da classificação das relações de trabalho para fins estatísticos – Recomendações da 20th CIET/OIT.....	94
5	DIMENSIONAMENTO DA POPULAÇÃO OCUPADA EM PLATAFORMAS DIGITAIS DE TRABALHO NO BRASIL	98
5.1	O CONTINGENTE POTENCIAL DE TRABALHO POR CONTA PRÓPRIA SEM ESTABELECIMENTO E SEM DOCUMENTO	102
5.2	O ALCANCE SETORIAL DAS PLATAFORMAS DIGITAIS DE TRABALHO 109	
5.3	ANÁLISE DE CONGLOMERADOS APLICADA A TIPIIFICAÇÃO DO TRABALHO CONTA PRÓPRIA SESD EM ATIVIDADES SELECIONADAS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	116
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
	REFERÊNCIAS	127
	APÊNDICE A – OCUPAÇÃO BRASILEIRA: FORMA DE INSERÇÃO POR ATIVIDADE	136
	APÊNDICE B – ATIVIDADES SELECIONADAS PARA O ESTUDO	144

1 INTRODUÇÃO

O trabalho recrutado e coordenado por plataformas digitais é um fenômeno recente, que emergiu após 2009 à nível global, e, no Brasil, ganhou visibilidade a partir de 2016¹, quando a megaempresa Uber passou a operar em grande parte das metrópoles e aglomerados urbanos do país. Embora este arranjo produtivo venha sendo descrito pela aparência inédita, face futurista e por seus impactos disruptivos, ele é, de fato, o corolário da última atualização sistêmica do capitalismo.

O arco de transformações macro-sociais que viabilizaram o surgimento e massificação do trabalho digitalmente comandado é amplo, pois envolveu a redefinição do Estado e do aparato jurídico e protetivo do trabalho. Em ambos os casos, as mudanças restringiram a abrangência da ação pública e redirecionaram os objetivos desenhados no período fordista/keynesiano em prol da nova forma de valorização capitalista, ditada por uma supraestrutura financeira globalizada (DEDECCA, 2010; CALVETE, 2009; PAULANI, 2009; ALVES, 1999, CHESNAIS, 1998). O trabalho no cerne do processo produtivo da nova acumulação, por sua vez, foi lapidado por longa usinagem do padrão tecnológico da comunicação informacional, resultante da síntese entre os mais elevados níveis alcançados pela microeletrônica, especialmente naqueles em que estão imbricados a robótica, a inteligência artificial e a aprendizagem de máquinas às potencialidades abertas pela internet (FIGUEIREDO, 2019; WOLFF, 2009). Mais do que elementos de contexto ou pré-requisitos, estes fatores estão na essência de uma nova etapa do desenvolvimento articulado sob a crescente organicidade e expansão da Economia de Plataforma.

Os negócios operados na lógica da plataformização se impõem pelo seu aprofundamento nas relações econômicas e sua presença no conjunto social, encontrando no mercado de trabalho um espaço privilegiado para sua generalização. Ao avançar sobre o recrutamento de trabalhadores e gerenciamento de atividades de prestação de serviços, as empresas-plataforma passaram a cyber-coordenar largas extensões do mercado de trabalho, expressando a inequívoca amplitude alcançada

¹ A empresa estadunidense Uber surgiu em 2009 e já se encontra estabelecida em mais de 67 países. No Brasil, a empresa passou a operar no mercado brasileiro de transporte privado urbano em 2014, a partir das cidades do Rio de Janeiro (05/2014), São Paulo (06/2014) e Belo Horizonte (09/2014), e, após a superação de conflitos iniciais, mediados por prefeituras e pela justiça, em 2016 já se registrava a presença da Uber na maioria das metrópoles e aglomerados urbanos do país (VIEGAS, LETRA, 2016).

pelas mudanças da organização produtiva e seu impacto na sociabilidade contemporânea.

Principalmente após a Grande Crise de 2008-2009, os estudos sobre o trabalho imateriais e novas conformações dos negócios da Economia de Plataforma convergiram. Este também é um marco importante para o crescimento da produção e disseminação de reflexões voltadas ao futuro do trabalho, que passaram a aprofundar a relação entre a expansão das empresas-plataforma sobre as alterações da relação capital-trabalho nos processos produtivos (GANDINI, 2019), sistemas de relações trabalhistas (VILLASMIL, 2019), e nova conformação dos mercados de trabalho (FRIEDMAN, 2014). No Brasil, o debate sobre o tema vem se ampliando, contando com valiosos aportes que associam o impacto da digitalização e presença das plataformas à nova onda de precarização laboral (ANTUNES; BRAGA, 2009; CARDOSO; OLIVEIRA, 2020).

Engajado neste quadro, o presente estudo centrou-se nos dilemas trazidos pela plataformização às estatísticas do trabalho, precisamente ao focalizar as possibilidades de identificar e quantificar a população brasileira ocupada na prestação de serviços coordenados por essas estruturas digitais. Para isso, buscou delimitar um método passível de aplicação sobre a base da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC/IBGE), que, à semelhança de outros levantamentos internacionais, não individualiza ou apresenta de forma direta indicadores desta modalidade de trabalho.

Percorrendo uma trajetória usual no âmbito das mensurações laborais, a tentativa de contribuição perseguida nesse estudo incorporou o pré-requisito de conceituar a relação de trabalho promovida pelas plataformas digitais. Constituído como o problema subjacente aos objetivos traçados nesta pesquisa, o contorno do trabalho comandado pelas plataformas exigiu o levantamento das características e funcionamento dessas estruturas.

Como um entendimento em lapidação, o trabalho cyber-coordenado já acumula consensos que o desenham como uma atualização das operações realizadas pelas agências de alocação de trabalhadores temporários disseminadas mundialmente, e de formas de trabalho reconhecidamente desprotegidas, como as vivenciadas na realidade brasileira por boias-frias e industriários de ateliês pagos por peça. A novidade envolvida nessas relações, além do ideário liberal acenado pelo falseamento do empreendedorismo (ALVES, 2018; ABILIO, 2019), estaria tanto nas características

da subordinação e controle proporcionados pela base técnica informacional, quanto por seus efeitos normativos, que relativizam o assalariamento (GANDINI, 2019; COLLIER; DUBAL; CARTER, 2017; VILLASMIL, 2019).

A fim de encaminhar o conjunto de seus propósitos, esta dissertação foi elaborada em quatro capítulos, além desta breve apresentação e considerações finais. No primeiro capítulo, buscou-se refer os aspectos da erosão salarial que fundamentaram a Economia de Plataforma e criaram o ambiente possível para a propagação da coordenação digital de ocupação remunerada. No segundo, procurou-se situar a internet como desenvolvimento conectado aos movimentos geoeconômicos entre fins da década de 1960 e da virada deste século, bem como localizar os entendimentos sobre a emergência de uma Economia de Plataforma. Já, o terceiro foi dedicado aos contornos do trabalho cyber-coordenados, com a sistematização dos avanços obtidos na descrição do processo de produção e os impactos nos mercados de trabalho, além dos dilemas da quantificação estatística.

Por fim, no último capítulo está exposto o exercício empírico que permitiu o dimensionamento da absorção ocupacional brasileira em plataforma de trabalho, incluindo a descrição do método elaborado e conceitos adotados para gerar uma estimativa deste contingente de trabalhadores em 2019. Com tal proposta, espera-se que uma quantificação anual e o acompanhamento do fenômeno sejam possíveis. Com destaque, detalha-se o indicador construído para retratar a relação de trabalho prevalente nas inserções coordenadas pelas plataformas digitais, que, embora limitado pelas informações disponibilizadas atualmente no Brasil, demonstrou-se adequado e crível.

2 TRANSFORMAÇÕES RECENTES DO MUNDO DO TRABALHO: O DECLÍNIO DA SOCIEDADE SALARIAL E A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA HEGEMONIA DO CAPITAL SOB O DOMÍNIO DA FINANÇA

A partir da segunda metade do século XX mudanças significativas na cena econômica mundial vêm redefinindo o conteúdo e as arenas do embate entre capital e trabalho. Este confronto, que, por anos fora orientado pela busca do equilíbrio nos marcos de um sofisticado aparato social e de proteção do trabalho, gradualmente passou a pender em favor do mercado. Embora este não seja um quadro novo, visto que remonta à inversão de lógicas econômicas e eventos ocorridos na década de 1970, trata-se de um processo ainda vivo e abundante na produção de desdobramentos. Manifestações recentes desse vigoroso encadeamento de transformações econômicas e sociais ainda ecoam em novas formas de trabalho, na expansão das fronteiras de negócios e padrões flexibilizados de proteção laboral que suportam a inserção produtiva via plataformas digitais, objeto dessa dissertação (ABÍLIO, 2019).

As alterações sistêmicas que contextualizaram e geraram pressões para remodelagem das normas de proteção social e do trabalho recentemente tomaram corpo nos países centrais a partir de 1970, com programas que reformaram o Estado e atingiram as legislações trabalhistas na década seguinte. A disseminação internacional dessa agenda foi gradativa, chegando na América Latina e no Brasil nos anos 1990, acompanhando a abertura à internacionalização no continente sob a orientação geral do Consenso de Washington (ANDERSON, 1995). Sujeitas a diferentes graus de resistência em cada país, o que repercutiu em variações de amplitude e compasso de adesão às mudanças, os ajustamentos propostos na regulação do trabalho tenderam à homogeneização, geralmente coadunadas às novas necessidades do capitalismo contemporâneo (KREIN; FILGUEIRAS; OLIVEIRA, 2019). De tal sorte, o repertório atualizado de exigências do capital sobre o trabalho difere do apresentado até 1970, essencialmente, porque o capitalismo também já não seria mais aquele.

Neste capítulo, busca-se contextualizar o quadro no qual emergiram as tecnologias digitais que, à semelhança da regulação trabalhista, vêm respondendo às expectativas de flexibilidade da nova acumulação capitalista. Essas tendências são

focalizadas nos pilares da erosão salarial: os processos de financeirização e de ascensão do neoliberalismo. Na sequência é feito um breve mapeamento das feições do estado neoliberal e principais características da nova regulação do trabalho.

2.1 A EROSÃO DA SOCIEDADE SALARIAL E A EMERGÊNCIA DA FINANÇA

Durante 25 anos, a população do ocidente se empenhou para constituir e consolidar um ideário social sustentado no equilíbrio entre consumo e harmonização das relações de classe, e, politicamente, na perspectiva de construção de uma democracia de massas, baseada na inclusão pelo trabalho e no ativismo distributivo do Estado. Essa construção que elevou o trabalho assalariado ao centro da regulação societária é fruto do contexto histórico singular promovido pelo encerramento da segunda guerra, quando os impasses entre as grandes potências mundiais haviam reduzido razoavelmente seu escopo, porém a ordem econômica capitalista demandava encaminhamento (DEDECCA, 2010). Um retorno ao livre mercado, com seu automatismo e livre-cambismo, estava fora de questão. O nazismo fora vencido, o comunismo havia se fortalecido e sua sombra sobre a Europa se tornara uma ameaça real, enquanto o New Deal, nascido como prática política, ganhara legitimidade acadêmica com a *Teoria Geral do Emprego, Juro e da Moeda* de John Maynard Keynes (PAULANI, 1996). Constrangidas pelo temor da revolução socialista e pelo horror do liberalismo sem limites, as nações do capitalismo central buscavam uma terceira via e, assim, o espaço da conciliação social-democrata foi formatado como uma sociedade salarial.

Com alguma variabilidade, a adoção desse modelo produziu nas economias capitalistas centrais traços comuns para a organização do Estado e regulação do trabalho. Esta tendência seria demarcada pela necessidade crescente do planejamento público, da regulação estatal sobre os principais preços econômicos (juros e câmbio) e do gasto público compensatório às mazelas do mercado como características que passaram a redefinir a funcionalidade do Estado. Ao lado e em associação a esta, o requisito de amplo apoio dos contingentes operários foi obtido através de um sofisticado aparato de proteção ao trabalho e à renda e do reconhecimento dos espaços de diálogo e formação de consensos, o que compôs uma propensão comum para a necessidade regulatória das relações laborais.

Cunhada e consolidada entre o imediato pós-guerra e meados dos anos de 1950, essa nova ordem social tinha como pano de fundo os interesses das nações europeias e do Japão em sua reconstrução, por um lado, e, de outro, o dos Estados Unidos em manter o controle sobre o comércio e as finanças internacionais, conquistado desde a década de 1920 (PRONI, 1997; DEDECCA, 2010). Essa mediação foi viabilizada pelo padrão de financiamento do pós-guerra, sob a batuta do tesouro norte-americano².

Na base produtiva, a virtude desse arranjo assentava-se no mecanismo oferecido à recomposição das condições de acumulação e progresso do sistema, uma vez que a expansão produtiva gerada pela pesquisa de novos materiais sintéticos, derivados do petróleo e produtos eletrônicos encontrava um mercado nos trabalhadores com poder de compra, alavancado via negociação coletiva e renda garantida por programas governamentais. A necessidade de expansão empresarial, por seu turno, encontrava vazão na internacionalização das plantas industriais, com a criação da empresa multinacional, que contribuiu para a incorporação nas nações do terceiro mundo ao novo regime de desenvolvimento do pós-guerra (PRONI, 1997). Nesse contexto, a América Latina e o Leste Asiático emergiram como *players* de relevância em uma nova divisão internacional do trabalho.

A partir de fins dos anos de 1960, entretanto, este ordenamento econômico começou a apresentar fissuras. Nesse contexto, ocupou papel central a fragilização da economia estadunidense entre 1950³ e fins da década de 1960, em grande parte decorrente da magnitude do suporte monetário que o país dava ao sistema mundial, o que lhe impunha o ônus de potência reguladora. Dessa forma, quando a ascensão de França, Alemanha e Japão, refletindo a capacitação de suas estruturas produtivas, e os resultados da industrialização periférica se apresentaram no circuito de comércio internacional, os EUA não suportaram as pressões sobre o dólar. (CARNEIRO, 1999; BELLUZZO, 1995). Na sequência, o que surgiu como uma crise cambial acabou

² “(...) os EUA cumpriram o papel de fonte autônoma de demanda efetiva e emprestador de última instância, e pela generalização do seu modo de produção e de consumir (fordismo), assim como de seus valores culturais (*american way of life*). Para os países membros do sistema hegemônico, esta função reguladora era uma garantia *ex-ante* de políticas nacionais expansionistas continuadas e estratégias de crescimento neo-mercantilistas” (BELLUZZO, 1995, p.14)

³ “Deve-se ter em mente que, em 1950, os Estados Unidos detinham cerca 60% do estoque de capital e eram responsáveis por aproximadamente 60% do que era produzido, no conjunto das economias capitalistas”. (PRONI, 1997, p. 24).

redundando na reconfiguração do sistema monetário internacional sujeito ao dólar flexibilizado por sucessivas políticas de ajustes dos EUA que deram vazão à livre mobilidade de capitais e às flutuações de câmbio e juros. O impacto dessas oscilações sobre padrões de financiamento dos Estados Nacionais e de rentabilidade das grandes empresas dos países centrais, por sua vez, fez a associação entre regulação macroeconômica, organização industrial e governança empresarial, impondo o acirramento da concorrência e aceleração de inovações (TAVARES e MELIN, 1997; BRAGA, 1997).

Em síntese, a desorganização financeira dos preceitos acordados em Bretton Woods deu origem à ordem da financeirização mundializada, que se constituiu como sistêmica e entrelaçada à firma, estando consolidada a partir da década de 1980, completamente assentada na agenda política e ideológica neoliberal. A seguir, é dada maior atenção a esses temas fundantes da erosão salarial.

2.1.1 A construção da ordem econômica sob domínio da finança

A substituição da ordem de Bretton Woods pela lógica da financeirização mundializada teve origem em eventos associados às crises cambiais, ocorridas na década de 1960, particularmente devido às reações defensivas adotadas pelas potências líderes, EUA e Inglaterra, para proteger a soberania de suas moedas (TAVARES; MELIN, 1997). Esta etapa, compreendida entre fins de 1960 até 1979, é amplamente considerada a pedra angular da financeirização, pois a ruptura ocorrida nessa época corroeu o sistema de lastro físico das moedas mundiais. Este era o pilar que conferia estabilidade aos mecanismos de ajustamento dos fluxos internacionais de comércio e de valor, sendo sustentado pela correia de transmissão da conversibilidade dólar-ouro.

A perenidade do arranjo keynesiano exigia elevado grau de abertura da economia norte-americana, dando origem a déficits persistentes em seu Balanço de Pagamentos, que, dado o padrão de câmbio fixo, eram convertidos em passivos do orçamento público, também sobrecarregado por dispêndios de guerra⁴. Levada ao

⁴ A Guerra da Coréia perdurou três anos, entre junho de 1950 e julho de 1953, enquanto a Guerra do Vietnã se prolongou por duas décadas, entre novembro de 1955 e abril de 1975, com forte intervenção norte-americana a partir de 1961.

limite, essa situação acarretou na decisão unilateral tomada pelos EUA de anunciar a inconvertibilidade dólar-ouro. Um segundo fator de fragilidade da arquitetura da ordem econômica do pós-guerra se relacionava à condição com a qual a Inglaterra saiu do Acordo de Bretton Woods, quando a libra deixou de ser a moeda de transação internacional e o sistema financeiro passou a ser altamente regulado. Naquele momento, o país foi compensado com a autorização para operar uma praça de crédito interbancário *off-shore*, que se tornou um canal de valorização para a massa de dólares em circulação mundial, especialmente àqueles com limitação de recâmbio ou que teriam destino menos vantajoso ao serem repatriados⁵. A expansão desse mercado interbancário, estimulado por taxas de juros elevadas e a crescente necessidade de financiamento dos EUA, favoreceu o surgimento de um singular movimento especulativo, visto que o dólar foi transformado em ativo financeiro (PAULANI, 2009). Denominada por François Chesnais (1998) de *Internacionalização Financeira Indireta*, esta etapa foi de geração e irradiação de instabilidades que abarcaram a inconvertibilidade libra-dólar, a ruptura do padrão dólar-ouro em 1971 e as sucessivas crises monetário-cambiais que encaminharam os EUA a adotar um sistema de câmbio flexível, em 1973. Em meio a esse cenário disruptivo, em 1974 uma nova massa de petrodólares, formada na sequência da segunda crise do Petróleo, encontrou valorização em uma rede privada e expandida do mercado interbancário que já escapavam aos controles regulatórios nacionais. No conjunto, esses eventos provocaram contínua desvalorização do dólar, situação apenas alterada a partir de 1979 (TAVARES, 1997; BELLUZZO, 1995).

A falência do sistema de paridades fixas tornou ineficaz o mecanismo monetário-cambial para o ajuste dos Balanços de Pagamentos, expondo o esgotamento da ordem coordenada de Bretton Woods. Com a intenção de buscar alternativas, foi realizado o encontro anual do Fundo Monetário Internacional (FMI) de 1979, do qual o economista chefe do *Federal Reserve System (FED)*, Paul Volcker, retirou-se em protesto e anunciando que a hegemonia do dólar seria restaurada (TAVARES, 1997, p. 33) O rompante se tornou a política central da recuperação

⁵ Nesse período, no sistema financeiro dos EUA vigorava regulamentação baseada no *Glass-Steagall Act* (1933) e *Securities Exchange Act* (1934), que o formataram especializado, regionalizado e segmentado, consonante com a compreensão de que uma das causas da Crise de 1929 havia derivado na interação entre crédito e ação especulativa de financeiras, bancos e indústria (BRAGA, CINTRA, 2004)

econômica norte-americana à custa do resto do mundo, pois a ação conhecida como “diplomacia do dólar” teve por base a elevação súbita da taxa de juros dos EUA. O movimento promoveu crise imediata de várias nações que haviam recorrido ao endividamento externo e no carreamento de recursos mundiais para o financiamento do déficit estadunidense. A situação se estendeu por toda a década de 1980, pois mesmo a reação coordenada no âmbito do G-5 (EUA, Japão, Alemanha, Reino Unido e França) em 1985, mediante o Acordo de Plaza, previu o declínio da taxa de juros básica norte-americana de forma escalonada ao longo dos cinco anos posteriores.

Mais do que uma coletânea de fatos históricos e econômicos, a década de 1980 foi um período de brusca virada de jogo internacional pró-EUA. O mundo entrou em depressão em decorrência da rápida perda de liquidez e alta de preços, e a economia americana saiu fortalecida, com sua moeda reafirmada como reserva de valor e liderando o sistema financeiro e bancário internacional. Denominada por Chesnais (1998) de *Ditadura dos Credores*, esta etapa foi decisiva para a configuração do atual financeirismo mundializado. Além de tencionar as grandes empresas e nações a buscarem crescimento no mercado internacional, este foi o momento de crise, desemprego e descrença na gestão econômica, o que proporcionou o triunfo da política neoliberal com a chegada ao poder de Thatcher, Reagan, entre outros expoentes da voz dos mercados. Com a concretização de seus programas liberalizantes, especialmente nos EUA, avançou rapidamente as condições para o surgimento de inovações financeiras e expansão de derivativos, como mecanismos de securitização de passivos de médio e de longo prazos, o que instalou a prática de troca do endividamento antigo pelo novo. Por outro ângulo, com o progresso célere e academicamente apoiado da lógica da austeridade, o espaço da intervenção econômica foi substancialmente reduzido. Entre as consequências visíveis desses movimentos pode-se identificar: a) redução do espaço de regulamentação, taxação e comando dos Bancos Centrais e autonomia de criação e precificação de serviços bancários (privados); b) o processo de securitização das dívidas, que transpôs para o mercado financeiro transações que eram realizadas entre tomadores e credores, ampliando o escopo do capital fictício; c) Como corolário de (a) e (b), com limitações de arrecadação pela míngua do espaço produtivo e limitações de taxação da riqueza financeira, além de estimuladas pela rolagem “para frente”, viabilizadas pelo processo

de securitização, as nações passaram avolumar suas dívidas (CHESNAIS, 1998; TAVARES e MELIN, 1997 e 1998; BRAGA, 1997).

A terceira etapa de estabelecimento da dominância financeira se caracterizou pela abertura e desregulamentação dos mercados acionários, sequencialmente após os mercados de câmbio e de títulos da dívida pública. O processo foi desencadeado em 27/10/1986, quando adotou-se um conjunto amplo de liberalizações na praça financeira de Londres, pressionando outras a seguirem a mesma conduta – um movimento que passou a ser denominado “*Big Bang*”. Em decorrência, os dividendos passaram a gradativamente ocupar o papel central da financeirização, desdobrando-se para o interior das empresas que passaram a operar sob o regime da “governança corporativa”. Esta entendida não apenas como a adoção de princípios de racionalidade e de gestão eficiente, mas de subordinação de administradores e gestores da empresa aos interesses dos acionistas e normas de valorização estabelecidas no jogo impessoal do mercado internacionalizado. As margens de lucro, requeridas a partir de interesses externos sobre a gestão da unidade produtiva e do topo para a base, passaram a exigir redução contínua de custos, flexibilidade organizacional e produtividade crescente (CHESNAIS, 1998).

Também caracteriza essa etapa a incorporação dos mercados emergentes ao circuito financeiro internacional, determinado fundamentalmente pelos EUA e Inglaterra. Pressionados pelo endividamento e pelos acordos firmados junto ao FMI, essas economias mais frágeis e em condições desfavoráveis face às centrais acabaram por acrescentar instabilidade ao novo cenário das relações externas. Nesse contexto, as empresas de *rating*, especializadas em avaliar e atribuir graus de risco financeiro a países e organizações, passaram a ocupar um lugar de relevo no cenário das relações econômicas completamente internacionalizadas e cotadas nas Bolsas de Valores.

2.1.2 O reflexo microeconômico da mundialização financeira: a gestão produtiva sob a governança acionária

Criado no plano macroestrutural, o novo regime de acumulação norteador pela finança teve sua contrapartida no campo microeconômico, desenvolvido entre a grande corporação e as inovações e dinâmica do mercado financeiro. O sentido

transformador desse movimento é apreendido pela mudança da lógica orientadora da atividade empresarial, que substituiu o binômio composto pela retenção e reinvestimento de lucros pela combinação de enxugamento de estrutura para distribuir dividendos (BORSARI, 2018; CASTELO BRANCO, 2010).

Com esse contexto, os objetivos da corporação não financeira a partir de meados da década de 1980 passaram a divergir expressivamente daquilo que fora identificado por Edith Penrose, Alfred Chandler e John Galbraith, entre 1950 e 1960 (LAZONICK, 2016). Estes autores descreveram a grande firma moderna com atuação internacionalizada e com separação estabelecida entre propriedade capitalista (ações) e o controle profissionalizado (gestão). Esta firma seria focada no crescimento produtivo orientado pela autonomia gerencial, que atingia seus propósitos fazendo uso de acordos formais ou implícitos estabelecidos no interior da comunidade corporativa. Diferentemente do capitalismo gerencial, atualmente a corporação não financeira se impregnou dos valores do individualismo e adotou os princípios descritos na Teoria do Agente-Principal⁶, na qual é suposto e generalizado o entendimento de um intrínseco conflito de interesses entre acionistas e gerentes quanto ao desempenho e foco da organização. Segundo essa perspectiva, atualizada em 1976 pelos teóricos da Escola de Chicago, Jensen e Meckling⁷, altos executivos tenderiam ao excesso nos investimentos em P&D, gastos salariais e dispêndios de infraestrutura, sendo imperativa a retomada do controle estrutural do fluxo de caixa pelos Conselhos de Gestão Corporativa. Na década de 1980, a atualização dessa abordagem associou o desempenho da empresa à elevação do valor de suas ações comercializadas em bolsas de valores através da Teoria do Máximo Valor ao Acionista (maximizing shareholder value - MSV). A absorção desse entendimento, disseminado inicialmente pelas escolas de negócios estadunidenses, desencadeou a subordinação do gerenciamento empresarial ao mercado financeiro, para o que contribuíram as estratégias práticas recomendadas por Jensen. Entre essas indicações, centradas na recuperação do controle da organização pelo corpo de acionistas (proprietários), figuravam a manutenção de guarda elevada no mercado financeiro por meio de

⁶ Originalmente formulada por Oliver Williamson (LAZONICK, 2016)

⁷ Autores do artigo "Theory of the Firm: Managerial Behavior, Agency Costs, and Ownership Structure", publicado no Journal of Financial Economics em 1976.

movimentos hostis de venda e recompra de suas próprias cotas⁸ de participação, sinalização de fusões e uma nova forma de remunerar a alta gerência – parcialmente com ações da própria grande empresa não financeira (*stock options*). O controle externo e a cooptação dos executivos combinados constituiu a prevalência da valoração financeira da empresa (precificação) e distribuição de dividendos, em detrimento de metas de longo prazo, como inovação e crescimento (LAZONICK, 2016).

Para Crotty (2002, 2003), as mudanças produzidas pelo neoliberalismo nos mercados de produto e financeiro afetaram negativamente o desempenho das corporações não financeiras. Dois vetores conduziram essa alteração de ambiente: a desaceleração do crescimento global da demanda agregada e o acirramento da concorrência nos principais mercados de produto, e a mudança de perfil dos financiamentos, que deixaram dar um suporte “paciente” ao desenvolvimento de negócios (de longo prazo) e inverteram seu sinal, passando a absorver parcela da disponibilidade dos recursos empresariais. Os efeitos dessa combinação sobre setor não financeiro se fizeram sentir na redução das taxas de lucro, aumento do endividamento e desaceleração da taxa de acumulação de capital, tencionando a alta administração das corporações a mudar suas estratégias. Diante da nova realidade, a reação da alta gerência se concentrou na garantia de sobrevivência da organização no curto prazo, que se desdobrou em ataques ao trabalho, via elevação da produtividade e reduções salariais, e sobre a rede de fornecedores da empresa pressionada para reduzir preços. Crotty (2003) acentua que essa lógica fundamentou o paradoxo neoliberal, situação em que a maioria das corporações não financeiras, mesmo apresentando margens comprimidas de lucro, deveria gerar ganhos financeiros, caso contrário, veria o declínio de sua precificação em decorrência de aquisições hostis.

O processo de desregulamentação dos mercados cambiais e de produto foi importante para produzir a hipertrofia da finança que se impôs sobre a gerência capitalista. Contudo, o papel das inovações internas no mercado financeiro foi fundamental para que essa estrutura tenha empreendido crescimento autônomo e

⁸ A recompra da própria ação é um mecanismo utilizado para elevar o preço da cota de participação, porém não reverte em financiamento da corporação, tratando-se de mera movimentação no mercado secundário.

desenvolvido uma dinâmica que subordina a esfera produtiva. No cenário dessas inovações, tiveram destaque a participação crescente das empresas de *rating* e de auditoria, que, elaborando avaliações preditivas para horizontes gradativamente mais curtos, induziram a diminuição do tempo de permanência de ativos na carteira ou portfólio dos investidores, impulsionando a volatilidade das operações de aquisição e venda. Esse quadro, que acarretou na substituição do investimento de longo prazo pelos que propiciam retorno em períodos exíguos, pressionando a corporação não financeira, vem se potencializando com a aplicação matemática e dos avanços da tecnologia da informação, que proporcionam a geração de indicadores de desempenho e sua difusão instantânea pelo uso de algoritmos sofisticados e velozes. Outra inovação diretamente ligada à expansão autônoma do mercado financeiro está assentada na criação e expansão do mercado de derivativos baseados nas operações de securitização, originalmente formada por títulos que visavam proteção contra variabilidades de taxas de juros, câmbio e crédito e que passaram a serem comercializados com intenção especulativa. O processo implica na possibilidade de um agente financeiro adquirir um ativo, lastreado em dívida futura, e lançar um título que represente o crédito dessa operação em seu fluxo de caixa, o que lhe permite liberar posição de seu balanço para nova emissão de títulos. Além da pulverização do risco da operação original, a disseminação dessa prática passou a incorporar como base qualquer expectativa de crédito futuro – dívidas, hipotecas, etc. No campo das inovações também se destacaram ao longo das décadas os fundos de cobertura ou de multimercado (*hedged*), surgidos na década de 1970, que ganharam impulso especialmente nos anos 2000. Essa engenharia financeira se constitui na reunião de recursos de muitos investidores cujo montante é aplicado em diversos ativos a partir do comando de gestores, remunerados segundo desempenho e que buscam retorno acima da média do mercado, sobretudo adquirindo e assumindo posições majoritárias em corporações não financeiras. A questão aqui é que essas inovações, cada uma por si perniciosas, passaram a associarem-se (BORSARI, 2018; CASTELO BRANCO, 2010).

2.1.3 A Construção da Utopia Neoliberal

A substituição do ordenamento econômico de Bretton Woods pela mundialização financeira foi acompanhada pela construção de conceitos e valores articulados sob a narrativa neoliberal. Esse ideário atualizou a crença no mercado autorregulado como o melhor mecanismo tanto para a alocação eficiente de recursos, quanto para promover a justa distribuição da riqueza, proporcionado por supostas virtudes de um sistema de remunerações associado ao esforço e mérito. Em seu cerne, esta filosofia não é nova, sendo amplamente conhecido o contexto em que a humanidade parecia a ter superado. Durante uma das transições mais dramáticas ultrapassadas pela sociedade ocidental, depauperada por recessão e guerras decorrentes do exercício à exaustão do liberalismo, a população mundial se dividiu, em parte optando pela planificação, em parte pelo caminho da terceira via socialdemocrata e suas injunções, no qual a coordenação entre nações esteve associada ao pacto interno de classes. Embora com percalços, imperfeito e com a permanência de disputas econômicas, diplomáticas e militares, na porção capitalista do mundo foi possível conceber um espaço privilegiado para ação estatal e canais de decisões compartilhadas, além da promoção de políticas macroeconômicas estabilizadoras e criar o Estado de Bem-Estar Social (DEDECCA, 2010). Dada à trajetória já trilhada pela humanidade, portanto, a questão posta no retorno contemporâneo do liberalismo são as suas novidades, sintetizadas pela capa “neo”, cujos resultados práticos estão manifestos na releitura que faz de velhas ideias, e no traçado de estratégias bem-sucedidas para que a fé no mercado voltasse, massivamente, a capturar as expectativas de solução para problemas econômicos e políticos cruciais.

A profundidade e alargamento alcançados pela subjetividade neoliberal na sociedade contemporânea, destarte, tem justificado uma agenda de pesquisa que há mais de 30 anos procura identificar as características distintivas desse fenômeno, dentre as quais pelo menos dois aspectos vêm se destacando. Primeiramente, ressalta-se a construção deliberada do neoliberalismo, que é produto de um movimento orgânico e estrategicamente planejado por uma elite teórica e militante. Além disso, chama atenção o fato desse pensamento ser fundamentado em uma noção particular do individualismo, que se funde com juízos e racionalidade de ordem moral. Segundo Perry Anderson (1995), as questões que deram esse contorno específico à formulação neoliberal teriam derivado de sua gênese como movimento

teórico e político de confronto ao Estado distributivista, desafios que o liberalismo clássico não enfrentou (PAULANI, 1999, 1996; GROS, 2008). Por outro lado, a objetivação desse ideário na sociedade contemporânea vem explicitando a fusão das pautas da liberdade financeira e contração de conquistas distributivas, em exercício concreto de poder que se baseia na adoção de uma postura adaptativa pelas massas de trabalhadores e de subjugados, assentada no descrédito de alternativas coletivas (MORAES, 2001; LAVAL, DARDOT, 2019).

2.1.3.1 O movimento neoliberal estrategicamente construído

Entre fins das décadas de 1940 e início de 1970, a expansão da sociedade salarial obstou o restabelecimento da hegemonia livre-cambista. Contudo, este período também foi de intensa mobilização do pensamento liberal organizado. A estruturação do neoliberalismo como um movimento foi deflagrada no imediato Pós-Guerra, quando se pautou pela guarida aos pensadores europeus que travavam reação teórica e política ao desenho do intervencionismo. Desta época, destacam-se diversas publicações que procuraram dar coesão à releitura do liberalismo e o encontro que fundou a *Sociedade de Mont Pèlerin*⁹, posteriormente incumbida da construção e desenvolvimento da pauta da liberdade econômica. Em uma segunda etapa, através de estratégia semelhante à experimentada pelos socialistas e social-reformistas do final do século XIX e início do XX, o movimento neoliberal se dedicou à formação de uma elite intelectual. Este avanço foi concretizado por adesões e intensa produção de teorias econômicas, envolvendo principalmente universidades norte-americanas e inglesas, além da importante estruturação de uma rede de *think tanks*¹⁰ conservadores. Em desdobramento posterior, a inserção intelectual e política

⁹ A reunião de fundação da Sociedade de Mont Pèlerin perdurou por dez dias em 1947, contando com Friedrich Hayek, Frank Knight, Karl Popper, Ludwig von Mises, George Stigler, Lionel Robins, Walter Eucken, Walter Lipan, Michael Polanyi e Milton Friedman, a qual logo recebeu a adesão de Gary Becker, James Buchanan, Douglass North e Ronald Coase. (GROS, 2008)

¹⁰ São institutos privados de pesquisa envolvidos em pesquisa e formulação de políticas e temas sujeitos a regulamentações públicas, orientados pela doutrina do liberalismo. Em geral, financiados por doações de grandes empresas, os think tanks mantêm equipes técnicas de alto nível responsáveis pela produção de publicações e participações em debates nos meios universitários, na mídia e nos órgãos de assessoria técnica dos partidos políticos. (GROS, 2008)

desses expoentes do liberalismo renovado¹¹ foi realizada através da divulgação de teses articuladas à abordagem neoclássica, compondo a estratégia que embasou a centralidade das virtudes do mercado – centrada na explicação e oferta de solução para a crise do keynesianismo dos anos de 1970 (ANDERSON, 1995; PAULANI, 1999; GROS, 2008).

Para o contexto econômico setentista que combinava baixo crescimento e inflação, a narrativa neoliberal fundamentou seu diagnóstico na insustentabilidade do mundo social regulado. Segundo sua ótica, o poder operário exacerbado estava na raiz dos problemas econômicos, pois o binômio formado por salários elevados e ampliação dos gastos sociais havia inviabilizado a acumulação e comprometido o Estado. A compressão dos lucros e alta de preços seriam, portanto, sintomas de problemas a serem superados através da estabilidade monetária, recuo dos gastos em programas sociais e restauração de flutuações do mercado de trabalho, para que o nível de desemprego aplacasse a ambição dos sindicatos. Nas publicações lançadas por Hayek em 1935 e 1944, *Collectivist Economic Planning* e *O Caminho da Servidão*, respectivamente em oposição ao *Middle Way*, proposto por Keynes, e ao *Relatório de Beveridge*¹², os fundamentos dessa crítica já estavam postos. Na década de 1970, porém, o neoliberalismo recebeu o considerável reforço de novas elaborações que aprofundaram tanto o senso crítico dos apontamentos pioneiros, quanto a radicalidade de uma visão específica de Estado. Neste sentido, destacaram-se pela potência teórica a visão holística da sociedade de mercado de Milton Friedmann, exposta em *Capitalismo e Liberdade* (1962), bem como o desenvolvimento de uma teoria monetária que, com rigor lógico, subordina o mercado de trabalho através da versão aceleracionista da curva de Phillips e da cunhagem do conceito da taxa natural de desemprego (Friedman e Phelps). Completariam as

¹¹ Entre os integrantes da Sociedade de Mont Pélerin há oito ganhadores do Prêmio Nobel de Ciências Econômicas – F. Hayek (1974); Milton Friedman (1976); George Stigler (1982); James Buchanan (1986); Maurice Allais (1988); Ronald Coase (1991); Gary Becker (1992); Douglas North (1993); Vernon Smith (2002). Além desses, outros dois expoentes da *supply side* premiados são Robert Lucas (1995) e Oliver Williamson (2009) – (GROS, 2008; PAULANI, 2011) e site consultado: The Sveriges Riksbank Prize in Economic Sciences in Memory of Alfred Nobel (nobelprize.org).

¹² Durante o Governo Churchill, em 1942, o parlamento britânico aprovou o *Relatório de Beveridge* que pautava a solução através de políticas distributivistas, como a universalização da previdência pública. F. Hayek se opôs severamente a proposta através de uma publicação de impacto popular, simultaneamente lançada na Inglaterra e nos Estados Unidos, em 1944, denominada *O Caminho da Servidão*.

formulações neoliberais pioneiras a definição de um arcabouço de funcionamento da economia privada advindos dos custos de transação, o reconhecimento de direitos de propriedade e nova abordagem do institucionalismo (Ronald Coase e Douglas North), além de ideia de corrosão moral do Estado através da objetiva teoria da escolha pública (James Buchanan) – (MORAES, 2001; GROS, 2008)

2.1.3.2 Um individualismo peculiar

Do ponto de vista da regulação econômica, os objetivos do liberalismo clássico, os enunciados da *Sociedade de Mont Pèlerin*¹³ e as projeções do neoliberalismo maduro convergem. Constituem racionalidades que identificam no igualitarismo promovido pelo Estado um impeditivo à liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência. Entretanto, a concepção de individualismo que fundamenta o pensamento neoliberal difere do que propunham os liberais do século XIX.

Essa diferenciação está baseada na crítica elaborada por Hayek ao individualismo racionalista e detentor de informações perfeitas, base do marginalismo walrariano e do seu desdobramento em equilíbrio socioeconômico eficiente, estável e sempre alcançável. A questão é que na base dessa plenitude estariam supostos o comportamento maximizador de um agente, tido como representativo, e a homogeneidade de dados no sistema, elementos inaceitáveis para Hayek. Para ele, este quadro falseia o individualismo, pois compreende o indivíduo como uma unidade atomizada e deduzível da estrutura social, com comportamento idêntico aos demais e previsível, o que, em última instância, refletiria a anulação da individualidade (PAULANI, 1996). Entendendo que fazia o resgate dos fundamentos genuinamente liberais, Hayek interpreta no indivíduo o ser social que toma informações da realidade objetiva, mas é permanente perpassado por sua subjetividade e existência particular. Ou seja, o indivíduo é refém de uma racionalidade limitada porque desconhece os dados ou informações idênticas à sua coletividade e, por princípio, toma decisões sobre uma situação cuja totalidade lhe escapa (PAULANI, 1996 e 1999).

¹³ A pauta tratada na primeira reunião de Mont Pèlerin incluiu ordem competitiva ou livre empresa; historiografia moderna e educação política; os problemas e as possibilidades da federação Europeia; liberalismo e cristianismo; medidas anticíclicas, emprego e reforma monetária; política salarial e sindicatos; tributação, pobreza e distribuição de renda; política agrícola; e crise política (GROSS, 2008).

Como decorrência dessa visão, a formação de consensos, o planejamento, a expectativa ou a previsão de decisões coletivas e, no limite, a própria política seriam ações destituídas de sentido. Este seria o campo em que cada um tem a sua “verdade” e a vida social se torna um campo da aplicação de afirmações individuais, ou um espelho do mercado, em que a intervenção estatal seria sempre perniciosa, por ser fonte de constrangimentos à *primeva* liberdade (MORAES, 2002).

A segunda característica distintiva do neoliberalismo advém da compreensão peculiar desses pensadores sobre o Estado de Bem-Estar, seu objeto de crítica. Trata-se de uma perspectiva gerada pela combinação dos três argumentos básicos utilizados para contrapor políticas e programas sociais, a saber: a) os custos crescentes das políticas sociais e o impacto lesivo sobre fundos públicos e saúde financeira do Estado; b) os efeitos deletérios das políticas públicas sobre valores morais e comportamento de indivíduos, grupos sociais e empresas; e, por fim c) as consequências desastrosas da arquitetura política exigida para gestão de programas sociais sobre o processo decisório e instituições democráticas. Proferidas à exaustão, com ênfases moduladas ou apenas justapostas, essas consignas teceram o discurso popular neoliberal, que se contrapõe ao intervencionismo social, erguendo bandeiras de denúncia contra o Estado perdulário, a corrosão do caráter dos beneficiados e a suspeita permanente de corrupção (MORAES, 2002).

Combinados esses dois eixos produziram a feição neoliberal, baseada em um individualismo pragmático e moralista, que viabilizou a articulação de duas correntes ideológicas que atuavam em campos separados – o fundamentalismo de mercado (escola austríaca e de Chicago) e o conservadorismo. Dessa fusão não foram geradas alternativas para revitalizar o capitalismo, mas no plano político e ideológico seu alcance pode ser dimensionado pela ampla assimilação de duas compreensões – da inexorabilidade da lógica do mercado, a qual caberia exclusivamente à adaptação, e a inviabilidade da democracia de massas (MORAES, 2002).

2.2 A RELAÇÃO SALARIAL SOB O DOMÍNIO DA ACUMULAÇÃO FINANCEIRA

No final da década de 1970, a corrosão do arranjo social-democrata conduziu à construção de uma nova agenda econômica, política e social convergente e articulada aos interesses do capital financeiro internacionalizado, pressões sobre as

corporações não financeiras e o ideário neoliberal. Surgidos na crítica do estado social regulado e na convicção sobre a inviabilidade da valorização do trabalho, quando chegaram ao poder, através do voto popular, esses programas colocaram em marcha seus ideais – providenciando a reforma do Estado e uma nova regulação para o trabalho.

2.2.1 Os Contornos do Estado Liberal

Giovanni Alves (1999) alerta que muitas interpretações influenciadas pelo viés da submissão ao financeirismo têm desconsiderado o papel ativo do aparato estatal na conformação do capitalismo de hoje. Para ele isto é um equívoco, porque o Estado que emerge da mundialização financeira e da vitória da narrativa neoliberal se apresenta, sobretudo, ambivalente, sendo forte e ativo, por um lado, e frágil e impotente, por outro.

A demonstração de força estaria expressa nas providências tomadas para que os requisitos da nova ordem econômica sejam satisfeitos, com destaque para organização de novos espaços produtivos e fluxos de circulação para estratégias inovadoras de valor, o que exige um forte ativismo nos planos intra e interestatais. Estariam sendo contabilizados, neste sentido, os esforços para a constituição dos blocos econômicos supranacionais e instâncias internacionais de coordenação do comércio e trânsito facilitado de capital¹⁴, fundamentais para garantir escalas de acumulação para as grandes corporações. Também seria um resultado do empenho deliberado do Estado-nação na reorganização das relações de classe em cada país, concretizadas pela redução e focalização dos gastos sociais, e novas regulamentações para o exercício do trabalho e parcelas da produção (ALVES, 1999).

Cotidianamente, porém, para populações e intelectuais é pintado um quadro da impotência de governos, câmaras legislativas e estruturas jurídicas para produzir políticas universais no campo social ou para regular os capitais voláteis. Para Moraes (2010), essa narrativa da incapacidade do Estado foi eficiente para construir a versão da inviabilidade dos regimes democráticos e inclusivos, pois instalou no seio da

¹⁴ Nisso se incluem a União Europeia (EU), o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (Nafta), o MERCOSUL, as articulações do Grupos das sete e das vinte maiores economias do mundo, bem como o realinhamento de pautas da ONU, OTAN, OMC e FMI.

sociedade uma cosmovisão pragmática e adaptativa em termos de políticas públicas e de inexorabilidade de regulamentações restritivas. Em resumo, a proposição do Estado Mínimo, disseminado pela tese e doutrina da austeridade econômica, teria prosperado sobre o esteio da fragilidade estatal.

Para elucidar essa aparente ambivalência, novas interpretações têm confrontado a veracidade das limitações da soberania do Estado-Nacional e buscado compreender a natureza das transformações pelas quais passa esse pilar da sociedade salarial. As abordagens desenhadas nesse campo se dividem em duas linhas divergentes. Por um lado, colocam-se as teses que apresentam o declínio do Estado-nação e advogam já estarem plantadas as formas alternativas de regulação de negócios, territórios e populações, que seriam visíveis nas estruturas e dinâmicas das trocas econômicas, tomadas de decisão e hábitos culturais contemporâneos. A outra perspectiva aponta que, perpassado pela mundialização financeira e nova correlação de forças entre capital e trabalho, o Estado persiste potente, mas transformado. Nesse debate, o foco não se atém aos contornos formais da estrutura estatal e seus ritos básicos, como a promoção periódica de processos eleitorais, que seguem intactos, mas às capacidades clássicas de declarar guerra, instituir a paz, gerir as políticas fiscal e monetária, além de regular a força de trabalho e os mercados.

Dois esquemas interpretativos do declínio do Estado-nação foram propagados entre a última década do século XX e anos recentes. O primeiro é de matiz liberal e compreende que o Estado se tornou uma estrutura inepta para promover o desenvolvimento econômico, apontando o mercado como motor da prosperidade dos povos, com destaque para imposição de uma nova cultura política trazida pela lógica de funcionamento das grandes corporações transnacionais. Essas, em seus processos produtivos globalmente distribuídos, rotinas de decisão e comunicação, aut centradas em seus interesses e concretizadas em um mundo sem fronteiras, teriam tornado obsoleta qualquer autoridade nacional. De acordo com essa concepção, o formato piramidal subjacente à constituição do Estado-Nação também teria sido suplantado, substituído por relações em rede, onde conexões difusas e relacionamentos diretos proporcionaram capturas fortuitas de lealdade em que o poder seria conquistado pela capacidade de influência e não pelo domínio. Nessa

tese, originalmente defendida por Jean-Marie Guéhenno¹⁵, a sociedade mundial tenderia a formar uma única comunidade pós-nacional, caracterizada pela horizontalidade e pulverização de decisões e temáticas, em uma *Idade Imperial*. Convergente com esta visão, o mundo teria se transformado em campo da livre mobilidade dos quatro “Is” – investimento, indústria, informação e indivíduos (como são considerados os consumidores) – de Kenichi Ohmae (BUGIATO, 2011).

Uma segunda vertente dos posicionamentos que perspectivam o declínio do Estado-Nação vem da fundamentação pós-moderna de Michael Hardt e Antonio Negri¹⁶, que derivam das redes globais de produção e distribuição associadas à inovação técnica uma interpretação que enfatiza o triunfo da corporação multinacional, da economia de serviços, do trabalho imaterial e do intelecto as bases de uma sociedade sem fronteiras. Dessa compreensão de esvaziamento do Estado-Nação se ergueria uma nova estrutura de poder mundial, em que a singularidade se encontra no diagnóstico, pois o estágio atual resultaria da dissolução do equilíbrio existente na Guerra-Fria e da bem-sucedida apropriação capitalista dos valores e causas norteadoras dos movimentos populares, operários e de intelectuais de esquerda dos anos de 1960 e 1970. Para esses pesquisadores, as relações entre os Estados na atualidade refletem uma estrutura de poder piramidal, com Washington ocupando o vértice superior, de onde os EUA comandam, por força militar, o Império (SINGER, 2000). Com grande semelhança à ordem e dinâmica do Império Romano, cuja expansão era realizada através da anexação de territórios posteriormente mantidos com relativa autonomia, o poder central (EUA) se funde aos das elites locais e submete, ao final, uma massa ou povo aos seus interesses. Não haveria nas relações capitalistas atuais, portanto, uma oposição centro-periferia, assim como a perspectiva de classes estaria dissolvida por uma noção de laços de solidariedade entre todos os submetidos às ações e ao poder do Império. Os subalternos comporiam um contingente heterogêneo, denominado multidão, o que remeteria o conflito social à batalha da multidão contra o Império (BUGIATO, 2011; SINGER, 2000).

¹⁵ Diplomata francês, foi Secretário Geral da ONU para Operações de Paz, entre 2000 e 2008, e expôs sua visão sobre a falta de sentido da política em um mundo horizontal em sua obra “O fim da democracia: Um ensaio profundo e visionário sobre o próximo milênio”, publicada em francês em 1993.

¹⁶ Antonio Negri, ex-professor de ciência política na Universidade de Paris, e Michael Hardt, professor de literatura na Universidade Duke, nos Estados Unidos.

2.2.1.1 A visão da mudança do Estado

A permanência perceptível do Estado nas relações internacionais e no manejo dos institutos de coesão internos a cada país, essenciais à manutenção do capitalismo, por sua via, lastreiam as teses que visualizam a perenidade da soberania nacional defendidas por ampla gama de pesquisadores marxistas. Para estes, as narrativas liberal e pós-moderna confundem o novo alcance das corporações transnacionais com a abdicação da base territorial de seus capitais (BORON, 2007), e interpretam equivocadamente os movimentos de resistência e adaptação empreendidos pelo Estado ante a ampliação dos mercados (JESSOP, 1998). Dessa forma, a identificação da erosão vulgarmente constatada do aparelho estatal se destinaria, especificamente, às alterações do Estado de Bem-Estar e retrataria as transformações da sociedade salarial. Contudo, se compreendido a partir da sua generalidade, o Estado não apenas persiste como se apresenta ativamente transformado, atendendo as tendências desenhadas pela organização capitalista hodierna.

As bases do esquema interpretativo marxista sobre a natureza do Estado contemporâneo foram desenvolvidas por Nico Poulantzas¹⁷ na década de 1970 a partir da identificação de três macrotendências do processo global de centralização capitalista. A primeira tendência apontava a propensão de hipertrofia econômica do espaço social, materializada no envolvimento direto do Estado em ações de valorização do capital e na crescente mercantilização de bens públicos (educação, saúde, cultura etc). A segunda estaria associada à alteração da correlação de classes interna a cada nação, acompanhando a emergência de uma burguesia regional cindida e correspondente à diferenciação existente nas cadeias de valor global, que, ocupando e pressionando o Estado, passaria a lhe atribuir tarefas diretamente associadas aos interesses de frações dos capitais internacionais. Por fim, Poulantzas apontou a crescente subordinação das esferas sociais e políticas de atuação do Estado à tarefa econômica de contrapesar a queda da taxa de lucro, dificultando a

¹⁷ Em três obras sobre o tema Estado-nação e internacionalização do capital - “As classes sociais no capitalismo de hoje”; “A crise das ditaduras” e “O Estado, o poder, o socialismo” -, Poulantzas sustentou que o Estado nacional nem definharia em proveito de algum super-Estado, que pairasse acima dos Estados nacionais, nem declinaria em proveito de um mundo sem fronteira e sem Estado, organizado por empresas multinacionais- BUGIATO; 2011

postura de invisibilidade estatal (“guarda-noturno”) acima das classes, passando a explicitar interesses e conflitos.

As diretrizes de Poulantzas foram atualizadas por Jessop (1998), em três tendências que destacaram deslocamentos e acomodações de poder estatal como movimentos reativos ao novo cenário financeiro mundializado. Para Jessop, a *desnacionalização do Estado*, inerente ao compartilhamento ou transferência de atribuições do Estado-nacional para esferas supranacionais ou dependências subordinadas subnacionais, expressaria uma busca pela ampliação de possibilidades estratégicas, no qual a autonomia e particularidades da unidade estatal foram preservadas. A *desestatização do sistema político*, que compreenderia a transição do conceito de governo para o de arranjos de governança, foi acompanhada por sistemas de controle dos processos de concessões e de parcerias público-privadas, em uma manifestação do esforço de manutenção da hegemonia estatal em programas econômicos e sociais. Já, a *internacionalização dos regimes de formulação de políticas*, que envolveu a incorporação de novos padrões de competitividade no equacionamento de questões internas, reporta a própria atualização do Estado ao novo contexto regulatório do capitalismo e adequação ao repertório neoliberal.

Ao analisar as funções básicas do Estado no capitalismo, centradas na valorização do capital e na reprodução da força de trabalho, Jessop concluiu que já estaria em emergência um novo modelo de Estado de matriz schumpeteriana, substituindo a construção keynesiana de bem-estar. Para este autor, para cada estrutura de regulação social corresponderia um modelo estatal; assim, para a sociedade salarial, fordista, foi necessário um Estado que operasse pela ótica da demanda; já para um regime baseado na intensificação do trabalho internacionalizado, o requerimento seria de uma estrutura política operativa no âmbito da oferta. Entre as características desse novo Estado estariam, no plano econômico, as políticas de promoção da flexibilidade, inovação e reforço da competitividade em economias abertas. Na esfera social, medidas de bem-estar passam a ser subordinadas a pretensas necessidades de flexibilização e exigências concorrenciais do mercado de trabalho, acompanhadas do rebaixamento dos gastos sociais não coadunados a este objetivo. Em específico no mercado de trabalho, há um gradativo deslocamento do significado dos salários, que passa da base do consumo de massas para o de custo de produção globalmente comparado.

2.2.2 Uma Nova Regulação do Trabalho

Com a erosão do objetivo social do emprego suficiente, acessível e estável para amplos contingentes de trabalhadores, a institucionalidade que havia sido erguida para dar corpo a essa ideia também vem sendo completamente ressignificada. O aparato regulatório do trabalho que, no ciclo keynesiano-fordista, caracterizou-se pela proteção ao trabalhador e visava a sustentação da renda para coletivos numerosos, inverteu seus propósitos, passando a ser centralizada pelos interesses de curto prazo da firma, imersa no ambiente concorrencial e instável da mundialização financeira. Na nova ordem, a busca de estratégias de adaptação, imediata e sem salvaguardas, da força de trabalho às oscilações qualitativas e quantitativas da demanda ocupacional e a construção de mecanismos capazes de elevar diretamente sua produtividade passaram a fundamentar as relações laborais, gradualmente. Como reflexo desse novo norte, o mercado passou a regular o grau de uso e a valoração do trabalho, praticamente sem limites, resultando na transferência dos custos sociais e riscos da produção para os trabalhadores (CALVETE, 2009; DEDECCA, 2010).

Esse intento acabou por constituir a própria desmobilização da relação salarial, pois corroe cada uma das pontas do vértice que unia as condições e experiências laborativas no local de trabalho, a organização coletiva de resistências à exploração e a guarida protetora do Estado (DEDECCA, 2010). Consolidando-se na sequência em uma agenda mundial, desenvolvida em ciclos que atendem o ritmo de integração das nações ao mercado global e episódios de crise financeira, as mudanças que operacionalizam esta lógica vêm atingindo legislações trabalhistas e previdenciárias, a institucionalidade dos sistemas de relações industriais, e produzindo a restrição do aparato estatal de políticas sociais.

2.2.2.1 Mudanças legislativas e reformas trabalhistas – novo disciplinamento das relações de trabalho

A adequação das regras que regem as relações de emprego às tendências do capitalismo contemporâneo entrou em voga na década de 1980, nos países centrais, com a primazia dos governos Thatcher, no Reino Unido, e Reagan, nos EUA. Em

sequência, a iniciativa se desdobrou no movimento que ganhou relevância para América Latina nos anos de 1990, quando surgiu imposta pela nova hierarquia das relações internacionais no nono ponto de exigências sistematizadas pelo Consenso de Washington. Desta época, a CLT brasileira restou alterada em pontos importantes, mas preservou sua estrutura.

Em ciclo mais recente, compondo a onda de ajustamentos e reações desencadeadas pela Grande Crise de 2008-2009, alterações em normas trabalhistas se avolumaram mundialmente, chegando-se a registrar mudanças em 110 economias mundiais entre 2008 e 2014 (ADASCALITEI, MORANO, 2016, p.6). Deste conjunto de países, estendendo o horizonte de observação até 2017, pesquisadores brasileiros apontam ser abundante a experiência de alterações profundas e abrangentes sobre as estruturas protetivas do trabalho, sintetizado em autênticas Reformas Trabalhistas levadas a cabo pela Alemanha, Reino Unido, Espanha, França, Coréia do Sul, México e Brasil (FEE, 2018; FILGUEIRAS; LIMA; SOUZA, 2019)

Sem mudança de rumo nas últimas três décadas, em que pese terem modulado o ritmo dos avanços, as iniciativas de alteração nas legislações do trabalho seguiram buscando a ampliação dos contratos atípicos e restrição dos direitos associados ao contrato padrão, à flexibilização do tempo de trabalho e a alteração das regras de remuneração (KREIN; OLIVEIRA; FILGUEIRAS, 2019).

2.2.3 Limitações de direitos para assalariados e multiplicação de modalidades contratuais

As novas legislações vêm estimulando a adoção de modalidades contratuais que substituem o emprego padronizado, visando redução de custos e ganho de flexibilidade face as flutuações da demanda. Esses novos vínculos podem se referir a contratos diretos e formais com a empresa ou a relações comerciais, que buscam a descaracterização da feição trabalhista do relacionamento entre capital e trabalho. Na situação em que se mantém o vínculo direto, o reconhecimento legal de diversos tipos de contratos facilita a substituição da disponibilidade de trabalho em largo período temporal pela focalização do interesse empresarial, através de contratações por tempo determinado ou temporárias, e de tempo parcial. Estratégias que ocultam a relação trabalhista são facilitadas pela legislação que generalizou a possibilidade de externalizar segmentos do processo produtivo, com a interposição de empresas terceiras e trabalhadores institucionalizados como especialistas e consultores – terceirização, consultores autônomos para uma empresa (no Brasil, denominados “pejotizados”) – (CALVETE, 2009). A este conjunto sistêmico, a nova rodada de Reformas Trabalhistas acrescentou a facilitação da dispensa e novos institutos de negociação individual e coletiva, que derrogam direitos legislados para assalariados. Desta leva também foram contemplados o alargamento dos períodos de contratos temporários e com prazos definidos, assim como a normalização dos vínculos de tempo parcial. Sobretudo, a máxima flexibilidade está prevista pela introdução de contratos de tipo intermitente ou de zero-hora, que não garantem jornadas mínimas e estabelecem remuneração por hora aos trabalhadores, que recebem apenas quando demandados pelos empregadores (FILGUEIRAS; LIMA; SOUZA, 2019; DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS-DIEESE, 2017).

2.2.4 Uso do tempo e intensificação do trabalho

A flexibilização associada ao princípio de focalizar o interesse empresarial na obtenção da máxima produtividade do trabalho também conduziu a novas estratégias de modulação das jornadas de trabalho. Estas passaram a ser contabilizadas

anualmente, com objetivo de acompanhar movimentos sazonais da demanda final e providenciar a disponibilidade de trabalhadores adequada aos picos e vales do ciclo produtivo. Para isso, a criação de “bancos de horas” e uso de equipamentos tecnológicos, como smartphones e computadores portáteis, que operacionalizam a ideia do trabalhador em estado de alerta, tornaram-se funcionais (CALVETE, 2009). A partir das últimas Reformas Trabalhistas, é perceptível a ampliação do poder empresarial sobre a definição do tempo de trabalho, particularmente através do alargamento do uso do banco de horas e da eliminação de obstáculos como a interveniência de acordos sindicais e necessidade de avisos prévios e condicionais (FILGUEIRAS; LIMA; SOUZA, 2019; DIEESE, 2017).

2.2.5 Formas de remuneração e a tendência do trabalho por meta

Coadunada com as estratégias de focalização embutidas nas contratações e nas jornadas de trabalho, as remunerações passaram, pelo menos em parte, a acompanhar os resultados obtidos pela empresa, tornando-se variável. Essa vinculação do risco capitalista aos salários, inédita até então, tomou a forma de participação em lucros e resultados, comissões e inclusão/facilidade na aquisição de ações da empresa (stock option), mostrando-se mais eficaz para o alinhamento de operários e trabalhadores aos interesses empresariais. A operacionalidade dessa vinculação, por sua vez, foi concretizada através de sistemas de resultados e metas, individuais e por grupo (teamwork), frequentemente revisadas e mais exigentes (CALVETE, 2009). Nas Reformas recentes, o aprofundamento do ganho capitalista sobre a renda do trabalho seguiu pelo único caminho de avanço viável, através da autorização de não pagamento de parte do tempo de atividade, por exemplo, no formato de horas-extras não pagas, e subtrações de remunerações esporádicas (como diárias e adicionais de função) do conceito salarial (FILGUEIRAS; LIMA; SOUZA, 2019; DIEESE, 2017).

2.2.6 A desvalorização da organização sindical e as mudanças nos sistemas de relações de trabalho

A heterogeneidade das condições básicas de trabalho oriundas da tendência à individualização de contratos foi acompanhada da desvalia da contratação coletiva e do desrespeito à organização sindical. Na verdade, na maioria dos países que ajustaram sua legislação trabalhista contemplando os novos ditames do capital, esse processo ocorreu em etapas. Primeiramente, ocorreu redução dos espaços de negociação em prol dos acordos pulverizados e individuais, o que acarretou no desgaste da representação coletiva dos trabalhadores, em que pese a manutenção da institucionalidade. Em sequência, em associação ao arrefecimento de outras esferas de participação, diálogo e decisão, o recuo da representatividade sindical compôs um cenário de descrença, acompanhando queda no nível geral dos salários e aumentos da desigualdade. Por fim, o desgaste foi convertido em fragilização econômica e estrutural das entidades sindicais (DEDECCA, 2010).

2.2.7 A proteção social e do trabalho sob nova perspectiva

As alterações da regulação laboral se estenderam às políticas públicas sociais e do trabalho, produzindo ajustamentos quanto a sua legitimidade e sentido. Estas que, sob o marco da sociedade salarial, buscavam manter os patamares universais de consumo e renda, através da seguridade, assistência social e de apoio ao desempregado, ao compor o quadro de forças da acumulação flexível, alteram sua funcionalidade. Por um lado, a intervenção pública nesse âmbito passou a contribuir para a conformação de um mercado de trabalho adequado aos requerimentos da acumulação flexível, abundante na oferta de trabalhadores cambiantes entre si e permeáveis ao novo discurso empresarial, e, por outro, compôs a narrativa da inviabilidade da massificação de direitos (DEDECCA, 2010; MORAES, 2010).

Acompanhando mudanças nas demais dimensões da regulação do trabalho, a perspectiva do Estado nesse âmbito também foi redefinida em etapas. Na primeira, assentada no controle dos gastos sociais com políticas compensatórias, em um cenário de queda da arrecadação e crescimento da dívida pública, as lógicas de focalização superaram as calcadas na universalidade em narrativas e práticas. Em

um segundo momento, generalizou-se o entendimento de que, em um cenário de acirrada concorrência internacional, a estratégia pública deveria buscar a equiparação do perfil da força de trabalho interna às prevalentes no mercado mundial (DEDECCA, 2010).

Nesse contexto, as clássicas ações de intermediação, qualificação e de acesso ao seguro-desemprego foram orientadas a gerar a adaptação da força de trabalho aos objetivos da organização empresarial. Assim, as noções de empregabilidade, empreendedorismo, flexibilidade, habilidades e competências, bem como de mérito se instalaram como diretrizes do discurso e presença estatal na seara do trabalho.

3 AS VEREDAS DA PLATAFORMIZAÇÃO: A INTERNET E A SEDUÇÃO DO COMPARTILHAMENTO

Após um ciclo de latência iniciado em meados da década de 1970 nas economias centrais, as transformações do Estado e da regulação do trabalho que haviam apresentado seus contornos na virada do século, transparecem com nitidez e presença global a partir de 2008. Como requisitos à consolidação de novas escalas produtivas e fluxos de valorização, por um lado, e, por outro, de flexibilidade para uso e gestão da força de trabalho, as mudanças do aparato estatal e descenso de direitos laborais acompanharam às exigências de consolidação do novo regime de acumulação capitalista, em que pese tenha havido resistências e conflitos.

O capitalismo que triunfou destes embates projeta a imagem futurista dos contextos digitais e das plataformas, mas, assenta-se na regressão de direitos e relações assimétricas entre agentes econômicos. Em grande parte, a especificidade desse novo capitalismo expressa suas condições de origem no âmbito da oposição a regulação fordista e relações internacionais dos anos de 1970, que legaram ao capitalismo contemporâneo o domínio da valorização financeira, valores neoliberais e recuperação do poder geopolítico, militar e econômico estadunidense. A base tecnológica que fornece os liames que articulam os pilares e circunstâncias da nova acumulação, por isso, tem o endereço nos EUA e a uma feição liberal-anárquica, que são os temas de dedicação deste capítulo.

3.1 TRANSFORMAÇÕES TECNOLÓGICAS DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: COMO O CYBERSPACE DEU LUGAR A UM MARKETSPACE

A internet é um produto da Guerra Fria, particularmente do desenvolvimento científico e tecnológico dos EUA e estrategicamente articulado à sustentação da supremacia militar e ao poder político-econômico do país no embate das potências no pós-guerra. Essa origem remete ao singular sistema nacional de inovação estadunidense, do qual fazem parte universidades e fornecedores privados da indústria bélica e de inteligência, mas cuja força motriz é dada pelo Departamento de Defesa norte-americano e seu expressivo orçamento. A substantiva atenção dada ao

controle das comunicações e o descompasso entre o ritmo acelerado da inovação militar e o experimentado nos demais segmentos da indústria completam as características desse sistema, em que preponderam soluções no campo da ciência pura, em detrimento de avanços graduais da aplicação tecnológica (BOLAÑO, VIEIRA, 2013). O direcionamento da pesquisa para a área de comunicações foi contextualizado pela convergência entre domínio da transmissão decodificada da informação e a geopolítica, ampliada e consolidada no período entreguerras e impulsada pela corrida espacial, fundamentalmente pelos investimentos realizados pelos EUA em resposta ao lançamento do Sputnik, em 1957, pela URSS (BOLAÑO, CASTAÑEDA, 2004). Conforme sistematiza Lopes (2008), desta época se registra a criação da NASA (*National Aeronautics and Space Administration*), em 1958, e da COMSAT (*Communication Satellite Corporation*), responsável pela gestão e mediação dos interesses do governo e de empresas privadas de comunicação, em 1962, que juntas lançaram ao espaço satélites militares, como os da série Discover, e de comunicação (Telstar, Relay e Syncon), além de constituírem a rede internacional de satélites estacionários de comunicação INTELSAT (*International Telecommunications Satellite Organization*).

Neste período, em 1958, também foi criada a ARPA (*Advanced Research Projects Agency*), com a incumbência de gerar um sistema de comunicação invulnerável a um possível ataque soviético, viabilizando a criação de uma rede rudimentar de computadores, interligando bases militares a departamentos de pesquisa universitários. A primeira comunicação mediada por este novo sistema, denominado ARPANET (*Advanced Research Projects Agency Network*)¹⁸, ocorreu em 1969 (LOPES, 2008). Entre os conceitos incorporados pelo projeto estavam os desenvolvidos por J. Licklider, que preconizava a inexistência de hierarquia entre os nós de comunicação, e por L. Kleinrock, que propunha o fracionamento das mensagens trafegadas entre computadores/nós em três partes (comutação de pacotes de dados) – o endereço do emitente, o conteúdo da mensagem e o endereço do receptor/destinatário. Essas diretrizes deram as feições para um sistema de comunicação em que, respectivamente, a propagação das mensagens se faz horizontalmente, sem centralização ou mediações, e na qual a transmissão funciona

¹⁸ Nesse momento estiveram envolvidas as Universidades da Califórnia, de Los Angeles e de Santa Bárbara, de Utah e o *Stanford Research Institute*.

por decomposição – ou seja, a mensagem chega ao destino quando suas três partes trafegam sem problemas (LOPES, 2008). Durante a década de 1970, a ARPANET seguiu em lenta ampliação e supervisão militar¹⁹, dedicando-se à elaboração de elementos fundamentais para o padrão tecnológico atual, como o cabo Ethernet e o protocolo de comutação de dados TCP/IP (Transmission Control Protocol/Internet Protocol), que, respectivamente, garantiram base física e o gerenciamento do fluxo de dados na rede (BOLAÑO; VIEIRA, 2013).

Nos anos de 1980, o esforço norte-americano para o desenvolvimento da comunicação entre computadores teve sua organização gradualmente alterada, inicialmente, com a segregação de uma rede exclusivamente militar (MILNET) e, posteriormente, com a transferência da gestão da rede acadêmica para a *National Science Foundation* (NSF). Com a expansão civil da rede, sustentada por um número crescente de universidades, o avanço da pesquisa assumiu ritmo exponencial. Deste período, registram-se, em 1983, o surgimento do sistema de identificação e hierarquização de máquinas (*Domain Name System – DNS*), em 1985, do primeiro *software* de serviços de comunicação (BBS), e a instalação do primeiro backbone pela NSF, em 1986 (LOPES, 2008; BOLAÑO, VIEIRA, 2012). Esses desenvolvimentos constituíram os alicerces, respectivamente, para a conexão e tráfego de informações entre maior número de máquinas e redes identificadas, para a criação de fóruns de interação, trocas de mensagens e de conteúdos, e, por fim, para a criação de uma infraestrutura informacional compatível com a vazão de dados em circulação que caracteriza a nova arquitetura tecnológica capitalista.

Na virada para década de 1990, uma contribuição fundamental para conformar a nova base tecnológica das comunicações veio de fora dos EUA, através do físico e cientista de computação britânico Timothy John Berners-Lee, na ocasião ligado ao *Conseil Européen pour la Recherche Nucléaire* (CERN), que criou a web (*World Wide Web - www*) e abriu as portas para a massificação da internet (BARRY et ali, 1997). O desenvolvimento desse serviço de interface, lógica e amigável, tornou possível o acesso à rede aos não profissionais, baseando-se na associação do conceito de

¹⁹ Na segunda metade da década de 1970, as tensões entre URSS e EUA foram diminuídas, no período conhecido como de Coexistência Pacífica, mas esta ainda não era uma realidade nos primeiros anos daquele decênio, o que sugere uma explicação para o fato da ARPA ter continuado central no planejamento da inteligência militar norte americana. Em 1975, isso se intensifica com a subordinação da Agência à *Defense Communication Agency*, quando foi rebatizada como DARPA.

hipertexto com a internet, ou seja, com o *Transmission Control Protocol/Internet Protocol (TCP/IP)* e *Domain Name System (DNS)* – gerando o código *http* (abreviação de *HyperText Transfer Protocol*). A trajetória construída nesta etapa superou a comunicação bidirecional²⁰, criando o endereçamento unidirecional à hipermídias (páginas da web carregadas de links para os mais diversos conteúdos), e incorporou ferramentas como os servidores web e os serviços de navegação ao cotidiano do trabalho e demais esferas da vida (BARRY et ali, 1997). Em sua formulação original, Berners-Lee utilizou como servidor um computador do CERN, então o maior nó de internet da Europa, a partir do qual também desenvolveu as primeiras páginas da web e o navegador “WorldWideWeb”, em código aberto.

Com o encerramento da guerra fria, além da redução orçamentária para a cadeia industrial-militar, ficaram ressaltadas as consequências da concentração de interesses dos EUA na corrida espacial e telecomunicações em detrimento do avanço tecnológico dos demais ramos industriais, principalmente nos de equipamentos eletroeletrônico e automobilístico. Esta identificação de relativa desvantagem produtiva, principalmente no confronto com capitais alemães e japoneses, estabeleceu novas prioridades para a inovação na economia norte-americana. Para isso, foi central a transição da política tecnológica do país de viés político-militar, centrada no investimento estatal, para uma mercantil, que apoiasse a reestruturação da acumulação privada. Para que o acúmulo apropriado no setor de comunicações se generalizasse, alguns passos foram estratégicos.

3.1.1 Privatização e Flexibilização do Sistema de Telecomunicações

O primeiro passo traçado para essa generalização foi voltado à superação do monopólio das telecomunicações nos EUA e à criação de uma legislação que permitisse a atuação transnacional das empresas do setor, um movimento que se estendeu de 1982 a 1994 com a fragmentação da AT&T (*American Telephone and Telegraph*) Corporation ao final. Essa corrosão da superestrutura, que deu lugar à regulação flexível, foi induzida pelas inovações militares, que abriram caminho para a

²⁰ Isso foi possível devido ao desenvolvimento de um recurso global e único de identificação de recursos, Uniform Resource Identifier (URI), que pode ser associado a localização (URL), a um nome ou máquina (URN), ou ambos, o que remete a um endereço único – provedor de internet ou página de internet.

ampliação do sistema de tráfego de dados por satélite, cabo de banda larga, fibra ótica e micro-onda (HERBER, FISCHER, 2000). Adequadas à demanda empresarial que buscava novas posições estratégicas na década de 1980, à melhora de desempenho das transnacionais norte-americanas e ao suporte do processo de financeirização, que exige informações em tempo real, as novas possibilidades de comunicação esbarravam nos sistemas convencionais e regulados das telecomunicações no país. Uma nítida tensão entre novas necessidades de acumulação e a regulação antiga se estendeu por praticamente uma década, na qual autorizações para empresas operarem sistemas privados de comunicação fornecidos pela *Federal Communications Commission – FCC* constituíram um sistema híbrido que convulsionou o aporte centralizado. Ao final desse período, que também é de ascenso do liberalismo (HERBER, FISCHER, 2000), estaria sacramentada a aliança entre a tecnologia de comunicações, as formas mais flexibilizadas de acumulação e o capital financeiro, invertido nas empresas líderes desse processo (LOPES, 2008).

Embora tenha ocorrido em concomitância com o processo britânico, a conclusão da experiência norte-americana de desregulamentação das telecomunicações não tardou a exigir escala mundial, explicitando os laços entre a redefinição do papel do Estado e os interesses geopolíticos da generalização da tecnologia baseada na comutação de dados. Esse espraiamento inicialmente expressou iniciativas de convergência tecnológica, mas logo englobou os processos de integração econômica, como o da União Europeia, e, finalmente, respondeu às imposições articuladas pelos órgãos de regulação internacional, como ocorreu na América Latina e no Brasil, em que a privatização das telecomunicações compôs a aplicação do Consenso de Washington (HERBER, FISCHER, 2000; LOPES, 2008; BOLAÑO, CASTAÑEDA, 2004).

Concretizada por diferentes caminhos, é inegável a maturidade atingida pela elaboração da tecnologia digital na década de 1990 e que as condições objetivas para sua expansão e generalização dependiam de alterações de infraestrutura. Além disso, que esta construção expressava um projeto consciente e orgânico da elite política norte-americana. Como denotam os registros, já em 1992 o então senador Al Gore falava na *Superhighway of Information*. Essa "superestrada da informação" tinha como unidade básica de funcionamento a troca, compartilhamento e fluxo contínuo de

informações pelos quatro cantos do mundo através de uma rede mundial, a Internet (LOPES, 2008).

3.1.2 Confluência de interesses entre capitais de risco e internet

Entre 1993 e 2001 (Governo Clinton), a economia norte-americana retomou o crescimento e o otimismo, o que foi acompanhado de elevação do poder sindical e desaceleração da degradação do mercado de trabalho interno (FRIEDMAN, 2014), além de uma aparente inflexão na política externa do país. Um ambiente que embalou as aspirações de liberdade e reflexões sobre as potencialidades da sociedade em rede, predominantes na cultura hacker daquele momento. Essa trajetória, entretanto, desaguou na aproximação entre os capitais de risco e as empresas de tecnologia pontocom, principalmente a partir do final da década, definindo uma segunda característica inerente à generalização da tecnologia digital.

Embora as bases do capitalismo sob a dominância financeira já estivessem estruturadas desde meados da década de 1990 e seu caráter patrimonialista tenha se mostrado na privatização da telefonia mundial, o enlace entre capitais de risco e internet tem especificidades. Entre 1994 e 1999, depois da revoada sobre as economias emergentes que redundou em crises cambiais de elevado potencial de contágio, os fundos de risco acabaram atraídos pelas perspectivas de rentabilidade extraordinárias abertas pelo mercado acionário das empresas ligadas à internet nos EUA (PAULANI, 2009). As ações eram comercializadas pela NASDAQ (*National Association of Securities Dealers Automated Quotations*), um mercado automatizado para negociação de ações de empresas de capitalização restrita que fora destacado como alternativa pela indicação de instituições de *rating*. Rapidamente as quotas das empresas pontocom se sobrevalorizaram, redundando em uma bolha financeira colapsada em 2001, cujos efeitos foram amenizados pela atuação do FED. Na sequência, muitos desses capitais migraram para o mercado imobiliário do país e, em uma nova onda de valorização fictícia, constituíram a base da crise de 2008-2009 (PAULANI, 2009). Porém, a aliança entre os interesses financeiros e a expansão das empresas de tecnologia não se desfez. As empresas de tecnologia norte-americanas sobreviventes da crise de 2000-2001 se tornaram as líderes do segmento e associadas ao negócio das plataformas digitais. Por fim, os efeitos da crise de 2008-

2009 serviram de palco para a disseminação da ressignificação da ideia de “compartilhamento”, que tornou possível a propagação das plataformas.

3.1.3 A revolução dos assuntos militares e a última fase de desenvolvimento do Global Positioning System - GPS

A mais recente inflexão da política externa norte-americana, explicitada ao mundo a partir de 2001, foi acompanhada de novos desenvolvimentos no âmbito da tecnologia digital. Conhecida como a “revolução dos assuntos militares”, esta virada demarcou a passagem da retórica multipolar para a bélica, trazendo consigo o conceito de “precisão”, que norteia as ações de rastreamento, central na operacionalidade das plataformas que operam na internet atualmente.

O ponto de partida disso estava na noção do inimigo esparso, difuso e potencial, em um ambiente hostil e distante, cujo combate dependeria do rastreo, antecipação de movimentos, simulação de operações e ataques cirúrgicos. Para tanto, o Departamento de Defesa dos EUA contou com pesquisa e avanços para produção de armas guiadas com precisão e longo alcance, baseadas nos desenvolvimentos de geolocalização a partir de satélites (LOPES, 2008). A resposta a esses interesses foi dada pelo *Global Positioning System* (GPS), projeto iniciado em 1973 sob o abrigo mais amplo do *Navigation satellite with Timing and Ranging* (Navstar), que foi posto em operação em 1991, com a constelação de satélites que o sustentam concluída desde 1993 (BERNARDI, LANDIM, 2002).

Com objetivo de identificar instantaneamente qualquer ponto na superfície terrestre indicando posição, velocidade de deslocamento e horário, o GPS produz uma referência tridimensional a partir do alinhamento de, pelo menos, quatro satélites acima da localização desejada. Organizacionalmente, além dos segmentos militar e de controle, diretamente supervisionados pelo Departamento de Defesa, este sistema conta uma dimensão de usuários que comporta a atividade civil, na qual estão inseridos os receptores de sinal e softwares de navegação que a traduzem (BERNARDI, LANDIM, 2002). Desde 2000, por decisão do governo de Bill Clinton, a qualidade do sinal acessado para fins comerciais ganhou precisão e, com a adição de receptores a dispositivos móveis como tablets e celulares, a geolocalização por GPS passou a fundamentar a operacionalidade de diversas plataformas – do Tinder à Uber.

3.2 A ECONOMIA DO COMPARTILHAMENTO E O NOVO CAMPO DAS RELAÇÕES ECONÔMICAS MEDIADAS POR PLATAFORMAS VIRTUAIS

Não há dúvidas sobre a existência de um desafio semântico, anterior a qualquer outro, para que se possa traçar uma compreensão adequada das relações entre tecnologia e vida social na atualidade. Esse problema se explicita no confronto entre o ideário de compartilhamento ou colaboração, originário dos primórdios da cultura digital, e as práticas de mercado realizadas pela rede hoje (ZANATTA, 2017, SLEE, 2017), sustentadas por conexões feitas com a financeirização, o aprofundamento do e-commerce e a nova onda de exploração do trabalho. Essa é uma incongruência que retraria, sobretudo, uma batalha perdida, segundo a compreensão de Ricardo Abramovay exposta no contundente prefácio à edição brasileira do livro denúncia de Tom Slee – *Uberização: A nova onda do trabalho precarizado*²¹. Para o pesquisador nacional, entre os últimos anos do século XX e os primeiros deste, os ideais emancipatórios suscitados pelo alcance das condições técnicas para comunicação e relações horizontalizadas entre comuns, incluindo produção e distribuição cooperativadas e a baixo custo, foram suplantados pela “(...) mais importante transformação do capitalismo no século 21: emergência da empresa-plataforma” (ABRAMOWAY, 2017, p.14).

Notavelmente, o caráter paradigmático do debate sobre o impacto da base técnica digital expressa diferenças de perspectivas sobre o desenvolvimento humano, individual e coletivo (LEMOS; LÉVY, 20104; SCHOR, 2014), sendo, além disso, permeado por interesses econômicos (ZANATTA, 2017). Nessa disputa da narrativa tecnológica, tomou centralidade a controvérsia sobre definição e escopo da Economia do Compartilhamento, uma expressão genérica que comunica o papel da conectividade e do rompimento de limites físicos, geográficos e de custos para expansão de uma prática social milenar. Do ponto de vista objetivo, os avanços das transmissões online provocaram o recuo de custos de informação e coordenação de operações inicialmente de benefício mútuo, gerando um boom que despertou o

²¹ Esse debate poderia ter sido revelado aos brasileiros de forma ainda mais direta, se o título do livro de Tom Slee na versão nacional tivesse se mantido fiel ao tom original: “What’s Yours Is Mine: Against The Sharing Economy”.

interesse do reino dos negócios (CODAGNONE, MARTENS, 2016). Nesse sentido, o controverso seria a elasticidade adquirida pelo termo compartilhamento, cujo significado teria transitado do campo da reciprocidade límpida e equilibrada, no período analógico e comunidades específicas, para a assimilação de diferentes graus de assimetria dos resultados lucrativos e globais na era digital.

Para uma compreensão deste contexto, a cronologia da construção e ressignificações do termo *compartilhamento* realizada por Zanatta (2017) esclarece que os primeiros conceitos relativos às relações econômicas e à internet surgiram no âmbito da produção imaterial e sua capacidade de gerar valor, como um tema de estudo da Economia Política da Comunicação e ambiente hegemônico pela lógica do software livre. Nessa etapa, não havia um consenso sobre alcance e formatos da elaboração realizada com base em plataformas colaborativas, mas alguns avanços se destacaram. O norte americano Yochai Benkler²² e o belga Michel Bauwens²³, delinearam, respectivamente, as primeiras práticas sociais de compartilhamento produtivo em rede e a noção de “economia entre pares” (peer-to-peer). O primeiro, relativizando o espaço institucional da empresa e suas hierarquias, e o segundo, confrontando os padrões jurídicos e institucionais estabelecidos nas estruturas tradicionais de mercado. Contudo, houve uma mudança do enfoque dado a esse debate acadêmico e público após a Grande Crise de 2008-2009, quando o embate passou a enfatizar a intermediação do consumo em detrimento da esfera produtiva, como pontua Zanatta (2017). Para isso, concorreu tanto o espaço ocupado na mídia pela estratégia dos negócios voltados à mediação de serviços, quanto publicações acadêmicas que ressaltavam a sustentabilidade do consumo colaborativo. O contexto recessivo estadunidense, por sua vez, foi importante para a receptividade social do consumo de bens ociosos e busca por fontes alternativas calcadas na monetização de ativos preexistentes, acumulado em outros ciclos. Deste período se destacam as publicações de Rachel Botsman e Roo Rogers, *What is mine is yours*, e de L. Gansky, *The mesh: Why the future of business is sharing*, ambas de 2010, apresentando mensagens semelhantes: uma onda emergente de cidadania associada ao consumo, em que o acesso superaria o desejo de propriedade e o compartilhamento de ativos off-line seria facilitado pelas relações horizontais viabilizadas pela conectividade

²² Ver Coase's Penguin, or Linux and “The Nature of the Firm” (BENKLER, 2002)

²³ Ver Peer to peer and human evolution. Integral Visioning (BAUWENS., 2005)

(ROSA, 2017). Na sequência à aproximação entre os fundos de investimento e empresas proeminentes de mediação, os conceitos da Economia do Compartilhamento e do Consumo Colaborativo foram mixados, com o apoio de acadêmicos da teoria das organizações, como Arun Sundararajan, que, em artigo de 2013, sintetizou o perfil das transações de bens físicos mediadas pela rede. Para ele, a vantagem das transações econômicas deste tipo estava associada à criação de uma nova realidade econômica, criada pelas possibilidades de fragmentação e precificação do uso de bens tangíveis em microunidades dispersas no tempo e no espaço, associada a uma oferta crescente e facilitada, dadas pelas condições de difusão e interatividade (Zanatta, 2017). Esse seria o capitalismo de multidão, tendencialmente crescente por inovar o modo de consumo e o articular com efeitos de rede, sendo a Uber e o Airbnb exemplos disso.

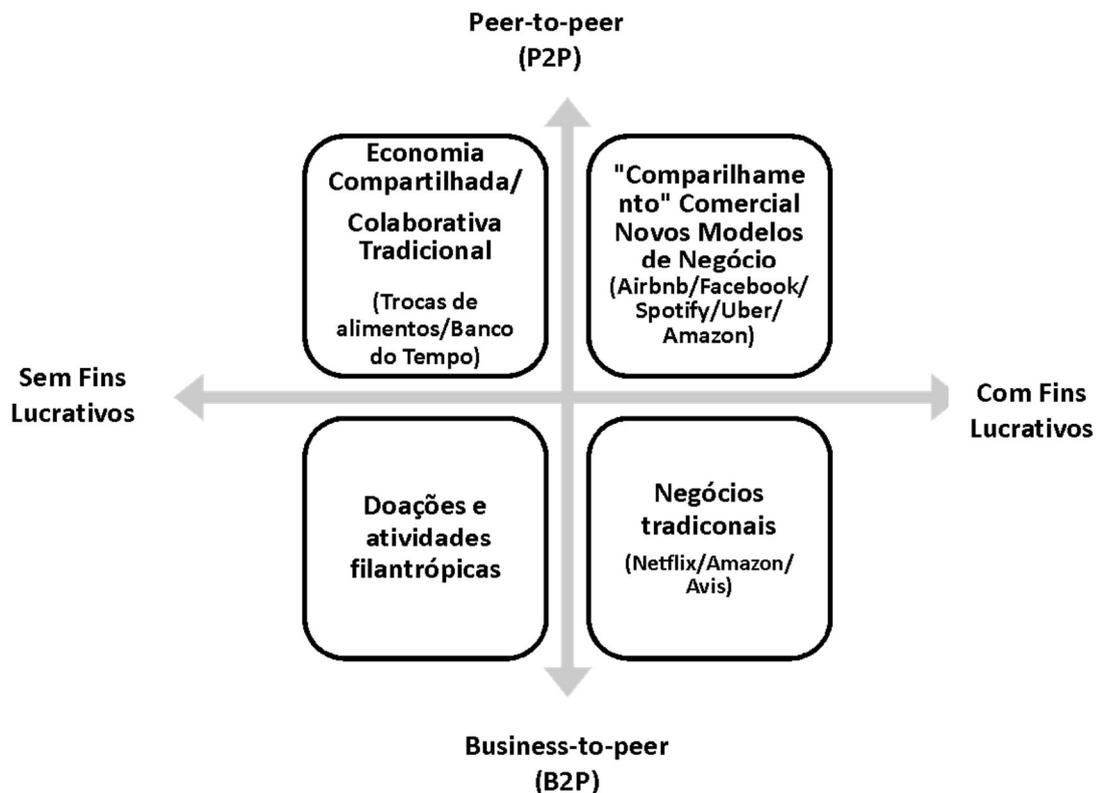
Notavelmente, a comunicação digitalizada generalizou a “Economia Compartilhada” ao extravasar as interações surgidas no ambiente da produção imaterial para o consumo, precisamente por constituir novas condições de mercado baseadas em pontes entre o universo virtual e o mundo tangível. Por sua vez, as potencialidades digitais e as práticas econômicas, quando unificadas no mesmo contexto, desafiam a reflexão nas ciências sociais e aplicadas, mobilizando a pesquisa em vários sentidos desde a geração de valor, modelagem de seus negócios, hierarquias empresariais, estruturação de mercados até a abrangência setorial e geopolítica da nova realidade. Neste quadro, o dilema das denominações se mantém em aberto, em um debate que acolhe diversas tentativas de delimitação da “tenda do compartilhamento”²⁴, que variam de acordo com os critérios adotados: abrangência de atividades (produção e consumo), a natureza material ou imaterial dos recursos envolvidos, tipo de bem transacionado, novas formatações de mercado e busca ou não do lucro na operação (ZANATTA, 2017). Disto, tem resultado nomenclaturas e rótulos que vêm sendo utilizados de modo intercambiável nas esferas de legislação na e tentativas de regulação dessas atividades, como “economia do compartilhamento”, “economia de acesso”, “economias digitais mediadas por plataformas”, “economia circular”, etc (CODAGNONE, MARTENS, 2016).

²⁴ Juliete Schor (2014) usa a expressão “tenda do compartilhamento” para refletir sobre as organizações que buscam a permanência dessa denominação difusa para usufruir da simbologia positiva e mágica da sustentabilidade e avanço digital que o termo emana.

No entanto, concretamente há um novo modo organizativo das relações econômicas realizado por plataformas virtuais, um médium humanamente construído, que reduz custos de transação e cria um arranjo institucional facilitador de operações (Zanatta, 2017). Inegavelmente também, as novas interações se desenvolvem em um ambiente ainda desregulamentado que tanto afasta o controle estatal sobre possíveis riscos ao ambiente e estruturas produtivas locais, quanto ignora direitos de consumidores e trabalhadores (SCHMIDT, 2017). Por isso, a rápida e heterogênea expansão das intermediações realizadas por plataformas digitais está na pauta pública, requerendo diretrizes para ações imediatas.

Para Codagnone e Martens (2016), o compreensível hiato entre o tempo de acúmulo acadêmico e a necessidade de orientação mínima para posicionamentos e intervenções poderia ser suprido momentaneamente por uma estrutura matricial simples, que hierarquizasse os campos ou situações que exigem maior atenção pública e indicasse os segmentos demandantes de apoio para aprofundamento em pesquisa. A proposta foi apresentada pelos autores em um estudo publicado em 2016 pelo Institute for Prospective Technological Studies Digital Economy para a Comissão Europeia, gerando uma matriz bidimensional das combinações entre objetivos organizacionais relacionados ao lucro e uma estratégia de mercado de plataformas. Um modelo classificatório similar já havia sido proposto por Juliete Schor em 2014, no famoso artigo *Debating the Sharing Economy*, gerando conclusões semelhantes às sistematizadas pelos pensadores europeus. Em síntese, seriam as dimensões escolhidas por esse conjunto de pesquisadores que emolduram os modelos de negócio das plataformas, pois, se em todas as situações do “compartilhamento” há alguma mediação, seria o imperativo do lucro o eixo orientador das particularidades das operações em rede. Por outro lado, a definição da clientela e mercado de atuação das empresas- plataforma definiria se os ganhos seriam derivados de taxas ou comissões sobre as transações (Peer-to-peer), determinadas ao fim pelo volume que alcançam, ou, como nos negócios tradicionais, maximizados por operação (Business-to-peer ou Business-to-Consumer) – SCHOR, 2014. A figura 3.1 sintetiza essa sistematização.

Figura 3.1 - Classificação da Economia do Compartilhamento segundo estrutura de mercado e orientação para o lucro



Fonte: Adaptação de CODAGNONE, MARTENS (2016, p.12) e SCHOR (2014, p. 10).

Ao focalizar no diagrama resultado, Codagnone e Martens (2016) apontaram as características de cada quadrante, indicando que no primeiro, à noroeste, estariam situadas as atividades de “compartilhamento originais”, que não demandam ações regulatórias e devem ser apoiadas por sua capacidade de fortalecimento comunitário, inclusão social e inovação social. Já o quadrante sudeste (4º) na matriz conecta a economia compartilhada às atividades online B2P ou B2C comuns e majoritárias na internet (e-commerce), cuja regulação é, em geral, adequada ou de fácil adaptação via sistemas tributários. Sendo o terceiro quadrante de pouco interesse para o debate econômico para os autores, de fato as discussões relacionadas à plataformação estariam concentradas nas experiências situadas no segundo quadrante, à nordeste. Neste enquadramento se evidenciam as empresas-plataforma P2P, ocultas sob a aura do compartilhamento quando deveriam ser vistas como inovações mercadológicas que realmente demandam ações regulatórias e construção de políticas distintas (CODAGNONE; MARTENS, 2016).

Outra proposta na seara da conceituação voltada a leituras da heterogeneidade do Compartilhamento foi proposta por Acquier, Daudigeos e Pinksec (2017), que, através de uma extensa revisão da literatura, perceberam não apenas a coexistência de três núcleos distintos de atividade econômica sob a influência da transformação digital, como apontaram as áreas de sobreposição entre eles. Para os autores, a identificação de ações relativas à *economia de acesso*, *economia de plataforma* e *economia de base comunitária*, realizada a partir da sistematização das características específicas apontadas pelo debate na área, permitiu também que isolassem as promessas de inovação e o impacto social esperado de cada núcleo (Figura 3.2).

Figura 3.2 - Núcleos da Economia do Compartilhamento



Fonte: ACQUIER, DAUDIGEOS & PINKSEC, 2017, p. 32.

Nessa classificação, a Economia de Acesso corresponde às iniciativas de compartilhamento de ativos subutilizados relacionados à busca de otimização do uso em substituição a aquisição de um bem. Descritora do consumo colaborativo,

recirculação e uso expandido de bens (SCHOR, 2014)²⁵, esta categoria abarca negócios em trajetória de diversificação e ampliação de escopo com apoio da internet, mas que seguem uma estrutura comercial baseada em modelos tradicionais e conhecidos – aluguéis, leasings e empréstimos²⁶. Acquier, Daudigeos e Pinksec (2017) também ressaltaram a multiplicidade de configurações organizacionais e de governança possíveis nesses arranjos da Economia de Acesso, que podem ter ou não fins lucrativos, contar com gestão pública, privada ou cooperativa. Já, a propriedade dos ativos, nesses casos, pode ser centralizada (Avis, Hertz, Zipcar) ou descentralizada por uma rede de pares.

O segundo núcleo de atividades digitalmente mediadas aparece nesta categorização como ações econômicas baseadas na comunidade, que reúne iniciativas de coordenação por meio de formas de interação não contratuais, não hierárquicas ou não monetizadas para realização de um trabalho, como participar de um projeto ou formar relações de troca. Nesse conjunto, a criação e maximização de valor econômico não são centrais, mas sim a contribuição para o desenvolvimento de uma proposta comunitária que deixa de ser local com as ferramentas da conectividade, sendo exemplos concretos os interesses compartilhados por grupos que colaboram para a Wikipédia, a OpenStreetMap²⁷ e produções da comunidade Software Livre (ACQUIER; DAUDIGEOS; PINKSEC, 2017).

Nesta sistematização, a economia de plataforma constitui um núcleo a parte, que é definido como “(..) um conjunto de iniciativas que intermediam trocas descentralizados entre pares por meio de plataformas digitais” (ACQUIER; DAUDIGEOS; PINKSEC, 2017, p.12). Com isso, os autores excluíram deste grupo as articulações para a produção, entendendo que as plataformas nada criam, bem como

²⁵ Para um aprofundamento sobre as diferentes concepções do compartilhamento e consumo colaborativo, o estudo das principais referências teóricas no tema é aconselhável, através das leituras de R. Bostman e R. Rogers (2011), L. Gansky (2010) e J. Rifkin (2014).

²⁶ Caso da locação de bicicletas, acomodações etc.

²⁷ Como a Wikipédia (enciclopédia de construção coletiva e voluntária), Commons (Repositório de imagens da Fundação Wikipédia, cujo acervo é mantido pela coleta e disponibilização voluntária de participantes), a OpenStreetMap (Criada em 2004, com objetivo de criar um mapeamento geográfico colaborativo e editável, inspirado na experiência do Wikipédia), a CouchSurfing (Rede social de turistas que facilita a hospedagem, contando com a disposição dos integrantes em oferecer um sofá, para uma temporada restrita) e a Blablacar (rede social com objetivo genuíno de articular caronas, até o momento).

as plataformas de inovação (Intel, Microsoft ou Cisco) que constituem desenvolvimentos de infraestrutura no segmento de informática, oferecidas como produtos semielaborados para clientes completarem e customizarem. Este termo técnico foi apropriado pela Economia do Compartilhamento, mas sua essência não se confunde com a função das plataformas de transação (Amazon, eBay ou AppStore), que atuam como intermediários ou *marketplaces*. Destarte, a inovação trazida pelas plataformas de transação se torna precisa ao focalizar ações que criam valor através do serviço de coordenação de transações não hierárquicas entre pessoas que se encontram dispersas, calcando sua eficácia em efeitos de rede, uma vez que dependem do número de atores que atraem (usuários e fornecedores) para seu “ecossistema” (ACQUIER; DAUDIGEOS; PINKSEC, 2017).

Na sumarização realizada a partir das interpretações da literatura especializada, esses pesquisadores praticamente construíram um perfil estilizado das plataformas de transação que utilizam: a) instrumentos clássicos de mercado para coordenar suas operações, como é o caso da externalização de custos, embora se reivindicuem pós-burocráticas e associadas a comunidades; b) potencialidades digitais para reduzir custos de transação, pelo manejo de grandes bancos de informações que permitem concluir e monitorar contratos à distância; c) sistemas de classificação, avaliação e reputação para mitigar comportamentos oportunistas e gerar confiança entre estranhos; d) algoritmos para coordenar, gerenciar, precificar e controlar fluxos de informação que facilitam escalas massivas de transações. (ACQUIER; DAUDIGEOS; PINKSEC, 2017). Com esse modus-operandi, as plataformas de transação se sustentam sobre a tecnologia para estender mercados, ultrapassando limites geográficos e imposições de escala, uma vez que transações de menor expressão podem compor praças mercantis globais.

A efetividade do escalonamento desses negócios, porém, tem derivado principalmente de sua associação com os fundos de capital de risco (MARTIN, 2016), estratégias de mercado baseadas na obtenção e manejo de informações que os usuários da plataforma não têm (SCHMITD, 2017), além da propagação de ideais pós-burocráticos, que confrontam instituições centralizadas como o Estado, profissões regulamentadas ou grandes empresas (SLEE, 2017). Em confluência, esses vetores constituem o esteio que têm provocado o gigantismo de poucas corporações tecnológicas e estendido seu alcance algorítmico para além dos próprios

ecossistemas, atingindo comunidades e mercados em uma nova manifestação do neoliberalismo.

A estrutura classificatória proposta Acquier, Daudigeos e Pinksec (2017) também deixou esclarecida uma das perspectivas do alcance da Economia de Plataforma, ao identificar as interseções entre esta dinâmica e os outros dois núcleos da Economia Compartilhada. O sombreamento com a Economia de acesso gera nesse esquema analítico as Plataformas de acesso, que mediam as relações de aluguel e de bens entre pares no modelo Peer-to-pee (P2P), caso tipificado pela Airbnb, Quinto Andar, ZipCar e BlablaCar, em que acomodações, locação de automóveis e divisão de caronas atingem maior eficiência por mobilizar o ecossistema de empresas-plataforma estabelecidas. A adoção de lógicas de plataformização, contudo, não se faz sem consequências para a economicidade de brechó, uma vez que características como escalabilidade e retorno para investidores e acionistas se sobrepõem aos da comunidade, gerando desequilíbrios em territórios e setores, como o do turismo (CARDOSO; OLIVEIRA, 2020). A sobreposição da estratégia comercial das Plataformas com a Economia Comunitária, na classificação, previu o espaço das Plataformas com base em Comunidades, em que grupos sem fins lucrativos buscam vantagens tecnológicas para produção de bem-estar e desenvolvimento, gerando o movimento de Cooperativismo de Plataforma²⁸. Nestes dois tipos de sombreamento, a incompatibilidade entre interesses dos investidores, intrínsecos à Economia de Plataforma, e as lógicas de permutas equilibradas e geradoras de rendas de manutenção, inerentes aos objetivos da sustentabilidade e comunitários, tende a gerar as tensões que precisarão ser equacionadas, considerando as características desse novo capitalismo plataformizado.

3.2.1 A Microeconomia de Plataforma e seu alcance setorial

A partir dos limites conceituais definidos, as plataformas digitais são mercados de dois lados, dependentes da capacidade de construção de “ecossistemas” massivos que, depois de estabelecidos, crescem rapidamente baseados na redução de custos de transação e vantagens obtidas por provedores no manejo de informações obtidas

²⁸ Para um aprofundamento sobre cooperativismo de plataforma, ver T. Scholz (2016).

privilegiadamente (assimetria). Essas estruturas detêm uma inegável tendência a provocar centralização de capitais nos mercados em que atuam, sobretudo porque, ao confrontarem desafios organizacionais e de mercado, desenham estratégias de superação via crescimento e ampliação de seu escopo setorial. Esta seção do estudo procura tratar três características que encadeiam este raciocínio.

3.2.1.1 Um sistema de três lados com assimetria de poder

Na literatura econômica, as plataformas são retratadas como estruturas de mercado de dois lados ou mercados múltiplos, descritos como intermediários de transações que envolvem pelo menos outras duas partes. Dessa forma, constituem-se em sistemas de pelo menos três parcelas de interesse, nos quais cabe ao provedor da plataforma aportar a infraestrutura que medeia as interações entre oferta e a demanda para um determinado serviço ou produto (ROSA, 2017). Para uma avaliação da plataforma, portanto, torna-se fundamental identificar o papel desempenhado pelo provedor e a extensão de seu poder no intercâmbio mediado (SCHMIDT, 2017).

Existe a possibilidade de uma estrutura virtual exercer funcionalidades apenas técnicas, como uma empresa de software ou provedor de infraestrutura, ou ainda de assumir diferentes graus de apoio e controle sobre as interações realizadas pelas demais partes que compõem esse sistema. A situação mais frequente, contudo, é de uma perceptível assimetria de poder e controle econômico em prol das empresas que comandam essas estruturas virtuais, o que vem justificando intensa pesquisa e debate no universo acadêmico e popular. No funcionamento de cada plataforma, usualmente, os usuários estão divididos em dois grupos opostos, de ofertantes e demandantes, que acessam janelas diferentes e limitadas (front-end) do conjunto de informações armazenadas pelo provedor (back-end). Os fornecedores de plataforma, ao contrário, têm acesso a uma abrangente visão e condições de manejo de um grande banco de dados (big data), formado por dados de todas as interações entre os dois grupos de usuários. Em um processo de mediação, em que disponibilidade e preços tratados são centrais ao controle das informações, a empresa-provedor é capaz de influenciar a troca entre os outros dois, e potencialmente fazer isso em tempo real:

Os provedores de plataforma controlam quem vê o que e quando, quais interações entre os outros dois são possíveis e sob quais condições, e

exercem esse controle tecnicamente, legalmente e por meio do design da interface. Portanto, a plataforma típica é caracterizada por informação sistêmica e assimetria de potência em favor dos provedores da plataforma. (SCHMIDT, 2017, p.10)

3.2.1.2 Formação de ecossistemas, efeitos de rede e redução de custos

As plataformas se viabilizam pela quantidade de transações que fazem, por sua vez sustentadas pela rede de consumidores e fornecedores atraídos para seu ecossistema. Com esse requisito, estas estruturas lidam com uma quantidade de usuários mínima e suficiente para que sejam sustentáveis, o que remete tanto à busca contínua de adesões a sua comunidade e negócios (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT, 2018), quanto à seletividade de segmentos massivos (transportes, acomodações, logística) para operação dessas empresas virtuais.

As plataformas atraem porque aperfeiçoam relações de mercado, atuando focalmente para reduzir custos de transação. Dessa forma, fornecedores e consumidores se envolvem nesses ecossistemas para diminuir o dispêndio de tempo e de recursos na gestão de intercâmbios, que se traduzem na redução de: a) custos de pesquisa e informação sobre disponibilidade, preços e qualidade de bens e serviços; b) custos de negociação, para o alcance de acordos mutuamente aceitáveis; c) custos de supervisão e vigilância para garantir o cumprimento dos acordos feitos (OIT, 2018). A sofisticação tecnológica atingida no momento é central para concretizar esta expectativa, pois é a capacidade de rastrear, armazenar e processar dados georeferenciados que sustenta a precisão e credibilidade por trás dos aperfeiçoamentos de mercado oferecidos pelas plataformas digitais. Afinal, expostos na forma de indicadores e métricas, estes dados conferem a reputação positiva aos participantes das transações, facilitando os negócios (SCHMIDT, 2017). A confiança para que estranhos negociem também é estimulada através de sistemas de avaliação em que usuários participam ativamente e acessam resultados (SCHOR, 2014; OIT, 2018).

Há outro fator de ativismo dos provedores de plataforma no campo da qualidade e reputação que não deve ser negligenciado. Afinal, mesmo não produzindo, as plataformas filtram e homogeneízam as contribuições do lado da oferta para atender os padrões de exigência de consumidores. Para isso, recorrem ao

gerenciamento algorítmico, cuja compreensão decorre do quadro de custos e valorização típicos das plataformas.

Em sua elaboração, as plataformas contam com investimentos elevados em pesquisa e conhecimento informacional, mas para expandir operações têm custos diminutos, graças a sua imaterialidade (custos marginais próximos a zero). Assim, o que define as condições de crescimento exponencial ou escalar destes negócios também está relacionado a impedimentos de incorporação de custos operacionais, que incluiriam o trabalho de gerentes de nível médio, contadores e representantes de atendimento ao cliente em outras organizações. Para substituir estas estruturas hierárquicas, as plataformas articulam “big data” e sistemas de avaliação e classificação que dão origem a métricas que sumarizam posições de mercado e do desenvolvimento de cada uma das etapas dos processos de atendimento e relacionamento, um procedimento genericamente denominado como gerenciamento algorítmico (SCHMIDT, 2017; OIT, 2018). Intrínseco à natureza da plataforma, para alguns pesquisadores esta já seria uma cultura desses mercados, que incorpora a lógica de atingimento de metas no mundo do trabalho e traz uma mensagem normativa evidentemente para os fornecedores. Em alguns circuitos de estudiosos do tema, tal manejo das empresas-provedoras pode também transbordar para comunidades e mercados externos à plataforma, no que vem sendo reconhecido como “cercamento de ecossistema” (ACQUIER; DAUDIGEOS; PINKSEC, 2017).

3.2.1.3 Estratégias de crescimento e abrangência setorial da Economia de Plataforma

A arquitetura assimétrica das plataformas, sua dependência dos efeitos de rede e modus operandi baseado no gerenciamento algorítmico, bem como a aliança intrínseca com os capitais de risco apontam para uma tendência de oligopolização dos mercados em que estes negócios atuam (SLEE, 2017; SCHMIDT, 2017, MARTIN, 2016). Para atrair investidores, as plataformas precisam ser “disruptivas”, quebrando negócios ou setores estabelecidos e canalizando lucros para si, uma operação que requer recursos para financiar uma estratégia agressiva de crescimento, como aquisição de concorrentes ou a drástica e temporária redução de preços para atingir determinada massa crítica de usuários (SCHMIDT, 2017).

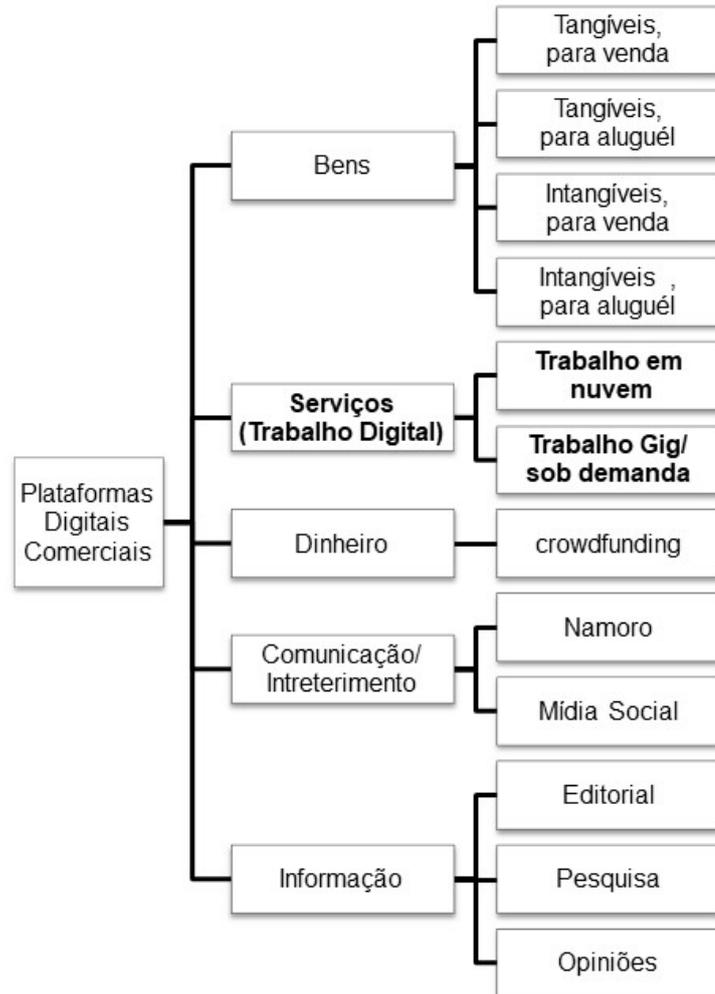
Dessa forma, atingir e manter uma posição oligopolista ou de monopólio constitui um objetivo das plataformas, que o atingem através da constante expansão e práticas de erguimento de barreiras. Para escalar mercados, várias estratégias têm sido empreendidas por essas empresas que expandem horizontalmente suas atividades, anexando funções próximas às desenhadas na origem de seu funcionamento: incorporam outras empresas-plataformas, traçam planos de integração com outros segmentos de uma mesma empresa ou com organizações parceiras, e por fim, diversificam sua atuação. A exemplo de expansão horizontal se assistiu a Twitter, que começou exclusivamente com serviços de texto, abarcar a possibilidade de circulação de imagens e vídeos, e a Google, inicialmente uma ferramenta de busca, passando a agregar inúmeras outras possibilidades²⁹. Por meio de incorporação, as plataformas podem crescer ou conter o crescimento de concorrentes, como demonstra a compra da Instagram pela Facebook. Através da integração, as plataformas se verticalizam, uma vez que, dentro de um mesmo grupo, associam produtos e serviços, como a notória forma de atuação da Apple com o IOS e seus aplicativos exclusivos, ou com organizações distintas que concretizam uniões do mundo online com o universo off-line, como a articulada pela Amazon com empresas de logística para suas entregas, como a UPS e FEDEX (VALENTE, 2019). Por fim, a diversificação de atividades é caracterizada pela ampliação de escopo de atuação da empresa-plataforma, que entra em um mercado distinto do que marcou seu nascimento e trajetória. Essa diversificação pode ser orientada por estamentos de consumidores (COLLIER; DUBAL; CARTER, 2017), ou pela exploração de mercados adjacentes. A primeira tendência é exemplificada pelas categorizações no transporte de passageiros ou mercado das caronas (Uber, UberX, Uber_Juntos), a segunda reporta o transbordamento das empresas de tecnologia para atividades próximas, como foi a exploração de entregas (UberEats).

Por diversos caminhos, portanto, as plataformas digitais têm ampliado seu escopo de mercado com reflexos em uma irradiação setorial considerável. Para retratar esse fenômeno, Schmidt (2017) propôs uma taxonomia em que classifica as plataformas digitais por finalidade ou mercado, destacando as estruturas especializadas na mediação de força trabalho. Nesse arquétipo, em consonância com

²⁹ Como opções de correio eletrônico, armazenamento de arquivos, chats e, mais recentemente espaços de interação e comunicação de grupos.

o esquema de Acquier, Daudigeos e Pinksec (2017), Schmidt (2017) excluí as operações de comércio online do tipo “Business to Consumer – B2C” e “Direct-to-Consumer – D2C”, bem como as operações realizadas entre fornecedores nas etapas do processo produtivo, como as modalidades “Business-to-Business – B2B”. Também por se voltar às plataformas de transação, o autor exclui do seu quadro classificatório as estruturas virtuais genuinamente voltadas ao compartilhamento que basicamente utilizam a tecnologia digital para desenvolver conhecimento e interação social sem conotação econômica – Figura 3.3.

Figura 3.3 - Classificação setorial da Economia de Plataforma



Fonte: Adaptação feita pela autora de Schmidt (2017, p. 6)

Ao se ater aos limites de uma Economia de Plataforma, circuito de relações em que valor é gerado e apropriado, a distinção feita por Schmidt (2017) se pautou pelas características do objeto em transação. Isso o fez distinguir plataformas que intermediam bens de consumo final, tangíveis e intangíveis, com e sem transferência de propriedade (aluguel); que se monetizam ao facilitar o levantamento de dinheiros e fundos; e, também as estruturas que se rentabilizam através da produção editorial, da circulação de informações e facilitação de comunicação e interatividade (redes sociais). Finalmente, o autor destacou dentre as plataformas mercantis àquelas voltadas à cyber coordenação do mercado de trabalho.

4 OS CONTORNOS DO TRABALHO CYBER COORDENADO POR PLATAFORMAS DIGITAIS

Embora o trabalho digital já estivesse consolidado na agenda de pesquisa em comunicação, com farto registro de avanços conceituais desde a virada do século XXI (GROHMANN, QIU, 2020), par e passo com as ressignificações da plataformização, (POELL; NIEBORG; VAN DIJCK, 2020), seu impacto sobre o mundo laboral tomou centralidade na economia e sociologia do trabalho apenas a partir de meados desta década. Determinante para isso foi o vulto tomado pelo recrutamento de trabalhadores para executar tarefas locais de curta duração por intermédio de plataformas operadas internacionalmente, o que foi viabilizado pela disseminação dos smartphones com recepção de GPS. Esta tecnologia, nascida do sistema de inovação militar dos EUA, posteriormente foi apropriada no desenvolvimento do algoritmo *e-hailing*, em 2010, pela empresa estadunidense Uber (ALVES, 2018).

Neste capítulo, procurou-se sistematizar alguns dos achados de pesquisa e reflexões realizadas até o momento sobre o trabalho cyber coordenado por provedores dessas plataformas da internet, em busca da definição dos contornos deste fenômeno.

4.1 UMA CATEGORIZAÇÃO DOS TRABALHOS EXPLORADOS POR PLATAFORMAS

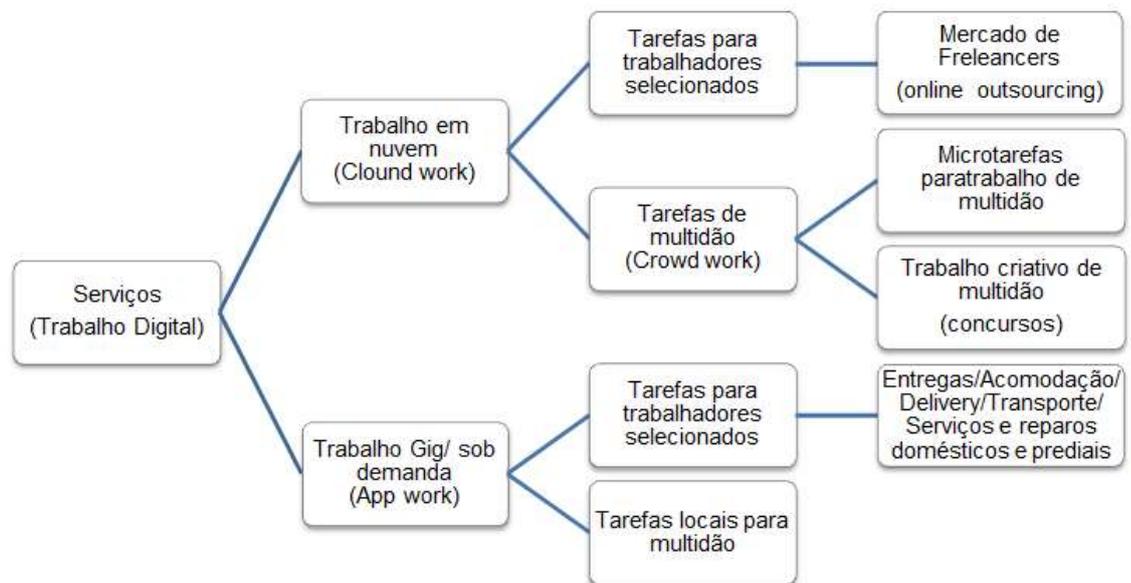
A nomeação e categorização adequadas do trabalho coordenado por plataformas digitais, como facetas de um fenômeno social ainda em processo, encontram-se em debate e requerem pesquisa e aprofundamento. Contudo, o tema já conta com trajetória e acúmulo de contribuições que permitem superar os limites impostos por apropriações de termos mercadológicos, como “uberização” ou “turkeyrização”, criados no âmbito das estratégias empresariais do setor (SCHMIDT, 2017).

Em um campo de avanço já consolidado dessas interpretações, por exemplo, diversos autores apresentam categorizações convergentes para as tipologias dos trabalhos cyber coordenados por plataformas, baseadas nas características de execução das tarefas contratadas de forma online. Para isso, tomam dois requisitos –

o *local de execução do trabalho* e o apontamento ou *individualização de quem o executa*. Dessa forma, é definidora a necessidade da localização geográfica para realização de um serviço, havendo uma distinção básica entre as atividades que podem ser desenvolvidas remotamente, via web, das que exigem uma presença local. Um segundo critério diz respeito à designação de um indivíduo especificamente para a execução do trabalho ou não. Assim, de uma forma geral, o trabalho em nuvem seria aquele cujo desenvolvimento é realizado de forma remota (web), e que, quando prescinde da definição de um trabalhador particularizado é remetido a um grupo de trabalhadores on-line, caracterizando-se como uma atividade de multidão (*crowd work*). Trata-se da reconfiguração de práticas de parcialização de tarefas, já experimentada na evolução histórica do processo de trabalho, mas que contemporaneamente permite que as ações sejam subdivididas e distribuídas por um contingente estendido em todo globo. Estas seriam as micro tarefas executadas em nuvem por multidão, que em geral são desenvolvidas para aperfeiçoar algoritmos (DE STEFANO, 2016) e que foram detalhadas por levantamento de dados primários, realizado recentemente pela OIT (2019). Por outro lado, as atividades que exigem definição de local, hora e a especificidade de um determinado trabalhador para serem concretizadas, configuram as inserções produtivas do tipo appwork ou por demanda de aplicativos (DE STEFANO, 2016, SCHMIDT, 2017), com grande expansão após liberalização comercial e uso do GPS. Na sistematização elaborada por Schmidt (2017), estas últimas atividades constituem inserções caracterizadas pela frequência imprevisível, remuneração variável e ausência de direitos associadas ao trabalho temporário, ou "gig". Para De Stefano (2016), o trabalho "gig" abrangeria o conjunto de atividades comandadas por plataforma.

No arquétipo criado por Schmidt (2017), a partir desse nível mais generalizado de consensos, a combinação dos dois critérios de localização e individualização do trabalho geram outras subcategorias importantes no universo das plataformas, como o mercado de freelancers, do trabalho criativo de multidão e do trabalho local de multidão– Figura 4.1.

Figura 4.1 - Taxonomia do trabalho coordenado por plataformas digitais



Fonte: Adaptação feita de Schmidt (2017, p.6)

Segundo Schmidt (2017), a intermediação da atividade profissional freelancer em nuvem resultou da atração, para o domínio das plataformas de intermediação, de uma modalidade de terceirização que já ocorria através da internet desde o início dos anos 2000. Por isso, este tipo de trabalho conserva algumas especificidades, como a seleção do empreiteiro/ trabalhador com base em habilidades e pagamento negociados individualmente, em que o ganho da Plataforma configura uma taxa pré-fixada sobre execuções heterogêneas e complexas. Já o trabalho criativo de multidão corresponderia a chamadas globais feitas pelos provedores de plataforma, em geral para trabalhos em programação, fotografia e produção editorial que são remunerados apenas se e quando selecionados. Assim, como os trabalhadores em micro tarefas, os freelancers e os dedicados à produção criativa enfrentam as dificuldades da desregulamentação e inexistência de parâmetros para remunerações mínimas, típicas da associação a empresas-plataformas. Finalmente, cumpre destacar a possibilidade aberta pela taxonomia proposta pelo autor para chamadas de trabalho local realizado por equipes, talvez uma nova fronteira para plataformização laboral (SCHMIDT, 2017).

4.2 O TRABALHO INFORMACIONAL NAS PLATAFORMAS E O PAPEL REFINADO DE VIGILÂNCIA E CONTROLE EXERCIDOS PELOS ALGORITMOS

O gerenciamento algorítmico sintetiza uma tendência de organização, controle e subordinação do trabalho que, após um longo período de estruturação, atravessa o mundo, substituindo conhecimentos e técnicas organizacionais até então ocupados pela estrutura de Recursos Humanos das empresas (DUGGAN et al, 2017). Reconhece-se que a disseminação dessa nova forma de comandar o uso, a qualidade e a valoração do trabalho assenta-se no desenvolvimento tecnológico, mas dependeu tanto de transformações superestruturais do Estado e do aparato da legislação trabalhista, como da generalização do ideário de liberdade, emancipação e progresso sistematizados na figura do empreendedor (ABÍLIO, 2019).

As plataformas digitais de coordenação laboral seriam vetores dessa transformação, pois, embora apresentem uma variedade de estratégias diferenciadas de atratividade, contratação e gerenciamento de força de trabalho, estão baseadas em um modelo mais amplo de relacionamento, compartilhado por empresas sem materialidade, que assumem o formato de espectro ou sombra (FRIEDMAN, 2014), e trabalhadores em autogerenciamento subordinado (ABÍLIO, 2019). Sendo um negócio rentável por coordenar esforços produtivos alheios em uma estrutura de baixo custo relativo e marginal, as plataformas automatizam processos substituindo tarefas de gerentes de nível médio, contadores e profissionais de atendimento pela ação de algoritmos e transferem rotinas do departamento de Recursos Humanos para a clientela – um dos seus dois grupos de usuários. Essa terceirização funciona, porque, no limite, os trabalhadores que não corresponderem às expectativas dos clientes serão, algorítmicamente, rejeitados para trabalhos futuros. Diferentes graduações desta exclusão podem resultar no bloqueio integral ou no veto de tarefas de maior qualidade e remuneração, que deixam de ser visibilizadas pela interface da plataforma acessível pelo trabalhador (SCHMIDT, 2017).

Em termos gerais, esta retratação não deixa de corresponder ao estágio digital da trajetória de flexibilização e desarranjo do assalariamento regular, com predecessores analógicos nos processos de supervisão e controle de terceirizados e de trabalhadores alocados por agências de emprego temporário. Porém, há especificidades nas práticas de gestão e de organização do trabalho adotadas pelas plataformas digitais, que, conforme detalhou Alessandro Gandini (2019), estão suportadas por um método que utiliza bancos de dados e produz métricas próprias para transformar a força laboral em mercadoria. Para o autor, esse método é

atravessado por deslocamentos formais de espaço e tempo que preservam a essência subordinada do trabalho. Neste sentido alerta que, em um local de trabalho tradicional, o tempo é cronometrado pelas marcações em cartão de ponto, enquanto na Economia de Plataforma os trabalhadores fazem *login* em um aplicativo, e, ao fazê-lo, estão sujeitos a uma autoridade externa que: (a) traduz a demanda de consumidores ou clientes em pedidos, na forma de notificações digitais; (b) determina quais tarefas eles devem executar, onde e quando; (c) determina direta ou indiretamente quanto dinheiro será pago pela execução das tarefas predefinidas; e (d) controla direta ou indiretamente a execução do trabalho e o desempenho de cada trabalhador (GANDINI, 2019).

4.2.1 A redefinição do local de produção

A Economia de Plataforma alterou as noções de lugar e extensão do espaço de trabalho, que, na etapa tecnológica anterior, eram remetidos à fábrica, loja ou escritório. Esse era o ponto de produção, no qual um conjunto restrito de participantes se relacionava mediante regras estáveis e estrutura hierárquica conhecida. A nova base tecnológica promoveu a descentralização do local físico do trabalho, extrapolando territorialmente o espaço da execução, que se estende guiado pela presença de instalações que garantam o alcance da comunicação (base do digital). Qualitativamente, portanto, a plataforma desloca o terreno em que ocorre o processo de trabalho para uma estrutura móvel (smartphone), para outro país ou ainda o alarga globalmente, entre nações simultâneas que podem ter diferentes fusos horários, costumes e legislações. Contudo, como acentua Gandini (2019), a despeito da orientação geográfica e da presença da tecnologia digital, a plataforma permanece como denominador comum da relação capital-trabalho que circunda um modo de produzir, constituindo o ambiente delimitado em que as lógicas de gerenciamento e organização do trabalho têm lugar no capitalismo contemporâneo.

4.2.2 A articulação entre trabalho emocional e sistemas avaliação

Além da execução de tarefas em si, o exercício do trabalho no âmbito das plataformas digitais está vinculado a um sistema de feedbacks, avaliações de desempenho e classificações que cumprem papel central na interação de estranhos

que negociam entre si. A Amazon e o eBay foram os primeiros lugares na internet cuja negociação concluída passou a ser classificada segundo grau de satisfação, em escala de uma a cinco estrelas, gerando um método que se tornou onipresente e passou a ser utilizado no gerenciamento da força de trabalho. Por intervalo de tempo, esses sistemas passaram a constituir bases de dados indexadas a cada trabalhador, nas quais julgamentos qualitativos estão traduzidos em métricas quantitativas escalares (pontos) para expressar reputação e confiabilidade (SCHMIDT, 2017; GANDINI, 2019).

Neste contexto, conforme acentua Gandini (2019), o trabalho emocional é requisitado como um componente obrigatório das atividades desenvolvidas. Esta situação não é uma novidade, visto que engajamentos que exigem a externalização de cordialidade, simpatia e postura prestativa sempre compuseram o trabalho em serviços, nos *calls centers* e nas atividades de atendimento. As plataformas digitais, porém, potencializam o papel das emoções no exercício profissional ao exigir sua crescente visibilidade e manifestação, além de associá-las com as métricas de sistemas de avaliação de desempenho, monitoramento e controle. Com isso, foi gerada uma intensificação qualitativa do processo de trabalho. (GANDINI, 2019).

4.2.3 Adoção de formas tecno-normativas de controle gerencial

A Plataforma tem por princípio a obtenção de ganhos através de transações de valores gerados por terceiros, o que requer do provedor capacidade de coordenação sobre o volume e heterogeneidade de informações que capta e assertividade no uso que faz delas (SCHMIDT, 2017). No caso das Plataformas voltadas à exploração do trabalho, parte substantiva do esforço de objetividade dessas estruturas se faz pelo controle do processo de trabalho, sendo usual a combinação de três estratégias básicas – o uso de ferramentas de rastreamento; a promulgação dos sistemas de feedbacks e avaliações de desempenho, centradas no trabalho emocional; e técnicas de estímulo baseadas na *gamificação*.

Ao constatar a existência de um corpo articulado nestes estratégias, Gandini (2019) concluiu que a plataformização vem atualizando formas de controle técnico-

normativo³⁰ sobre o trabalho, suscitadas por um modo particular de articulação de experiências já conhecidas. Nessa síntese estariam elementos da “gestão por cliente”, baseada em feedbacks, centrados em trabalho emocional, e práticas de emulação fundamentadas na lógica do jogo, como os desafios e recompensas que se tornaram usuais com trabalhadores de *call centers*. O alcance efetivo desse controle sobre a força de trabalho seria verificado na internalização do sistema de avaliações e seu efeito responsivo, verificado junto aos próprios trabalhadores que assumem condutas condizentes à aprovação do ecossistema da plataforma. Exemplos disso estariam na reorganização de horários e regiões de trabalho por parte de motoristas e entregadores, como contraproposta a estímulos que recebem através de bonificações recebidas da empresa-plataforma.

O uso de rastreamento, que registra minuciosamente todos os movimentos do trabalhador em tempo real, desde o momento da conexão, portanto, contabilizando suas condutas a estímulos lançados pelos sistemas de pontuação, produz uma submissão algorítmica, cujo alcance ultrapassa o vínculo com a inserção atual. Afinal,

“(...) On digital labour platforms, the aggregated ratings of workers de facto become their employment reference, while the constant tracking of their performance can amount to a fully automated curriculum vitae – a personal big-data sheet” (SCHMIDT, 2017, p.12).

4.3 AS RELAÇÕES DE TRABALHO TRANSFORMADAS PELO TRABALHO REALIZADO EM PLATAFORMAS

Sendo uma das formas particulares do novo trabalho digital, a atividade econômica mediada por plataformas incorpora elementos do desenvolvimento tecnocrático, da cultura virtual anárquico-colaborativa e dos valores liberais que moldaram o contexto contemporâneo das relações trabalhistas (LIMA; BRIDI, 2019), no qual sobressai a erosão de direitos consagrados, associados ao assalariamento. Para isso, uma mudança foi instalada gradualmente a partir do centro capitalista,

³⁰ Originalmente delineadas no âmbito da *Teoria do Processo de Trabalho* por Harvey Braverman, na obra seminal de 1974, *Trabalho e Capital Monopolista*, e, posteriormente ampliada em suas várias etapas de desenvolvimento. Esta linha articula observação e pensamento crítico sobre a relação capital-trabalho no âmbito das organizações, tendo por foco o estudo do controle, por um lado, e, de outro, da autonomia, consentimento e resistência no trabalho (GANDINI, 2019)

sendo operacionalizado pela redefinição do papel Estado, pelo questionamento da representatividade sindical (DEDECCA, 2010), e pela alteração de abrangência e foco da negociação coletiva (CALVETE, 2009). Na sequência, uma torrente de reformas nas legislações laborais e previdenciárias instalou um patamar restrito de proteção do trabalho, que vem se generalizando em escala internacional (ADASCALITEI; MORANO, 2015; DIEESE, 2017).

Após poucas décadas, o impacto social negativo da adoção desse rumo é reconhecido por um coro que inclui ativistas, estudiosos e organismos de regulação econômica internacional de incontestável inclinação política, como o FMI (OSTRY; LOUNGANI; FURCERI, 2016); ao passo que, gradualmente, ganha espaço o entendimento de que uma nova regulação para o trabalho, adequada ao contexto digital, seria necessária para mitigação de desigualdades (DE STEFANO, 2016; VILLASMIL, 2019). Para tanto, o desafio estaria na definição dos pontos de uma pauta mínima, que devem ser acordados entre trabalhadores, estruturas empresariais do segmento digital e atores do aparato legal do trabalho. Este é um processo de avanço difícil, em que alguns direitos essenciais do trabalho digital vêm sendo pontuados pelos trabalhadores, tais como: acesso e participação no mercado de trabalho; remunerações justas; preservação de limites entre vida pessoal e profissional com jornadas compatíveis ao convívio familiar; limitação de volumes e cargas de trabalho ao objetivo maior da manutenção da saúde, além de assegurar o direito do trabalhador à privacidade de seus dados (FES, 2017).

Os desafios a serem superados para a efetividade desta pauta, contudo, não são triviais. Especificamente na Economia de Plataforma, embora a subordinação se explicita pela descrição das práticas de gestão, avaliação e controle da força de trabalho a cada ciclo de negócios e no seu “continuum”, há pontos relativos à organização geral deste processo produtivo que podem dificultar os avanços de uma pretendida nova proteção trabalhista.

4.3.1 A ocultação do trabalho

As plataformas de prestação de serviços atraem trabalhadores sob a promessa de obtenção de renda por meio de inserções de jornadas flexíveis, difusamente articuladas nas ideias de promoção econômica e social do “bico”/“gig”, ou, como

denomina Abílio (2017), da “viração”. Há nisso uma ideia borrada, esmaecida ou fluida de trabalho que enfraquece a construção da identidade trabalhadora e, sobremaneira, dificulta a reivindicação de direitos. Dentre as estratégias adotadas pelos provedores de plataformas para manter oculta a comercialização do trabalho alheio, essência de seu negócio, a retórica ocupa papel destacado (PASQUALE, 2016). Popularmente, isto é identificado na linguagem baseada em expressões que descaracterizam a ação laboral, como “viagens” ou “tarefas” (DE STEFANO, 2016) e o próprio trabalhador como “HIT”³¹, “Ubers”, ou “Turkeys”(SCHMIDT, 2017), além do falseamento do empreendedorismo (ALVES, 2018). Porém, a condição intrinsecamente imaterial de grande parte das atividades executadas e a imagem tecnicista que o acionamento de serviço projeta ao consumidor, no âmbito da Economia de Plataformas, também servem para ofuscar a relação de trabalho envolvida nessas estratégias de geração de valor.

Neste tocante, a invisibilidade dos trabalhadores que desenvolvem atividades em um ambiente totalmente virtual, principalmente na modalidade de multidão (crowd work ou crowd sourcing), reproduz a conhecida lógica vivenciada pelos empregados domésticos e industriários pagos por peça. Já um segundo traço seria dado pela percepção distorcida e desvalorizada que clientes têm sobre a presença humana na prestação de serviços e nos trabalhos por demanda (reparos, delivery, entregas e transporte). Neste caso, a solicitação, monitoramento e pagamento ocorrem através de sites e aplicativos, cujo predomínio tecnológico induz a desidentificação entre o resultado obtido e o esforço humano empreendido para concretizá-lo, ou seja, há uma tendência à desumanização do trabalho (DE STEFANO, 2016; SCHMIDT, 2017).

4.3.2 O difuso status do emprego em plataformas

Outro fator, indissociável ao universo das plataformas diz respeito à potencialização que estas estruturas imprimem sobre duas tendências ascendentes no processo de centralidade do trabalho digital e perda de protagonismo do assalariamento – a casualização do trabalho e a desmutualização do risco associado

³¹ Sigla em língua inglesa que designa “Human Intelligence Tasks”, como retratação da força de trabalho que opera em nuvem, em sistema de multidão e executando micro tarefas (SCHMIDT, 2017).

ao emprego (DE STEFANO, 2016; SCHMIDT, 2017). Esses movimentos, que transcendem a seara das plataformas de coordenação, vinham sendo ampliados por força da onda de terceirizações e rechaço empresarial aos custos da regulamentação e responsabilidades trabalhistas, convergido para o surgimento de vínculos distintos do emprego regular e direitos associados a este status (COLLIER; DUBAL; CARTER, 2017)

Neste contexto, a casualização do trabalho corresponderia à elevação absoluta e relativa das inserções independentes, temporárias e de jornada parcial nos mercados de trabalho, cuja expressividade estatística passou a refletir uma mudança qualitativa no universo do trabalho remunerado. A participação produtiva, antes vista como de duração indefinida, estável e absorvendo parte expressiva do tempo do trabalhador, ao assumir uma frequência irregular, não previsível e em regime de subocupação, passa a ser vista como ocasional (DE STEFANO, 2016). Essa seria a descrição do próprio “bico”/“gig”, que, embora não seja uma propensão restrita às plataformas, tem nelas a quintessência dos arranjos de trabalho do tipo zero-hora nos recrutamentos instantâneos e remunerados por tarefas. Já a desmutualização compreenderia a quebra do laço de compromisso do assalariamento, lastreado, de um lado, pelo engajamento do trabalhador em cumprir qualificadamente tarefas e, por outro, no papel do empregador de reunir as melhores condições para o exercício laboral e assegurar o pagamento do tempo empregado nas execuções previamente combinadas (SCHMIDT, 2017).

Essas mutações aparecem nas relações de trabalho das plataformas, basicamente traduzidas pela contratação fortuita de trabalhadores independentes, em que estão excluídas todas as obrigações trabalhistas e garantias associadas a acidentes ou a risco, além da inexistência de um salário-mínimo. Neste sentido, conforme refletem Collier, Dubal e Carter (2017), as plataformas de trabalho não parecem ser estruturas disruptivas, pois, essencialmente, são arquétipos tecnológicos que facilitam a difusão de diretrizes que já vinham desenhadas para as relações de trabalho, em escala mundial. Acentuando a feição de continuidade e convergência representada pelas plataformas às relações de trabalho, os autores estadunidenses apontam a capacidade desta estratégia de negócio atrair para si também as características do trabalho mediado, cujas bases foram estruturadas pelo largo período de experiências com a terceirização.

Ao substituir o modelo tradicional de relações bilaterais de trabalho, a terceirização gerou uma nova forma de distribuição da renda severamente negativa para os trabalhadores, e redefiniu os contornos da unidade empregadora, via reestruturação da planilha de custos empresariais. Isso ocorreu porque, em busca da redução da folha de pagamentos, a empresa não apenas se desvincilhou dos parâmetros salariais de um mercado de trabalho interno e amarras de planos de carreira, como também internalizou parcela de seus custos sociais de operação e a responsabilidade pela proteção do trabalho. A questão é que esse movimento construiu um espaço produtivo fissurado, caracterizado pela dispersão da força de trabalho, em que o relacionamento imediato foi substituído por processos mediados que distanciam organização e o trabalhador (DE STEFANO, 2016; COLLIER; DUBAL; CARTER, 2017).

Para os autores trabalhados nessa seção, a novidade, não desprezível, trazida pela Economia de Plataforma ao cenário das relações de trabalho, estaria na capacidade de sintetizar e generalizar as forças de casualização laboral, desmutualização dos laços de compromisso do emprego e distanciamento da relação trabalhista mediada. Com a tecnologia digital, este estágio teria sido alcançado porque o Big Data e a Revolução Algorítmica, baseados em comunicação, construíram mecanismos de acesso a um mercado de trabalho mundial, que passou a ser cyber coordenado pelos empregadores. A potencialidade dessas ferramentas, por sua vez, vem viabilizando a intensificação do trabalho, independentemente do reconhecimento de vínculos formais, e a expansão da força de trabalho contratada. Por seu turno, a disseminação consorciada da tecnologia de comunicação mobile, sintetizada nos smartphones geolocalizados, lastrearam a expansão das plataformas de trabalho sob demanda, que através, da individualização e localização de trabalhadores e clientes, passaram a incidir sobre os mercados de trabalho locais.

4.4 MERCADO DE TRABALHO E PLATAFORMIZAÇÃO

A configuração do mercado de trabalho depende tanto das tendências da ordem econômica e institucional, como dos modos e relações sociais de produção, constituindo um espaço privilegiado para aferir o alcance das mudanças impressas pelos âmbitos macro e microeconômicos. Por outro lado, a organização atingida pelas

estatísticas de emprego e valor da força de trabalho de cada nação, com conceitos, classificações e periodizações bem definidos e internacionalmente harmonizados, reforçam a percepção de que o mercado de trabalho seja um monitor razoável dos câmbios importantes da sociedade. Isto fica praticamente subentendido nas reflexões elaboradas com base em informações geradas por pesquisas domiciliares voltadas à inserção laboral.

Mundialmente, essa expectativa também está colocada para a identificação do alcance social das plataformas digitais que mercantilizam serviços trabalhistas. Para isso, a pesquisa neste campo vem construindo lógicas analíticas substantivamente coesas, com inúmeros estudos retratando as plataformas irrompendo a cena econômica na virada do século, como fruto de mudanças inscritas em um contexto mais amplo, em processo desde 1970. Nessa trajetória, as novas estruturas digitais estariam cumprindo o papel de acelerar, intensificar e alargar propensões à flexibilização dos vínculos, atingindo o sentido do trabalho (FRIEDMAN, 2014; VAN DOOR, 2017; ANTUNES, 2018; HUWS, 2019). As mudanças nos mercados de trabalho dos países centrais referenciam essas conclusões, em que o descenso dos níveis de ocupação e renda se associaram à trajetória de crescimento de inserções diversas daquela que caracterizou o fordismo – povoada de empregos estáveis de contratação direta, jornada regular e atividade exercidas em lugar fixo, nas dependências geridas pelo contratante. As novas formas ocupacionais surgidas neste processo trariam em sua essência as marcas de um novo trabalho, contingente e liberto dos compromissos salariais, sendo sintetizados em arranjos produtivos alternativos ou independentes. Este seria também um processo com clara periodização, com ancoragem no ciclo que nos últimos quarenta anos vêm redefinindo a relação capital-trabalho.

Friedman (2014) e Van Door (2017), a partir de levantamento de dados e conclusões obtidas em estudos anteriores, situam a primeira expansão do trabalho desprotegido nos Estados Unidos no período entre fins de 1970 e primeiros anos de 1990. Este período, inicialmente caracterizado pela recessão drástica que acompanhou a retomada da hegemonia monetária internacional dos EUA, logo foi sequenciada pelas políticas anti-trabalhistas e anti-sindicais das eras Reagan (1981-1989) e Bush (1989-1993). Nesse marco, foi fundada e consolidada a guarida institucional para as práticas gerenciais de subcontratação de força de trabalho em

variadas formas. Embora esta situação tenha sido interrompida pelo período de prosperidade e elevação do poder de barganha dos trabalhadores que caracterizou o governo de Bill Clinton (1993-2001), quando houve recuo deste tipo de vínculo as bases institucionais erguidas na fase anterior permaneceram. Dessa forma, com nova crise que se seguiu a bolha de supervalorização de ações negociadas na NASDAQ (2000), porém, as formas de inserção contingente retomaram crescimento, em ritmo que foi expressivamente acentuado após a Grande Crise de 2008-2009. Segundo a interpretação de Friedman (2014) dos dados do *Bureau of Labor Statistics* (BLS), a proporção de arranjos alternativos ao assalariamento no total de ocupações geradas nos EUA é reveladora desse mapeamento: 3%, entre fins da década de 1990 e início de 2000, mais de 50%, entre 2001 e 2005, e, a partir de 2005 até 2013, 85% (FRIEDMAN, 2014; p.176).

Para o velho continente, uma avaliação de mesmo sentido foi produzida com base na “The Platformization of work in Europe”, um levantamento feito em 13 países entre 2016 e 2019 (HUWS, 2019)³². Organizada para mapear possíveis articulações entre fontes de subsistência de trabalhadores e o avanço da tecnologia nos processos de mediação e controle do trabalho, esta pesquisa concluiu que os europeus vêm crescentemente buscando renda no universo online. Entre os achados do levantamento também consta o aumento da proporção de entrevistados ingleses trabalhando com frequência em plataformas digitais (5,4%, em 2019), embora na parcela Centro-Oriental (República Tcheca, Estônia e Eslovênia) e Sul (Itália e Espanha) da Europa a adoção dessa estratégia de rendimento fosse mais intensa. O vínculo com as plataformas, por fim, foi investigado através do hábito de aquisição e fornecimento de serviços por meio virtual, indicando duas propensões – o trabalho pela internet cresce com a pobreza, variando entre 2,5% dos entrevistados (Suíça e Holanda) e 12,1% (República Tcheca); os que mais trabalham pela internet são também àqueles que costumam adquirir produtos e serviços por esta via. Neste sentido, o levantamento não identificou a distinção de uma “classe servil” (HUWS,

³² Foram entrevistados 29.436 adultos em idade produtiva na Holanda, Alemanha, Suécia, Áustria, Suíça, Itália, Estônia, Finlândia, Espanha, Eslovênia, República Tcheca, França e Reino Unido, por um pool institucional, envolvendo a Foundation For European Progressive Studies (FEPS), Universidade de Hertfordshire e Union Global Europa (UNI Europa) e Parlamento Europeu, sob coordenação da pesquisadora Ursula Huwens (HUWNS, 2019).

2019, p.8), uma vez que são os próprios trabalhadores que constituem o mercado das plataformas.

As sistematizações feitas para os EUA e Europa também têm identificado a permanência de patamares relevantes de emprego regulamentado em seus mercados de trabalho, sendo a tendência ascendente que o trabalho ocasional e temporário assume no contexto tecnológico contemporâneo o diferencial de outras etapas capitalistas. Não deixam de ocorrer, entretanto, nuances importantes desse processo para cada espaço produtivo. Por exemplo, para os EUA predomina a leitura de que os arranjos instáveis de trabalho, regidos por contratos comerciais, celeremente substituem os postos de trabalho assalariados, mudando a feição do trabalho principal dos estadunidenses (FRIEDMAN, 2014; CAPELLI; KELLER, 2013). Já, na Europa, a agenda de pesquisa vem privilegiando um movimento de procura e exercício de trabalhos que se adicionam, na qual a inserção ocupacional por meio de plataformas é uma parcela de um conjunto fragmentado de oportunidades laborais precárias e de fontes de subsistência (HUWS, 2019).

No Brasil, o reconhecimento de novas formas de trabalho associadas à produção digital conta com muitos esforços de pesquisa orientados à caracterização de novas categorias profissionais e suas condições de trabalho³³. Na maioria desses estudos, ficaram constatados os mecanismos e práticas de controle e vigilância no cotidiano profissional, bem como o parco acesso a direitos básicos de saúde e segurança por trabalhadores, que definem seu vínculo com a organização produtiva que os coordena como um arranjo independente ou de assalariamento terceirizado (ANTUNES; BRAGA, 2009; LIMA; BRIDI, 2019; ABÍLIO, 2019). Além disso, os detalhamentos feitos vêm desvelando a estratégia de negócios das empresas, particularmente organizadas como plataformas digitais, que, sob uma falsa narrativa de liberdade e colaboração, elevam a carga de trabalho e degradam a qualidade de vida de ocupados em diversos setores econômicos (CARDOSO; OLIVEIRA, 2020).

Entretanto, a dimensão e o papel dessas novas modalidades ocupacionais nas alterações recentes do mercado de trabalho brasileiro seguem em aberto. A extensão e foco disto ultrapassam o objetivo e as pretensões traçados para este estudo,

³³ Conta-se com trabalhos sobre categorias profissionais emergentes como as de desenvolvedores de software e montadores de hardware nas fábricas de equipamentos informáticos, atendentes de call center em serviços terceirizados, e de trabalhos em plataformas digitais, notadamente de entregadores e motoristas do transporte urbano.

centrado no reconhecimento de uma nova forma de trabalho e dilemas operacionais de sua mensuração. Porém, não há como ignorar que o trabalho coordenado por plataformas, sendo uma modalidade ou estágio particular de mudanças sistêmicas em curso, debate-se com especificidades locais. No Brasil, isso diz respeito a novos vetores de desigualdade em um mercado de trabalho fragilmente estruturado, para o qual concorreram os legados de um padrão de desenvolvimento heterogêneo, grande disponibilidade de força de trabalho e um sistema de proteção social limitado e operacionalmente débil, que, no período mais recente, passou por novas etapas de estreitamento (OLIVEIRA, 2017).

Coincidente com as tendências de esgotamento do fordismo e alterações do trabalho no capitalismo central, esta degradação surgiu na agenda do país em dois momentos com maior nitidez. No frustrado alcance atingido pela pauta saída da Constituição de 1988 ao longo da década de 1990, que foi pontuada pelo embate entre retrocessos laborais e resistência sindical, e, na recente Reforma Trabalhista e Previdenciária, iniciada em 2017 (DIEESE, 2000, 2017). No interregno desses marcos de refluxo, crescimento e adoção de políticas distributivas fizeram o desemprego cair e o poder de barganha dos trabalhadores elevar, melhorando inclusive a cobertura do sistema de seguridade com o aumento dos empregados com carteira de trabalho assinada (DIEESE, 2009a, 2012). Mas, com incidência restrita sobre as bases da disparidade existente na estrutura econômica (ARAUJO; COSTA, 2012), a conjuntura favorável não gerou acúmulos duradouros conforme foi revelado no revés vivido desde 2015. Já, o mesmo não se pode dizer do impacto das ofensivas liberalizantes que buscaram ampliar a flexibilidade do mercado de trabalho nacional nos últimos 30 anos, que, bem-sucedidas, introduziram terceirização irrestrita, remuneração variável com resultados e metas, banco de horas, contratações na modalidade intermitente ou zero-hora e estímulos à substituição de relações de emprego por tratativas comerciais, através da pejotização.

As alterações da legislação trabalhista brasileira potencializam características estruturais do mercado de trabalho, cabendo referir duas imediatamente relacionadas a feições ocupacionais emergentes nos países centrais e convergentes. A primeira se refere à persistência do binômio formado por instabilidade ocupacional e baixos salários no Brasil, uma condição derivada do expressivo volume de postos com requerimentos mínimos de qualificação e extensa oferta de trabalhadores. Esta

expressiva elasticidade do mercado de trabalho nacional tende ao alargamento com as novas modalidades contratuais providenciadas pelas Reformas Trabalhistas, mas também pode ser aprofundada pela fragmentação e desqualificação do avanço tecnológico sobre a ocupação (WOLF, 2009), além de funcional e vantajosa para o recrutamento de trabalhadores feito pelas plataformas digitais (COLLIER; DUBAL; CARTER, 2017). Friedman (2014), ao refletir sobre as consequências do trabalho temporário e achatamento de salários nos EUA, aponta que essa propensão repercute não só sobre os meios de sobrevivência dos trabalhadores e sobre a concentração da renda, mas também na sustentabilidade de políticas públicas, majoritariamente baseadas no emprego estável, e em interpretações macroeconômicas que tem como centro a dinâmica ocupacional³⁴.

A abundância de atividades e inserções distintas do assalariamento regular é o segundo traço constitutivo da sociedade brasileira que vem sendo retomado em um contexto de maior flexibilidade das relações trabalhistas e mudança tecnológica. Na formação do mercado de trabalho, esses arranjos surgiram para compensar a escassez de emprego no centro dinâmico e capitalista de produção, fazendo com que um extenso contingente de trabalhadores constituísse alternativas de obtenção de renda monetária, essencial na vida urbana (DIEESE, 2009b). Essas formas de trabalho, em associação ao assalariamento, completariam a estrutura ocupacional heterogênea, que é base da desigualdade brasileira, cuja compreensão ficou consagrada nas teorizações da informalidade³⁵. Sob o crescimento ainda recente e trégua da ofensiva liberalizante este traço havia esmaecido, mas retomou ímpeto com a reversão da conjuntura econômica e política do país. Destarte, comendo a cena das reformas de Estado e da reconfiguração de relações de trabalho, a informalidade não apenas recrudescer como vem se transmutando, absorvendo modalidades de inserção emergentes que guardam algumas características de independência, simultaneamente, às de subordinação assalariada. Em “Marchas e Contramarchas da

³⁴ Nesse sentido, é importante ter em conta que construções como a Curva de Phillips, ao relacionar inflação, emprego e variações salariais, e a Lei de Okun, apontando as relações entre variações no produto potencial e geração de emprego, seriam alteradas. Em ambos os casos, variações dos salários e emprego teriam menor amplitude, gerando curvas mais achatadas, tornando mais difíceis o crescimento dos preços e exigindo-se expansões mais acentuadas do PIB para geração de postos de trabalho (FRIEDMAN, 2014).

³⁵ Uma realidade interpretada por duas vertentes – pela ótica da heterogeneidade, de origem cepalina, e pelo viés da superexploração, da Teoria Marxista da Dependência (TMD).

informalidade no Brasil – das origens às novas abordagens”, Oliveira, Gomes e Targino (2011) organizam evidências e reflexões que circundam a retomada e atualização de perspectivas sobre esse fenômeno, com colaboração de vários estudiosos. Após uma extensa recuperação das contribuições teóricas para o tema, desde o Relatório Quênia³⁶ até os conceitos mais recentes da "neo-informalidade", de Pérez-Sainz (1995), e do “processo de informalidade”, de Cacciamali (2000), os autores concluem que o arcabouço da informalidade, amplo e polissêmico, continua válido para interpretar as formas de trabalho nascidas da erosão salarial (ARAÚJO, 2011; BARBOSA, 2011)³⁷. Há nessa compreensão uma sensível convergência à visão de Ursula Huws (2019) sobre os mercados de trabalhos europeus, que percebe as transformações institucionais e tecnológicas como peças articuladas de um vetor de aprofundamento da informalidade.

Segundo apuração realizada pela PNADC, em 2019, um quarto da população ocupada brasileira se engajava na estrutura produtiva por conta própria (25,8%). Embora a presença dessa forma de inserção sempre tenha sido relevante, o que foi ilustrado ao longo de décadas por diferentes metodologias de aferição da ocupação nacional³⁸, é notável a expansão de 20,0% no número de contas próprias nos últimos sete anos, período em que PIB nacional retraiu 0,4%. Neste interregno, mercado de trabalho brasileiro enfrentou sua maior adversidade desde 1990, sobretudo entre os primeiros trimestres de 2015 e de 2017, quando foram eliminadas 2.976 mil

³⁶ Trata-se do registro da Missão realizada pela OIT/PREALC ao Quênia, em 1972, que, em conjunto com as reflexões do antropólogo social Keith Hart estão na base conceitual da informalidade, bem como das dinâmicas dos mercados de trabalho da periferia capitalista (BARBOSA, 2011).

³⁷ Para um aprofundamento na atualização conceitual da informalidade, em contexto de mundialização financeira, recomenda-se a sistematização das hipóteses levantadas por PÉREZ-SAINZ (1995) e CACCIAMALI (2000).

³⁸ Em 1999, a Pesquisa Nacional de Domicílios (PNAD/IBGE) utilizava outra metodologia, como a conceituação mais ampla de trabalho, que incorporava produção para o próprio consumo e construção de próprio uso, além de base territorial mais restrita, que excluía as populações rurais de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Macapá. Na época, este levantamento apurou que 23,2% dos ocupados eram trabalhadores por conta própria (DIEESE, 2001, p. 50); em 2009, sob o mesmo arco conceitual e área de cobertura da década anterior, a PNAD identificou que a proporção desses trabalhadores havia reduzido para 20,5% (DIEESE, 2011, p.108). Com base em um conceito mais restrito de auto ocupação, que excluía os donos de negócio familiar, o DIEESE, em investigação própria e voltada ao acompanhamento dos mercados de trabalho das áreas metropolitanas de Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo e Distrito Federal, apontava a existência de 17,3% de autônomos em um universo de 20.724 mil ocupados em 2013 (PED, capturado em 10 de março de 2010, em <https://www.dieese.org.br/analiseped/anualMET.html>).

oportunidades de trabalho remunerado e a taxa de desocupação praticamente dobrou, e, no entanto, a incorporação ao contingente de Conta Própria jamais apresentou recuo. Ao contrário, houve intensificação da tendência expansionista de inserções autônomas na passagem de 2017 para 2019.

4.4.1 A identificação do trabalho gig e as métricas do mercado de trabalho

O trabalho remunerado regido por acordos comerciais vem crescendo no mundo inteiro com reflexo sobre os mercados de trabalho, o que é percebido, principalmente, pelo crescimento de inserções ocupacionais que diferem do emprego regular em tempo integral. Esses arranjos emergentes se caracterizam pela curta duração, jornada e remuneração restritas, acesso limitado a direitos e, em geral, pelo fato de serem sustentados por relações de trabalho multi-partite (CAPPELLI; KELLER, 2013; DUGGAN et al, 2019; CHOUDARY, 2018). Plenamente reconhecido como um resultado processual instaurado desde a década de 1970, a situação do trabalho tem seus contornos mais recentes aplainados por novas práticas de gestão que prescindem da presença humana no controle e acompanhamento da execução de atividades (GANDINI, 2019) e do aprendizado acumulado pela experiência do trabalhador (FRIEDMAN, 2014). Os passos mais radicalizados dessa marcha tem se beneficiado tanto das soluções geradas pela tecnologia de base digital, quanto de novas legislações trabalhistas que oferecem um cardápio variado de alternativas contratuais, que vão do assalariamento protegido aos vínculos comerciais.

Em um plano mais amplo, percebe-se que a inovação digital tem elevado os níveis de produtividade em praticamente todos os setores econômicos, produzindo pressão para generalizar sistemas de remuneração por resultados e terceirizações. Entretanto, é no segmento das plataformas de cyber-coordenação do trabalho que a tecnologia, sobremaneira, está sendo utilizada para potencializar as mudanças nas relações de trabalho que vem redefinindo o arquétipo laboral no capitalismo de hoje. Nestes negócios, os provedores de plataformas nada produzem e nada investem, quer nos instrumentos ou insumos necessários à execução dos serviços que comercializam (SCHMIDT, 2017), voltando-se exclusivamente ao aperfeiçoamento das transações de mercado que coordenam. Em decorrência desta proposta dos provedores, a rentabilidade das plataformas depende do valor líquido ou taxa

absorvida em cada transação realizada, multiplicada pela escala de transações que alcançam, o que torna imperativo o controle sobre o trabalho e seu custo em uma arquitetura velada de exploração (COLLIER; DUBAL; CARTER, 2017). O vanguardismo deste modelo econômico está na natureza integralmente digital que a sustenta, pois é a capacidade de rastrear, armazenar e processar agilmente volumes massivos de dados que permite a vigilância constante dos trabalhadores, por um lado, e, a associação entre a execução de tarefas efêmeras e contratos de trabalho breves ou instantâneos, de outro.

Uma visão objetiva e alicerçada do alcance atingido por essas mudanças, porém, ainda não existe, alimentando uma incongruência entre o debate público do trabalho e a visibilidade estatística desses fenômenos. Principalmente, esta situação decorre da atenção restrita que os sistemas estatísticos nacionais dispensam ao acompanhamento dos arranjos alternativos de trabalho, uma vez que o emprego regular continua sendo a referência central para a construção das métricas laborais. Em decorrência, as formas não assalariadas tendem a ser reconhecidas apenas em termos genéricos e de forma agregada, como se refletissem realidades homogêneas, o que também torna os ocupados na Economia de Plataforma ou inserções “gig” invisíveis (CAPELLI; KELLER, 2013). Este é um problema comum às interpretações dos mercados de trabalho mundo afora.

Em sistematização recente realizada no âmbito do U.S. Census Bureau (ABRAHAM, et al, 2017), constatou-se que, mesmo contando com acompanhamentos estatísticos de ocupações não tradicionais desde a década de 1980, os resultados aferidos para o mercado de trabalho estadunidense são pouco conclusivos quanto a evolução do trabalho não assalariado. O estudo tomou por base duas fontes distintas de dados, a produzida a partir de registros fiscais e a proveniente do levantamento domiciliar oficial, registrando tendências divergentes do trabalho por conta própria na economia norte-americana. De acordo com o fisco, o número de trabalhadores autônomos regularizados³⁹ cresceu entre as décadas de 1990 e 2000, estabilizando-se no período mais recente, justamente quando a plataformização se estabeleceu e se ampliou. Já a estimativa de inserções do tipo conta própria contabilizada através

³⁹ De forma distinta do exercício realizado por Friedman (2014), que compilou as formas não assalariadas captadas em suplementos da CPS, entre 1993 e 2013, concluindo que cresceram acima do ritmo assalariado.

da pesquisa domiciliar apresentou trajetória de declínio desde a década de 1990. Mediante o insólito quadro encontrado, o estudo concluiu que o problema se encontra na insensibilidade do sistema estatístico do trabalho estadunidense face às transformações de seu mercado de trabalho. No inquérito domiciliar, a fonte de limitações decorreria da captação pouco detalhada de vínculos decorrentes de contratos e acordos comerciais, bem como das inserções secundárias (segundo e demais trabalhos). Nos registros administrativos com base em informações empresariais, a insuficiência decorreria de declarações incompletas do universo de trabalho das organizações, que excluem dos informes regulares feitos aos governos tanto contratos, quanto custos trabalhistas extra folhas de pagamento.

Essas são lacunas amplamente reconhecidas em todos os sistemas estatísticos nacionais, conforme explicita OIT (2018):

(...) La diversidad de modalidades de empleo nuevas o atípicas que se orientan a aumentar la flexibilidad del mercado de trabajo también ha planteado la necesidad de contar con datos estadísticos que permitan evaluar la incidencia de esas modalidades, tanto en los trabajadores como en el funcionamiento del mercado laboral. Algunas están alterando el equilibrio en la distribución del riesgo económico entre los trabajadores y las empresas, y suscitan incertidumbre con respecto a la diferenciación entre el trabajo independiente y el empleo asalariado. (OIT, 2018 p:1)

Além disso, os estatísticos do trabalho também vêm empenhando-se para melhor compreender as mudanças do universo laboral. Nessas iniciativas se incluem a trajetória de estudos sobre trabalho contingente ou temporário nos EUA, sobre a nova informalidade na América Latina, além de avanços conceituais relativos a fenômenos que se consolidaram nos últimos 40 anos e que tomaram a forma de resoluções da Conferência Internacional dos Estatísticos do Trabalho (CIET), instância de órgãos oficiais de estatísticas dos países membros da OIT. Dedicada a construir os consensos que determinam a harmonização e comparabilidade entre os números do trabalho no plano internacional, a CIET/OIT redefiniu a ocupação remunerada em tempo parcial ou subemprego (11ª CIET-1966; 13ª CIET-1982; 19ª CIET-2013); indicadores de informalidade (13ª CIET-1982; 15ª CIET-1992) e de duração do trabalho (18ª CIET-2008).

Todavia, uma nova exigência se coloca nesse momento, uma vez que vetores de transformação do trabalho parecem organizados em um novo arquétipo de inserção produtiva ao lado do assalariamento, mas com novidades não alcançadas

pelo debate tradicional da informalidade, pois a situação não se restringe aos países da periferia capitalista ou em desenvolvimento. Portanto, a situação remete à necessidade de construção de novas classificações para as relações de trabalho, a fim de viabilizar a correta medição de estoques e dinâmicas de diferentes e novos formatos de trabalho, no que se incluem os realizados por meio de plataformas digitais.

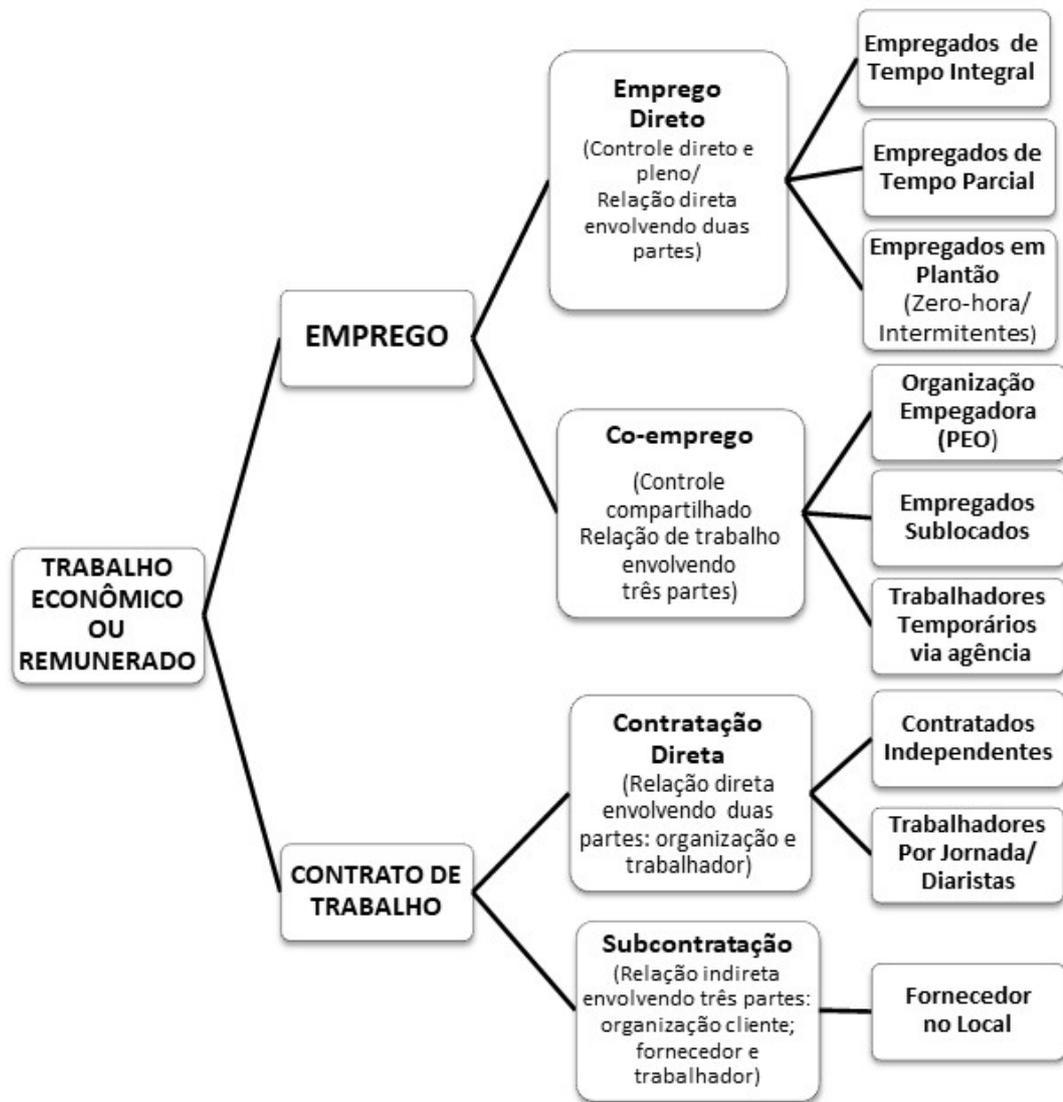
Com a admissão de que se enxerga com dificuldade o fenômeno à frente, devido às lentes vencidas pelo tempo, este estudo que cerca o problema da medição em mercados de trabalho gradativamente cyber-coordenados, sumariamente, agrega três contribuições relevantes ao debate das relações de trabalho nas estatísticas laborais. A primeira apresenta a classificação de Cappelli e Keller (2013), que tomaram por referência a organização para sistematizar as relações entre capital e trabalho a partir dos critérios de controle sobre processos e da natureza das contratações possíveis. A segunda se refere à sistematização dos tipos de arranjos de trabalho por características da relação trabalhista, realizada pelos pesquisadores da University of Maryland e U.S. Census Bureau (Abraham, 2017). Por fim, apresenta-se a nova classificação da situação ocupacional debatida e aprovada na 20ª CIET/OIT, que deverá gradualmente ser assimilada pelas pesquisas domiciliares de mercado de trabalho para designar as relações de trabalho.

4.4.1.1 A classificação dos arranjos de trabalho a partir da ótica da organização (Cappelli e Keller)

Cappelli e Keller (2013), tendo em perspectiva a realidade vivenciada pela grande empresa no universo de novas relações trabalhistas, propuseram um sistema classificatório dos arranjos produtivos para racionalizar a gestão da força de trabalho, que passou a ser contratada por diferentes modalidades legais. No ambiente retratado pelos autores constam todas as possibilidades de flexibilização dos vínculos de emprego, bem como as formas de acesso a trabalhadores por meio de contratos regidos pelo direito comercial ou administrativo. Em que pese se centralizarem pelos novos equilíbrios da dicotomia capital-trabalho a partir da lógica da grande organização, o reconhecimento feito pelos autores sobre o avanço da heterogeneidade nas relações laborais é muito útil às métricas do mercado de

trabalho, em especial para localização da Economia de Plataforma ou inserções “gig”. Primeiro, porque a teorização feita expôs o efeito erosivo causado pelas flexibilidades trabalhistas sobre os arquétipos largamente utilizados pela literatura para distinguir ocupações boas das ruins ou precárias, como o trabalho temporário/freelancer, trabalho estável, trabalho padrão/trabalho não padrão e trabalho interno/trabalho externo (terceirização). Em segundo lugar, porque a classificação proposta foi construída sobre critérios claros, potentes e não sobrepostos a partir da noção do controle ou autoridade exercida pela empresa sobre a força de trabalho. Por fim, porque, na lógica que os autores ofereceram, a autoridade empresarial é estrangida somente pela superestrutura legal em diferentes graus (legislação norteadora dos contratos), que, entre outros objetivos, define papéis claros para a presença de intermediação de uma empresa terceira na relação de trabalho – Figura 4.2.

Figura 4.2 - Classificação de Arranjos de Trabalho de Cappelli e Keller



Fonte: Adaptação de Cappelli e Keller, 2013, p:577

Na estrutura classificatória de Cappelli e Keller fica ressaltada a distinção entre as relações de emprego e as alicerçadas em contratos administrativos de trabalho, sendo o controle de supervisão sobre o processo produtivo o crivo utilizado para isto. Dessa forma, o emprego se define pela direção dada pelo empregador ao exercício de tarefas cotidianas, indicando o quê e em que ordem deve ser feito, estabelecendo a precisão a ser alcançada a cada etapa produtiva e o tempo esperado para execução de cada um desses estágios. Por outro lado, a interposição de limites à autoridade da empresa sobre o processo de trabalho, pelo compartilhamento dos instrumentos que operacionalizam o controle (avaliação e disciplina) com terceiros ou completa

autonomia do trabalhador, acabam por definir os demais arranjos categorizados no esquema classificatório. Por essas linhas gerais, o esquema classificatório de Cappelli e Keller reproduz a estrutura jurídica que acompanha a relação de emprego, evidenciando que o emprego regular em tempo integral é uma forma específica desta condição, na qual diferenciais de frequência e duração dos contratos empregatícios se tornaram vetores de heterogeneidade. Esclarecedora também é a situação de co-emprego na qual a relação de trabalho é triangulada por empresas de natureza específica: as agências de locação de mão-obra, que assumem as obrigações trabalhistas do ajuste geral feito e mantém o comando da organização/cliente sobre os trabalhadores.

Já nas relações trabalhistas realizadas por meio de contratos comerciais, a organização cliente não dirige os funcionários da empresa fornecedora, que busca o estabelecimento de todos os condicionantes da produção desejável em cláusulas ajustadas juridicamente. Como nas relações de emprego, a presença da mediação de terceiros cria subcategorias de contratos comerciais de trabalho: contratação direta e subcontratação. A contratação direta estabelecida entre um trabalhador e a organização é gerida por um contrato simples, que estabelece a duração do trabalho, mas não há comando diretivo sobre o processo de trabalho executado por empreitada. Adicionalmente, segundo Cappelli e Keller, nesta relação caracterizada pela autonomia, o trabalhador atende muitas organizações e, geralmente, tem um ofício definido. quando esses relacionamentos de trabalho envolvem a interveniência de uma terceira organização, que fornece um produto elaborado ou serviço prestado por sua equipe de trabalho no estabelecimento do cliente, ou não, segundo esse sistema, há uma subcontratação. Essas, por sua vez, constituem arranjos de trabalho somente se os funcionários da fornecedora trabalharem no estabelecimento do cliente e o representarem, através de credenciais e uniformes, por exemplo.

A identificação do arranjo “gig”, operacionalizado pelas plataformas de trabalho, seria algo ainda pendente, mas com um longo caminho vencido por esta esquematização por ser um tipo de subcontratação (DUGGAN, et al. 2019).

4.4.1.2 Caracterização dos arranjos de trabalho e distinção do perfil de trabalho gig sob a perspectiva do mercado de trabalho no mercado

Abraham, Haltiwanger, Sandusky e Spletzer, pesquisadores da University of Maryland e U.S. Census Bureau, propuseram uma sistematização dos arranjos de trabalho que consideram características da atividade remunerada, explicitando a heterogeneidade da inserção produtiva atual no mercado de trabalho norte-americano (Abraham et al, 2017). Para isso, tomaram as modalidades de ocupação tipificadas pela literatura em confronto à previsibilidade na duração do trabalho ou dos vínculos, do patamar dos rendimentos a serem recebidos e das jornadas de trabalho. No cotejo, também foram consideradas outras duas dimensões importantes para a delimitação dos tipos de trabalho ou arranjos produtivos. A primeira, associada ao tipo de recompensa adotada para contrapartida à atividade exercida, distinguindo a presença de salários e pró-labores de gerenciamento que não variam com o resultado econômico geral do empreendimento, e, a segunda, a existência de supervisão direta ou controle sobre o processo de trabalho por parte da organização beneficiária do trabalho final e pagante.

Com o exercício ficou demonstrado que, mesmo havendo alguma variabilidade interna dentre empregados diretos e terceirizados, a tendência à previsibilidade ainda é notavelmente mais presente que entre os arranjos do tipo conta própria. No grupo dos assalariados, a instabilidade na duração dos contratos e a ausência de previsão das jornadas de trabalho são dimensões que introduzem variações nas condições de trabalho, notavelmente proporcionadas, crescimento da terceirização do emprego e dos contratos de trabalho em regime intermitente ou em plantão (zero-hora). Dentre as modalidades de trabalho por conta própria, entretanto, a identificação de padrões face ao risco econômico produziu um quadro insólito, pois há extensa heterogeneidade na condição dos autônomos mais capitalizados. Este subgrupo de trabalhadores por conta própria reúne proprietários de pequenos negócios regularizados que trabalham sozinhos ou como sócios de empreendimento organizados, ou ainda de forma individual, operando um ofício, ainda que sem registro. Porém, para os autônomos que trabalham de forma avulsa, como empreiteiros, diaristas (por jornada) e trabalhadores por demanda foi identificada uma absoluta homogeneidade, pois para todos, e de forma constante, o horizonte é

imprevisto, e também há maior exposição ao risco econômico, dada ausência de garantia de salários e pró-labores, além de distanciamento em relação à unidade pagadora. Esse último padrão, para os autores, define a inserção “gig”/“bico” no mercado de trabalho, uma condição em que os trabalhadores de plataforma estão inseridos como um caso particular.

Figura 4.3 - Tipo de arranjos de trabalho segundo características

MODALIDADES DE ARRANJOS DE TRABALHO	CARACTERÍSTICAS DO ARRANJO DE TRABALHO					Trabalho GIG/Bico
	Salário ou Provento pago	Expectativa de continuidade na relação de trabalho	Horário de trabalho previsível	Rendimentos previsíveis	Trabalho supervisionado por empresa que paga	
1 - EMPREGADOS						
1.1 - Empregado tradicional	Sim	Maioria	Sim	Sim	Sim	Não
1.2 -Trabalhador de plantão/horário variável	Sim	Alguns	Não	Sim	Sim	Não
1.3 - Trabalhador temporário de contratação direta	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não
1.4 - Trabalhadores da empresa contratada/Terceirizada						
1.4.1 -Trabalhador temporário de agência de ajuda	Sim	Alguns	Sim	Sim	Não	Não
1.4.2 -Trabalhador PEO	Sim	Alguns	Sim	Sim	Não	Não
1.4 .3 -Outro trabalhador da empresa contratada	Sim	Alguns	Sim	Sim	Não	Não
2 - TRABALHADORES CONTA PRÓPRIA						
2.1 - Proprietários de negócios						
2.1.1- Proprietário de empresa registrada	Alguns	Maioria	Sim	Alguns	Não
2.1.2- Sócio ou parceiro	Não	Maioria	Sim	Alguns	Não
2.1.3 -Único proprietário não registrado	Não	Maioria	Sim	Alguns	Não
2.2 - Contratado-Empreiteiro independente / freelancer	Não	Não	Não	Não	Sim
2.3 - Diarista	Não	Não	Não	Não	Sim
2.4 -Trabalhador sob demanda / plataforma	Não	Não	Não	Não	Sim

Fonte: Adaptação de ABRAHAM, K. et al, 2017, p.48

4.4.1.3 Atualização da classificação das relações de trabalho para fins estatísticos – Recomendações da 20th CIET/OIT

Em fevereiro de 2018, a Classificação Internacional da Situação na Ocupação (CISO) foi revisada pelos integrantes da 20ª reunião da Conferência Internacional dos Estatísticos do Trabalho-CIET, no âmbito da OIT. Conforme o documento elaborado para subsidiar o encontro, os especialistas reunidos na Conferência buscaram superar a insuficiência e desatualização da CISE-1993⁴⁰, que, em virtude das alterações ocorridas nas últimas décadas, perdeu sua capacidade descritiva, em especial dos arranjos produtivos atípicos ou não assalariados. O motor da perda semântica das categorias da CISE/CISO se deve ao novo arco de inserção produtiva, que foi ampliado pela maior flexibilidade dos mercados de trabalho. Centralmente, este processo alterou a distribuição de autoridade e risco econômico entre trabalhadores e empresas, suscitando dúvidas e incertezas sobre as diferenciações e limites existentes entre as situações de trabalho independente e emprego (OIT, 2018a).

A recuperação da capacidade de mensurar o mercado de trabalho, por sua vez, dependeria de uma leitura ampla que contemplasse a morfologia das inserções ocupacionais não assalariadas, para além de esforços pontuais efetuados em CIETs anteriores. Como resultado desta última revisão, foi redefinido o marco conceitual para distinção e mensuração das relações de trabalho, com destaque para o conceito de *conta-própria dependente* e para as novas hierarquias analíticas das formas de inserção ocupacional, baseadas em dois critérios – a *autoridade exercida pelo trabalhador na unidade produtiva* em que desenvolve suas atividades e o *risco econômico* a que está exposto (OIT, 2018a).

Dessa forma, as definições assumidas ao longo da 20ª CIET formalizaram os entendimentos construídos em estudos e nos fóruns preparatórios de especialistas, com destaque para a nitidez oferecida ao contorno da inserção autônoma em subordinação oculta. Esta situação é descrita por:

⁴⁰ Até a 19ª CIET, realizada em 2013, a Classificação das relações de trabalho se referia apenas ao universo do trabalho remunerado, entendido como posição na ocupação. A partir desse momento, o conceito de trabalho foi alargado para abarcar outras modalidades de produção de riqueza (trabalho voluntário, de auto produção e consumo, afazeres domésticos e cuidados), e, especificamente, para a atividade humana remunerada (ocupação no mercado de trabalho) as modalidades de vínculo com o posto de trabalho ou a inserção passou a ser compreendida no âmbito da Classificação Internacional de Situação na Ocupação (CISO) – OIT, 2013.

(..) los trabajadores realizan servicios para una empresa en virtud de un contrato civil o mercantil pero cuyos ingresos dependen de uno o de unos pocos clientes, y reciben instrucciones directas sobre cómo debe realizarse el trabajo (...). (Informe General 20ª CIET. OIT, 2018, parágrafo 44, p:9)

Neste grupo, passou-se a contabilizar tanto os autônomos avulsos (freelancers, empreiteiros, diaristas), quanto os sócios proprietários de negócios autogeridos que aportam insumos e recursos à execução de atividades, mas não detém o controle ou autoridade completa sobre o processo de trabalho em que se envolvem. Com isso, produziu-se avanços para o atendimento de três objetivos distintos: a) para a geração; de informações adequadas para a política pública dirigida ao trabalho por conta própria; b) para a compreensão do crescimento da ocupação em formas atípicas de trabalho nos mercados de trabalho; e, c) para elucidar a propensão de transferência do risco econômico e empresarial aos trabalhadores (OIT, 2018a).

Outro avanço da Conferência teve por propósito atualizar a classificação de relações de trabalho, o que gerou duas hierarquias de uso alternativo: a Classificação Internacional da Situação na Ocupação baseada no critério da autoridade (CISO-18-A) e a Classificação Internacional da Situação na Ocupação baseada no risco econômico (CISO-18-R). Esta solução procurou embasar a geração de quadros informativos para análises de diferentes prismas em uma cena mundial trabalhista ainda em mutação e de elevada complexidade para ser redutível a um critério único.

Figura 4.4 - Classificação internacional de relações de trabalho/Classificação Internacional de Situação Ocupacional (CISO), segundo critérios de autoridade e risco econômico

SEGUNDO TIPO DE AUTORIDADE (CISO -18-A)	SEGUNDO TIPO DE RISCO ECONÔMICO (CISO -18-R)
TRABALHADORES INDEPENDENTES OU AUTÔNOMOS	TRABALHADORES OCUPADOS POR BENEFÍCIO
A. Empregadores: 11 - Empregadores em empresas 12 - Empregadores em empresas do setor doméstico B- Trabalhadores independentes sem empregados/Conta Própria: 21 - Proprietários-gerentes em empresas sem empregados 22 - Trabalhadores por conta própria em empresas do setor doméstico sem empregados	F. Trabalhadores independentes em empresas do setor doméstico: 12 - Empregadores em empresas do setor doméstico 22 - Trabalhadores por conta própria em empresas do setor doméstico sem empregados C. Empreiteiros dependentes: 30 - Empreiteiros Dependentes E. Trabalhadores familiares auxiliares em atividades de mercado: 51 - Trabalhadores familiares auxiliares em atividades de mercado
TRABALHADORES DEPENDENTES	TRABALHADORES EMPREGADOS EM TROCA DE REMUNERAÇÃO
C. Contratantes dependentes/Conta Própria Dependentes : 30 - Empreiteiros Dependentes D. Empregados : 41 - Empregados permanentes 42 - Empregados por tempo determinado 43 - Empregados de curto prazo e ocasionais 44 - Aprendizes, estagiários e estagiários remunerados E. Trabalhadores familiares auxiliares em atividades de mercado: 51 - Trabalhadores familiares auxiliares em atividades de mercado	F. Proprietários-gerentes da empresa: 11 - Empregadores em empresas 21 - Proprietários-gerentes em empresas sem funcionários D. Empregados : 41 - Empregados permanentes 42 - Empregados por tempo determinado

Fonte: OIT. Informe General, Reunión de expertos en el marco de los preparativos de la 20.^a Conferencia Internacional de Estadísticos del Trabajo: Estadísticas de las relaciones de trabajo.

Para gerar estatísticas da ocupação independente e dependente, a CISO-18-A foi gerada para refletir os graus de autoridade, avaliados sob dois aspectos. Do ponto de vista da dependência operacional, a identificação da existência de autonomia para decisões sobre volume, prazos e cadência da execução de atividades, além das condições em que o trabalho é realizado; sob a ótica econômica, diz respeito ao acesso a insumos, bens de capital e ao próprio mercado, assim como liberdade para o estabelecimento de preços. A segunda hierarquia, baseada no tipo de risco econômico, estabelece a dicotomia entre trabalhadores a partir do tipo de

remuneração e é análoga à distinção tradicional entre trabalho por conta própria e emprego. Seu uso é apropriado para obter dados para as contas nacionais, para identificar o emprego assalariado e sua distribuição, e para a produção e análise de estatísticas sobre salários, rendimentos e custos trabalhistas (OIT, 2018a)

5 DIMENSIONAMENTO DA POPULAÇÃO OCUPADA EM PLATAFORMAS DIGITAIS DE TRABALHO NO BRASIL

Até 2012, o Brasil não contava com um acompanhamento conjuntural e pleno de seu mercado de trabalho, com disponibilidade regular de informações em períodos subanuais e ampla cobertura temática e geográfica. Essa lacuna, enfrentada por anos através de liames de diversas fontes parciais de dados, foi superada pela revisão que o Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares (SIPD)⁴¹ proporcionou, trazendo entre seus principais resultados a centralização do levantamento demográfico e socioeconômico do país na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC).

Destarte, além de recentes, as informações PNADC demandam uma leitura que considere suas bases metodológicas, cuja concepção, afora o porte necessário para refletir a realidade de um país continental, populoso e desigual, procurou vencer as dificuldades métricas de um contexto trabalhista em profunda transformação. Isto quer dizer que as múltiplas demandas colocadas sobre a PNADC, durante sua moldagem, resultaram em uma investigação com singularidades que são observadas no uso generalizado de rotação dos conteúdos pesquisados e de subamostras⁴² do universo domiciliar brasileiro (IBGE, 2014). Em síntese, embora denominada como

⁴¹ Realizado a partir de 2006 pelo Instituto Brasileiro de geografia e Estatística (IBGE), esse processo unificou as estruturas amostrais da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), além de fundir o escopo temático dessa última ao da Pesquisa Mensal de Emprego (PME). Dessa forma, os dois levantamentos de cobertura nacional (POF e PNAD) passaram a contar com gerenciamento amostral comum e a investigação brasileira de cunho demográfico e socioeconômico ficou centralizada na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC). O SIPD foi implantado progressivamente no Brasil a partir de 2006, teve como finalidade a reformulação das pesquisas domiciliares do IBGE, cujo objetivo foi, entre outros, proporcionar indicadores sobre o mercado de trabalho de curto prazo, com abrangência nacional, produzindo informações básicas para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País” (IBGE, 2019: 5). Para um conhecimento detalhado desse processo é possível retomar todas as fases de seus desenvolvimento através dos documentos técnicos das rodadas do Fórum SIPD em <http://ibge.gov.br/estatisticas/metodos-e-classificacoes/outros-documentos/21089-reformulacao-das-pesquisas-domiciliares-amostrais-do-ibge.html?=&t=o-que-e>

⁴² A amostra PNAD Contínua (PNADC) acabou sendo dimensionada em 211.344 domicílios por trimestre, divididos em três painéis mensais independentes dos quais se originam os indicadores agregados do mercado de trabalho nacional, que atendem ao debate econômico. Cada domicílio amostrado, porém, permanece em pesquisa por cinco trimestres consecutivos, o que permite o acompanhamento de mudanças ocorridas na inserção econômica de um mesmo indivíduo ao longo de 15 meses. Já, para satisfazer a necessidade de informações sociais e de caracterização mais aprofundada da estrutura ocupacional, este sistema de rotação foi utilizado para distribuir diferentes temas investigados pelos cinco períodos de permanência domiciliar na amostra. Esses últimos, portanto, são indicadores médios apurados ao longo do ano e obtidos pela cumulatividade de frações amostrais (IBGE, 2014).

uma Pesquisa, a PNADC é um sistema de levantamentos organicamente articulados, cujo aproveitamento interpretativo depende da conexão entre temas e quesitos incluídos em questionários específicos e temporários, populações respondentes e periodicidades diversas de coleta.

Considerada a estratégia de sobrepor pesquisas para a composição de uma base ampla de dados socioeconômica, a PNADC responde às necessidades de informações conjunturais através da aplicação mensal de seu questionário básico, dedicado à condição de trabalho e renda da população do país com idade igual ou superior aos 14 anos. Neste objetivo, em que prepondera o enquadramento da situação individual de trabalho, à semelhança de outros países, a pesquisa brasileira segue estritamente as diretrizes definidas pelas CIETs/OIT (IBGE, 2019). Relacionada à comparabilidade internacional de dados, esta harmonização das estatísticas oficiais dos países compõe a agenda dos fóruns supranacionais em que são formulados os consensos sobre conceitos e categorias das pesquisas domiciliares dedicadas à inserção produtiva. Este é um esforço das nações que tende a acelerar a disseminação dos entendimentos consolidados do debate laboral, importantes, sobretudo, em um contexto de globalização produtiva e rápida convergência dos impactos das tecnologias digitais (OIT, 2013; VILLASMIL, 2019).

Precisamente ao se encontrar atualizada em relação aos esquemas classificatórios da condição de trabalho, a PNADC incorpora a inquietação e os encaminhamentos relativos aos limites existentes entre “trabalho” e “não trabalho”, centrais nas definições da 19ª CIET/OIT de 2013. Esta distinção foi traduzida em conceitos abrangentes de *ocupação* e da *subocupação*, basicamente refletindo a preocupação com possíveis perdas de registro dos exercícios laborativos, gradativamente mais fugidios. Este debate se conecta a tendência de crescimento do trabalho casual, expressa na imprevisibilidade de vínculos e jornadas irregulares de inserções do tipo bico ou “gig”, amplamente reconhecida como forma de inserção predominante no trabalho realizado por meio de plataformas digitais.

Conforme esquematizado no quadro abaixo, o questionário básico da PNADC acompanha este debate internacional, buscando o carreamento de praticamente todo e qualquer exercício de trabalho para a classificação da ocupação. Neste sentido, é notável o uso do critério quantitativo baixo de horas de trabalho para o enquadramento

dos ocupados, que além de bastante abrangente (pelo menos uma hora) não requer associação à frequência ou previsibilidade da inserção investigada.

Quadro 5.1 - Conceitos de ocupação recomendados pela 19ª CIET/OIT e adotados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios brasileira

<p>Recomendação da 19ª CIET/OIT-2013</p>	<p>“(..)Todas aquellas personas en edad de trabajar que, durante un período de referencia corto, se dedicaban a alguna actividad para producir bienes o prestar servicios a cambio de remuneración o beneficios. Se clasifican en esta categoría:</p> <p>a) las personas ocupadas y «trabajando», es decir, que trabajaron en un puesto de trabajo por lo menos una hora, y:</p> <p>b) las personas ocupadas pero «sin trabajar» debido a una ausencia temporal del puesto de trabajo o debido a disposiciones sobre el ordenamiento del tiempo de trabajo (como trabajo en turnos, horarios flexibles y licencias compensatorias por horas extraordinarias).”</p> <p>– (OIT, 2013, p.53)</p>
<p>Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/Brasil</p>	<p>São classificadas como ocupadas na semana de referência, as pessoas que, nesse período, trabalharam pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.) ou em trabalho sem remuneração direta, em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio ou, ainda, as pessoas que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas nessa semana.</p> <p>Trabalho e/ou estágio por pelo menos uma hora em atividade remunerada em dinheiro ou produtos. O que inclui o tempo à disposição ou dispensado à busca de clientes pelos prestadores de serviços, as inserções ocasionais (bicos) e o trabalho familiar em ajuda/apoio à ação remunerada de membro do grupo domiciliar.</p> <p>(IBGE, 2019, p.23)</p>

Fonte: Elaboração própria, com base em OIT (2013, p.53) e IBGE (2019, p.23)

Embora uma descrição genérica da ocupação seja realizada de forma permanente para a totalidade de domicílios investigados pela PNADC, complementando o acompanhamento conjuntural do mercado de trabalho, outro levantamento mais extenso é aplicado paralelamente em frações controladas de sua amostra. Com o propósito de fornecer um quadro completo da inserção produtiva, esta investigação suplementar produz resultados médios anuais, sempre obtidos a partir da primeira entrevista de cada unidade domiciliar do sistema de painéis PNADC em rotação.

Dessa forma, para a produção de indicadores trimestrais, o questionário básico da PNADC se limita à identificação do tipo de trabalho exercido (ocupação), natureza da atividade desenvolvida (setor de atividade) e forma de inserção na ocupação (posição na ocupação), além de jornadas e remunerações. Considerados desdobramentos, mas diretamente associados à situação de trabalho e seus movimentos conjunturais, a maior desagregação alcançada nesta regularidade de

levantamento diz respeito às tipologias do emprego e formalização dos negócios por conta própria (com ou sem registro no CNPJ). Já o levantamento de características adicionais de trabalho, que produz informações anuais, agrega ao acompanhamento do questionário básico um bloco temático voltado à associação sindical, articulação produtiva em cooperativas ou rede de comercialização, local do exercício regular de trabalho e nível de estruturação de estabelecimentos (IBGE, 2019).

De tal sorte, os usuários da PNADC que almejam produzir uma interpretação original da estrutura produtiva no país se deparam com uma solução única e dependente do cronograma de divulgação da base anual e compilada das Informações Adicionais do Mercado de Trabalho. Esta base geralmente é divulgada no início do segundo trimestre do ano subsequente ao da coleta de dados, contudo, a referente a 2019 foi disponibilizada em 27/08/2020, contextualizada pela situação pandêmica no Brasil. A última base de dados disponibilizada pelo IBGE foi fundamental para o desenvolvimento apresentado neste estudo, que apresenta uma proposta metodológica para estimar o número de trabalhadores brasileiros que se ocupam em atividades coordenadas por plataformas digitais. Esta elaboração foi desenvolvida em três etapas, integralmente baseadas nas potencialidades das informações da PNADC, apurada entre 2012 e 2019.

Dentre esses três passos, o primeiro foi dedicado à identificação de uma relação de trabalho que refletisse, pelo menos duas dentre as três características que a literatura especializada, reiteradamente, relaciona à ocupação coordenada por plataformas digitais: *a casualização da inserção*, *a desmutualização de riscos e compromissos* e *a mediação da relação de trabalho*. Como vetores que sinalizam a erosão salarial, estas tendências apontam para o crescimento generalizado de arranjos independentes nos mercados de trabalho centrais, uma condição de trabalho que corresponde, grosso modo, a algumas modalidades do trabalho autônomo ou por conta própria no Brasil. Em busca de um indicador para esta condição foi delimitado o trabalho por *Conta Própria Sem Estabelecimento e Sem Documento (CP-SESD)*. Em um segundo estágio, procurou-se circunscrever o escopo setorial das plataformas digitais atuantes no país através de um levantamento de atividades e empresas que recrutam e oferecem, através da internet, serviços prestados por trabalhadores autônomos. Reunida à definição de Conta Própria SESD, essa seleção de atividades

tornou possível a identificação do *Contingente Potencial de Trabalhadores Ocupados em Plataformas*.

No terceiro momento de construção metodológica, foi utilizada uma técnica estatística de modelagem de conglomerados para gerar um refinamento das características da inserção produtiva dos trabalhadores *Conta Própria Sem Estabelecimento e Sem Documento (CP- SESD)*. Com isso foi possível isolar perfis distintos desses trabalhadores, vinculando-os também às atividades selecionadas de atuação das plataformas digitais.

5.1 O CONTINGENTE POTENCIAL DE TRABALHO POR CONTA PRÓPRIA SEM ESTABELECIMENTO E SEM DOCUMENTO⁴³

O objetivo deste estudo foi alcançado por meio da definição de um contingente potencial de trabalhadores em plataformas, entendido como uma construção intermediária ou um andaime para um posterior refinamento. Baseado nas proposições de uma condição específica de trabalho, compatível com as relatadas pela literatura de plataformas digitais, e de um conjunto delimitado de atividades econômicas, este contingente foi definido como um indicador único e de obtenção viável a partir da Pesquisa Nacional de Domicílios Contínua – PNADC.

A relação de trabalho e o escopo setorial são dimensões utilizadas pelas pesquisas de mercado de trabalho, usualmente, para definir âmbitos distintos de inserções remuneradas, que, por estarem assentadas em classificações precisas e nunca sobrepostas, geram mensurações potentes do sistema produtivo e seus câmbios. Esses objetivos são atingidos porque os critérios que tipificam relações de trabalho e atividades de produção requerem conceitos decompostos em variáveis e códigos, operacionalizáveis nos processos de coleta de dados e geração de indicadores de emprego, internacionalmente harmonizados. Portanto, não há novidade no lastro adotado para o desenvolvimento apresentado a seguir.

⁴³ O indicador trabalho por Conta Própria Sem Estabelecimento e Sem Documento foi desenvolvido originalmente para esta dissertação, com o intuito de suprir a necessidade de delimitação de uma relação de trabalho básica e vigente no trabalho em plataformas, fundamental para as proposições estatísticas que sustentam este capítulo.

A peculiaridade trazida pelo objeto estudado está na prioridade dada ao critério *forma de inserção/relação de trabalho* sobre os contornos setoriais de atuação das plataformas. Com isso, inverte-se a estratégia de abordagem de estudos empíricos já realizados sobre o tema no país, que, em geral, definem uma atividade econômica como objetivo e, sequencialmente, descrevem as relações técnicas e sociais que caracterizam suas dinâmicas produtivas. O diferencial de perspectiva, existente entre estudos de processos e relações de trabalho, calcados no mapeamento minucioso de uma inserção daqueles voltados ao mercado de trabalho, afeitos à agregação e impactos sobre as grandezas populacionais, explicam essa opção. Ademais, expõe os desafios metodológicos que a presença das plataformas de cyber coordenação tem trazido aos estudos de mercado de trabalho, conforme sistematizado na última seção do capítulo anterior.

A categoria de trabalho independente que figura como base para as estimativas apresentadas nesse estudo foi denominada de *Autônomo Sem Estabelecimento e Sem Documento (SESD)*, sendo passível de mensuração e periódica atualização a partir de informações disponibilizadas pela PNADC/IBGE. Trata-se de um indicador que procurou definir um tipo particular de ocupação independente, buscando retratar por aproximação as características registradas pela literatura na descrição do trabalho em plataforma digitais, tais como: *a execução individual de tarefas, o vínculo efêmero característico da atividade autônoma, o reduzido requerimento de capitalização* dado pela inexistência de estabelecimento, escritório ou oficina especializada para desenvolvimento de atividades, e a *ausência de exigências de regularização e/ou de legalização de vínculo para o exercício do trabalho*.

Embora limitado à descrição do trabalho principal da população ocupada, devido à base de dados utilizada, o indicador do número de Autônomos SESD restou estatisticamente ancorado em amostras robustas⁴⁴ e, conceitualmente, assentado em variáveis e quesitos que viabilizam uma aproximação entre o levantamento empírico brasileiro e o retratado pela literatura. Dentre esses requisitos utilizados para a construção do indicador, consta a própria definição da inserção produtiva

⁴⁴ Para composição do indicador CP SESD foram identificados 10.268.991 indivíduos.

característica do trabalho autônomo⁴⁵, que, na pesquisa oficial brasileira, segue as diretrizes internacionais da Classificação Internacional da Situação de Emprego de 1993 – CISE/93 e a uma seleção de variáveis apresentadas a seguir por temática – Quadro 5.2.

Quadro 5.2 - Seleção de variáveis para composição da categoria Conta Própria Sem Estabelecimento Sem Documento

Dimensão Avaliada	Seleções Realizadas Para Programação do Indicador		
	Variável	Questão Aplicada	Resposta/Quesito Aceita (o)
	Tema – Execução Individualizada do Trabalho		
Sem envolvimento de trabalhadores familiares	V4015	Teve ajuda, nesse trabalho de pelo menos um trabalhador não remunerado que era membro do domicílio ou parente?	Não
Sem envolvimento de sócios	V4017	Tinha pelo menos um sócio que trabalhava nesse negócio/empresa?	Não
Sem envolvimento de ajudantes	V4018	Contando com você quantas pessoas trabalhavam nesse negócio/empresa?	1 a 5 (*)
Não associação a cooperativa ou grupos de produção	V4030	Era associado a cooperativa de trabalho ou associação de produção?	Não
Tema: Ausência de Cobertura Legal			
Sem envolvimento de trabalhadores familiares	V4019	Esse negócio/empresa era registrado no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ?	Não
Tema – Ausência de Estabelecimento			
Local de Execução do Trabalho	V4020	Em que tipo de local funcionava esse negócio/empresa?	<i>Não tinha estabelecimento para funcionar.</i>
	V4022	Então onde exercia normalmente esse trabalho?	<i>Em local designado pelo empregador, cliente ou freguês.</i>
			<i>No domicílio de residência, em local exclusivo para o desempenho da atividade;</i>
			<i>No domicílio de residência, sem local exclusivo para o desempenho da atividade;</i>
		<i>Em veículo automotor (táxi, ônibus, caminhão, automóvel, embarcação etc.);</i>	

⁴⁵ Nos moldes da 15th CIET, de 1993, Conta própria é a pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador familiar auxiliar.

			<i>Em via ou área pública (rua, rio, manguezal, mata pública, praça, praia etc.);</i>
--	--	--	---

(*) embora o quesito sinalize a possibilidade do envolvimento de outras pessoas no negócio/atividade, quando o conceito de conta própria é associado a inexistência de trabalhador familiar e sócio, a alternativa indica apenas um trabalhador, ou seja, o próprio indivíduo entrevistado.

Fonte: Elaboração própria, a partir de IBGE (2019).

O processamento da base de dados PNADC, com base nos critérios definidos, indicou que 10,9% dos ocupados do país se engajavam no mercado de trabalho por meio de estratégias de trabalho Autônomo SESD em 2019, o que correspondia a 10.316 mil trabalhadores. Entre 2012 e 2019, intervalo relativamente curto de anos acompanhados pela pesquisa oficial, essa categoria de trabalho havia crescido 48,2%, face à elevação de 6,1% do nível geral da ocupação brasileira. Estes movimentos revelam o ganho de expressão do arranjo produtivo estudado, cuja proporção no conjunto ocupacional ascendeu dos 7,8%, identificado no início da série, para os atuais 10,9% – Tabela 5.1.

**Tabela 5.1 - Estimativa da população ocupada e do número de trabalhadores por Conta Própria Sem endereço e Sem documento (CP- SESD).
Brasil - 2012 a 2019**

Anos	População Ocupada (Estimativa em mil pessoas)		Índice do número de ocupados (base 100=2012)		Proporção de Autônomos SESD/Total de Ocupados (%)
	Total de Ocupado s	Conta Própria SESD	Total de Ocupados	Conta Própria SESD	
2012	89.233	6.960	100,0	100,0	7,8
2013	90.715	7.439	101,7	106,9	8,2
2014	91.945	7.448	103,0	107,0	8,2
2015	92.163	7.834	103,3	112,6	8,5
2016	90.776	7.716	101,7	110,9	8,5
2017	91.073	8.106	102,1	116,5	8,9
2018	92.333	9.326	103,5	134,0	10,1
2019	94.642	10.316	106,1	148,2	10,9

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2018, consolidado de primeiras entrevistas. Elaboração própria.

Um exame setorial dessas informações, além de qualificar o panorama de alcance do trabalho por Conta Própria SESD, que segundo a tabela 5.2, figura na

maioria das atividades produtivas brasileira, revelou diferentes níveis de incidência dessa modalidade de inserção nos vários ambientes produtivos. Na sistematização feita, também ficou salientada que é diversa a absorção dentre tipos de trabalho autônomo, sublinhando a heterogeneidade desses arranjos ocupacionais, conforme apontado historicamente pela literatura latino-americana da informalidade e pelos recentes esforços realizados para caracterizar as inserções não assalariadas mundialmente em ascensão⁴⁶.

Por exemplo, ficou constatado que exigências relevantes de acumulação de capital e escala produtiva, inatos a boa parte da produção fabril, construção de grande porte e segmentos da atividade comercial, por um lado, e, de outro, o provimento de bens sociais (educação, saúde, defesa) e relações de trabalho diretas e bilaterais, como o Emprego Doméstico, limitam ou eliminam as inserções por conta própria. Como um verso dessa moeda, era larga a presença de toda a forma de engajamento autônomo, representado por pequenos negócios, trabalhadores avulsos, articulações produtivas familiares e de profissionais liberais nas outras modalidades de atividade econômica. Esses eram os arranjos de trabalho predominantes nos Serviços especializados para a construção (62,5%), em Outros serviços (55,8%), na Construção de edifícios (53,7%), na Agropecuária (42,5%) e na atividade de Transporte, armazenamento e correios (42,3%).

Há também especificidades setoriais quanto ao tipo de trabalho por conta própria, em geral, definidas pela existência de diferentes níveis de barreiras para atuar em determinados segmentos, sejam derivadas de exigências regulamentares, de capitalização ou escala produtiva. Neste sentido, nos pequenos negócios, o grau de capitalização é expresso pela existência de estabelecimento de endereço fixo, ferramental próprio e conhecimento acumulado, enquanto a escala produtiva é alçada pela incorporação de força de trabalho familiar ou articulações com sócios e redes de colaboração. Dessa forma, em que pese ser a produção agropecuária um espaço econômico relevante para a inserção por Conta Própria, na modalidade da articulação

⁴⁶ Uma revisão da atualidade dos conceitos subjacentes à informalidade, com destaque para as noções da heterogeneidade presente nos arranjos de trabalho não assalariados, bem como a possibilidade da subordinação nessas formas de inserção, é recuperada em vários artigos de "Marchas e Contramarchas da Informalidade no Brasil", obra organizada por De Oliveira, Gomes e Targino (2011). A heterogeneidade dos arranjos independentes de trabalho também sustenta uma série de esforços de entendimento das mudanças pelas quais passam os mercados de trabalho em países centrais vide bibliografia já citada (ABRAHAM, K. et al, 2017; CAPPELLI; KELLER, 2013).

familiar, para a forma específica de Conta Própria SESD este segmento produtivo reserva papel residual, cuja expressão mais conhecida é do trabalhador rural avulso (boia-fria). Analogamente, a irradiação do desenvolvimento da indústria brasileira resguardou ramos produtivos para a produção familiar e artesanal e, atualmente, também avança na subcontratação direta de trabalhadores através de relações alternativas ao assalariamento no interior das fábricas, porém mantém percentual de vínculos com o trabalho fabril dos ateliês, parcializado e individualizado, feito em domicílio. Na comercialização e oficinas de reparo de veículos automotores e de bicicletas, por sua vez, estabelecimentos familiares e oficinas deixam uma margem para a presença da modalidade Conta Própria SESD, geralmente no comércio ambulante em via pública e no realizado porta-a-porta⁴⁷. Na Construção, particularmente nos segmentos de Edificações e de Serviços especializados, em que os insumos e local de trabalho são arcados pela clientela/consumidor e a ação produtiva é de prestação de serviços, deixando margem pronunciada para inserção de conta própria SESD.

Tabela 5.2 - Distribuição das pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência por posição na ocupação, segundo grupos de atividade econômica Brasil – 2019

Grupos de Atividade	Distribuição Por Posição na ocupação (1)				
	Total	Empregado		Conta própria	
		Com carteira de trabalho assinada (2)	Sem carteira de trabalho assinada (3)	Total	Sem Estabelecimento e Sem Documento (SESD)
Total	100,0	39,0	20,0	25,8	10,9
Agropecuária	100,0	17,5	23,9	42,5	3,0
Indústria	100,0	62,3	11,2	20,1	9,9
Construção	100,0	22,4	19,9	52,4	38,4
<i>Construção de edifícios</i>	100,0	16,5	24,5	53,7	41,4
<i>Construção de obras de infraestrutura</i>	100,0	76,7	14,8	(4)	(4)
<i>Serviços especializados para construção</i>	100,0	22,2	9,8	62,5	40,9
Comércio e reparação	100,0	47,0	14,2	27,9	10,5
Transporte, armazenagem e correio	100,0	42,7	10,2	42,3	31,3
Alojamento e alimentação	100,0	31,8	21,7	34,2	12,1
Informação, financeira e outras ativ. profissionais	100,0	60,9	12,1	20,2	7,1
Administração pública, defesa e seguridade social	100,0	8,3	21,0	-	-

⁴⁷ Não é considerado nessa alternativa, o negócio/empresa localizados em bancas de jornal ou quiosques fechados e fixado no terreno, cujo perfil é visto como de loja/estabelecimento fixo, conforme Manual Básico de Entrevista da PNADC (IBGE, 2019:124)

Educação, saúde humana e serviços sociais	100,0	37,7	19,1	6,5	1,6
Outros serviços	100,0	20,2	17,4	55,8	22,3
Serviços domésticos	100,0	27,5	71,5	-	-

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2018, consolidado de primeiras entrevistas. Elaboração própria.

Notas: (1) Não são apresentados resultados para trabalhador familiar auxiliar; (2) Inclusive trabalhadores domésticos com carteira de trabalho assinada; (3) Inclusive trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada; (4) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria. Observação: Não são apresentados resultados para atividades mal definidas.

Sob uma perspectiva dinâmica, o quadro atual de inserção dos trabalhadores por Conta Própria SESD compõe a cena cambiante da realidade institucional e econômica brasileira da década que se encerra. Neste contexto, a geração de oportunidades de ocupação e renda pelo mercado de trabalho entre 2012 e 2019 foi frágil (6,1%) e concentrada no setor terciário⁴⁸. Ademais, trata-se de panorama que incorpora um processo célere de alterações qualitativas da estrutura ocupacional do país, expresso na perda de espaço do assalariamento legalizado e ganho de expressividade de formatos alternativos de arranjo produtivo, o que se desenvolveu em concomitância com a escassez de trabalho e reestruturação setorial.

Com o apoio da tabela 5.2, verifica-se que a restrição do emprego com carteira assinada em âmbito nacional resultou de três movimentos ocorridos entre 2012 e 2019. Houve eliminação mais intensa do assalariamento regularizado do que o recuo global da ocupação na agropecuária, indústria e segmentos de edificações e serviços especializados da construção, por um lado. Por outro, os acréscimos do assalariamento formalizado no comércio e serviços não acompanharam o ritmo de elevação da ocupação geral desses setores. Por fim, este quadro derivou da oposição entre declínio do emprego regular e da expansão ocupacional ocorrida na atividade de Transporte. Em sentido inverso, a presença de autônomos expandiu na maioria dos segmentos produtivos entre 2012 e 2019, com a exceção da agropecuária (-17,4%) e dos serviços especializados da construção (-18,4%). Este avanço foi verificado inclusive na indústria e na construção de edifícios, cujos volumes ocupacionais médios diminuíram, mas, sobretudo, pela intensidade do montante de

⁴⁸ Exceção feita ao segmento de atividade da Construção dedicado às obras de infraestrutura que absorve trabalhadores limitadamente, cuja incorporação ocupacional foi de 192 mil pessoas entre 2012 e 2019, nacionalmente, segundo processamento próprio da PNADC/IBGE, disponível no Apêndice 1 do presente estudo.

ocupações autônomas geradas nos segmentos da prestação de serviços, notadamente superiores à expansão geral dessas atividades.

Acrescenta-se nessas dinâmicas o aumento de trabalhadores Conta Própria SESD que, à exceção dos serviços especializados da construção em que houve redução ocupacional absoluta, ocorreu em todos os grupos de atividade. Esse crescimento também foi notavelmente maior do que o trabalho autônomo em geral, apontando que intensidade e irradiação de arranjos do tipo Conta Própria SESD constituem fatores relevantes do quadro de mudanças da estrutura do mercado de trabalho nacional.

Tabela 5.3 - Índice do número de ocupados por forma de inserção selecionada, segundo grupos de atividade econômica.
Brasil – 2019

Grupos de Atividade	Índice do Número de Ocupados (Base 100=2012))				
	Total	Empregado		Conta própria	
		Com carteira de trabalho assinada (2)	Sem carteira de trabalho assinada (3)	Total	Sem Estabelecimento e Sem Documento (SESD)
Total	106,1	98,2	107,6	120,0	148,2
Agropecuária	84,2	87,6	100,3	82,6	129,8
Indústria	95,6	88,4	97,9	117,3	164,1
Construção	91,1	62,7	97,5	108,8	122,9
<i>Construção de edifícios</i>	94,3	45,9	106,2	128,4	148,6
<i>Construção de obras de infraestrutura</i>	162,6	156,1	248,6	-	-
<i>Serviços especializados para construção</i>	75,4	71,2	54,2	81,6	85,3
Comércio e reparação	106,2	103,3	98,0	114,6	113,8
Transporte, armazenagem e correio	115,2	98,5	99,7	149,9	173,4
Alojamento e alimentação	150,7	121,8	162,6	186,9	325,2
Informação, financeira e outras ativ. profissionais	112,6	102,8	120,0	155,2	185,7
Administração pública, defesa e seguridade social	88,1	63,5	88,5		
Educação, saúde humana e serviços sociais	133,8	128,4	142,4	157,0	175,6
Outros serviços	132,4	122,9	110,6	147,7	176,8
Serviços domésticos	101,3	91,5	104,3	-	-

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2012 a 2019, consolidado de primeiras entrevistas. Elaboração própria.

5.2 O ALCANCE SETORIAL DAS PLATAFORMAS DIGITAIS DE TRABALHO

As plataformas digitais tratadas nesse estudo têm foco na exploração de trabalhos essencialmente efêmeros e sem proteção social para execução de tarefas

de curta duração e sem cumulatividade, nas quais o montante mobilizado de instrumentos e insumos por transação comercial é limitado e custeado pelo trabalhador (SCHMIDT, 2017; COLLIER; DUBAL; CARTER, 2017; GANDINI, 2019). Esta é uma descrição da prestação de serviços realizada por autônomos de capitalização restrita há muito presente no panorama do mercado de trabalho brasileiro, que ganha contornos peculiares e expressão escalar, em novo contexto tecnológico e institucional (ABÍLIO, 2019). A visibilidade estatística desta modalidade de trabalho, há muito presente e disseminada na estrutura nacional, necessariamente requer delimitação

Esta empreitada foi realizada em etapas. Inicialmente, foi realizada a exclusão da agropecuária, da indústria, das atividades comerciais e de reparação automotiva, além do segmento de construção de edifícios. Esta primeira restrição foi orientada pela relevância da prestação de serviços no universo das plataformas digitais atuantes no país (CARDOSO; OLIVEIRA, 2020), porém igualmente procurou distinguir a situação recente de trabalhadores por Conta-Própria SESD das formas de trabalho avulso, temporário e descapitalizado, tradicionais na estrutura ocupacional brasileira – expressas na condição dos boias-frias, dos industriários pagos por peça, dos ambulantes, vendedores porta-a-porta e autônomos de edificações (KON, 2004). Em uma segunda etapa, a seleção setorial anterior foi refinada através da identificação da frequência de trabalhadores Contas Própria SESD em divisões⁴⁹ dos grupos de atividades dos serviços, exigindo processamento da base de microdados PNAD/IBGE. Essa varredura procurou distinguir inserções típicas da informalidade tradicional, além dos segmentos ligados à cultura e assessorias empresariais, imobiliárias e financeiras que, apesar do prestígio social que carregam, revelam baixa incidência de formalização e estruturação. As divisões excluídas nesta etapa são apresentadas no quadro 5.3 abaixo, enquanto um detalhamento do manejo completo e todos os grupos dos serviços podem ser consultados no Apêndice 2.

Efetivada a seleção com base em processamento de informações, o arco setorial do estudo ficou circunscrito ao grupo de atividades formado pelos *Serviços especializados para construção, Serviços de transporte, Armazenagem e correio,*

⁴⁹ A Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE) se organiza através de uma árvore hierárquica de Divisões, que podem ser consultadas em <http://www.cnaedom.ibge.gov.br/estrutura.asp>.

Serviços de Alojamento e alimentação, Educação, Saúde humana e Serviços sociais, Serviços de informação, Comunicação e Atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas e Outros Serviços.

Quadro 5.3 - Divisões de atividades excluídas do escopo setorial do estudo

Grupos de Atividade Econômica	Divisões de Atividade Excluídas
Serviços de Transporte, armazenagem e correio.	Transporte aquaviário
Serviços de Alojamento e alimentação	Serviços ambulantes de alimentação
Serviços de Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas.	Atividades auxiliares dos serviços financeiros
	Atividades auxiliares dos seguros, da previdência complementar e dos planos de saúde.
	Atividades imobiliárias
	Atividades de consultoria em gestão empresarial
	Aluguel de objetos pessoais e domésticos
	Seleção, agenciamento e locação de mão-de-obra
Outros Serviços	Atividades artísticas, criativas e de espetáculos.
	Atividades de exploração de jogos de azar e apostas
	Atividades esportivas
	Atividades de condicionamento físico
	Atividades de recreação e lazer
	Atividades de organizações religiosas e filosóficas
	Outras atividades associativas não especificadas anteriormente
	Lavanderias, tinturarias e toalheiros
Atividades funerárias e serviços relacionados	

Fonte: Elaboração própria, a partir de IBGE (2019).

A etapa final de definição setorial do estudo consistiu em um levantamento próprio das principais plataformas digitais em atuação no país, realizado através de consultas sistemáticas aos grandes buscadores web (Yahoo, Ask, Aol Search, Bing e Google) e com objetivo de sancionar o escopo setorial construído em estágios anteriores dessa delimitação. A busca foi orientada pela nomenclatura que descreve atividades econômicas no Código de Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE 2.0, utilizada pela PNADC/IBGE, tomadas como das palavras-

chave. Já a resultante deste levantamento está sistematizada no quadro 5.4, que apresenta uma seleção das principais plataformas atuantes no país entre fins de 2019 e primeiro semestre de 2020.

**Quadro 5.4 - Plataformas digitais de intermediação de trabalho selecionadas, segundo grupos de atividade econômica.
Brasil - 2019**

GRUPOS DE ATIVIDADE ECONOMICA	PLATAFORMAS DE INTERMEDIÇÃO DE TRABALHO (1)	
	GENÉRICAS	ESPECIALIZADAS
Serviços especializados para construção	Getninja, Helpie, Freelancers.com. Yuotaf, Hire, Guru Remote Ok, Virtual Vocations, Working Nomads.	Serviços de construção e manutenções/reparos: Mão a Obra; Triider; Fix; Obrazul; Minerva; Workay.
Serviços de Transporte, armazenagem e correio		Transporte Urbano de passageiros: Uber; Cabify; 99; Indriver; Easytaxi; Sity; Garupa. Transporte de Cargas: Truckpad; Freto; Polifrete; Quero Frete; Sontra Cargo; Busca Cargas; Asap log; CargoX; Mudanças: Muda aqui; Noli; Imoving. Entregas: Loggi; Partiu Entregas; Eu Entrego; Rappi; Lalamove; Garupa; Bipboy.
Serviços de Alojamento e alimentação		Restaurantes, buffets, catering: Closeer; My Staff. Delivery: iFood; Uber Eats; Rappi; Apptite; 99 Food; Aiq fome; Delivery On; Delivery Much; Bigou App Delivery; Glovo App Delivery; Plus Delivery; Quero Delivery; Restaurantweb Delivery. Eventos: Celebrar (organização de festas e eventos); My Staff.
Educação, saúde humana e serviços sociais		Aulas particulares: Colmeia; AulaUP. Atendimento Médicos: Docway. Cuidados (Idosos- PPDs-Infermos): BeFine; HUGS.
Serviços de Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas		Tecnologia da Informação (Programação, Designer) – Vibbra; EUNerd; nerd2.me; 99 freelas; UpWork. Projetos Arquitetônicos: Helper app; UpWork. Serviços Jurídicos: Just Tap; Comarca App; Jurídico Correspondente; MundoAdvogado; AdvogadoApp; Oi Advogado; UpWork. Fotografia e Vídeo: FindCamara; Zoomyard; Crowd. Redação, Revisão, Tradução e Edição: Workana; UpWork; Fiverr; Amazon; 99 Freelas; Crowd; UpWork; Indeed.
Outros Serviços		Diaristas: Parafuzo; Blumpa; Donamaid; Diaríssima; Triider, ChamaWill. Assistência Técnica e Manutenção: ChamaWill

Fonte: Levantamento primário próprio.

A delimitação setorial de atuação das plataformas digitais de mediação possibilitou estimar o contingente de trabalhadores por Conta Própria SESD às áreas

econômicas por elas exploradas, conforme apresentado na tabela 5.4, um exercício que contabilizou 4.248 mil trabalhadores nesta condição, em 2019.

**Tabela 5.4 - Estimativa e distribuição da população ocupada por conta própria, segundo modalidade de inserção.
Brasil - 2012 a 2019**

Períodos	Conta Própria por modalidade de inserção							
	Estimativas (em mil pessoas)				Distribuição (%)			
	Total	CP - SESD		Demais Conta Própria	Total	CP - SESD		Demais Conta Própria
		Total	Em grupos de Atividades selecionadas (1)			Total	Em grupos de Atividades selecionadas (1)	
2012	20.345	6.960	2.757	13.387	100,0	34,2	13,6	65,8
2013	20.774	7.439	2.659	13.316	100,0	35,8	12,8	64,1
2014	21.331	7.448	2.631	13.823	100,0	34,9	12,3	64,8
2015	22.303	7.834	2.879	14.430	100,0	35,1	12,9	64,7
2016	22.422	7.716	2.770	14.686	100,0	34,4	12,4	65,5
2017	23.041	8.106	3.085	14.908	100,0	35,2	13,4	64,7
2018	23.425	9.326	3.695	14.142	100,0	39,8	15,8	60,4
2019	24.418	10.316	4.248	14.138	100,0	42,1	17,4	57,9

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2012 a 2019, consolidado de primeiras entrevistas. Elaboração própria.

Nota: (1) Conforme Apêndice 2.

Por esta delimitação, entretanto, a presença do trabalho delineado Conta Própria SESD no campo econômico de abrangência das plataformas antecede o período de adensamento dessa modalidade de negócio no país, ocorrida a partir de 2015⁵⁰. De fato, constatava-se um contingente de 2.757 mil desses autônomos na prestação de serviços analisada em 2012, um volume que apresentou declínios moderados nos dois anos seguintes; contudo, na passagem para 2015 esta situação visivelmente mudou. Nesse limiar, os acréscimos ocupacionais desta forma e deste

⁵⁰ A empresa estadunidense Uber surgiu em 2009, e já se encontra estabelecida em mais de 67 países. No Brasil, a empresa passou a operar no mercado brasileiro de transporte privado urbano em 2014, a partir das cidades do Rio de Janeiro (05/2014), São Paulo (06/2014) e Belo Horizonte (09/2014), e, após a superação de conflitos iniciais, mediados por prefeituras e pela justiça, em 2016 já se registrava a presença da Uber na maioria das metrópoles e aglomerados urbanos do país (NUNES, 2016; VIEGAS, LETRA, 2016.)

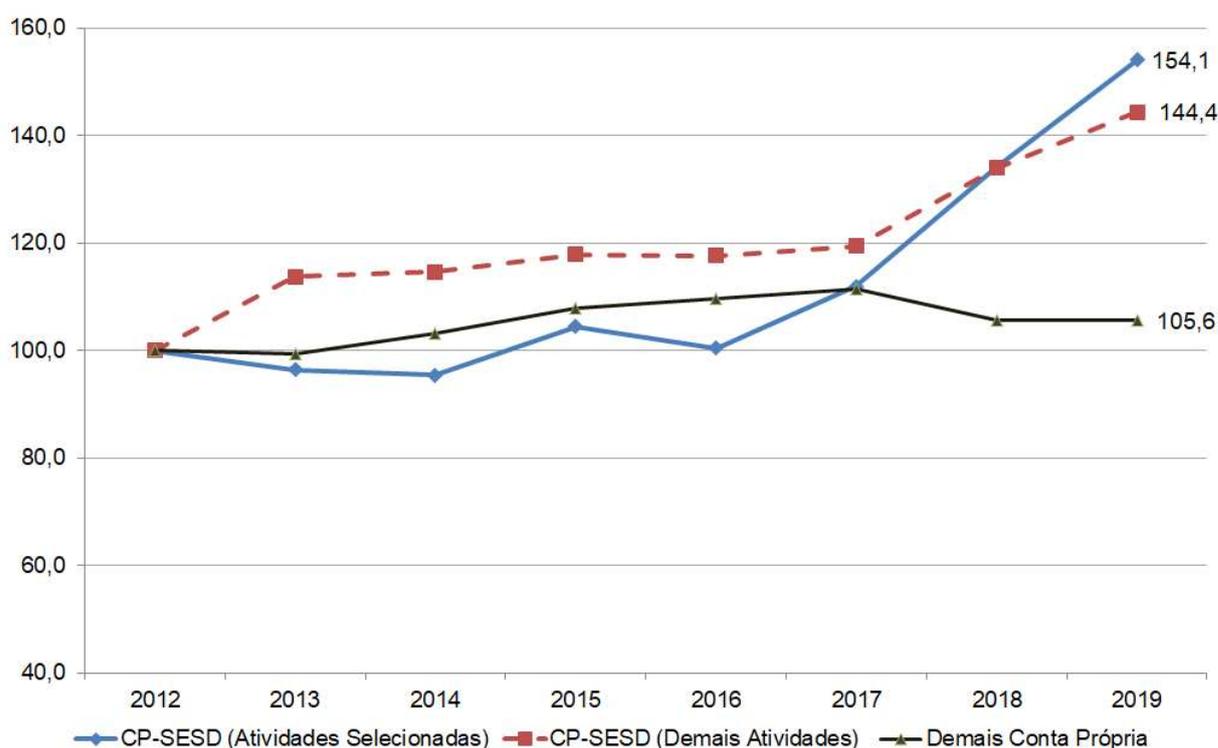
âmbito de trabalho se intensificaram, passando a galgar a escala que despertou maior atenção de pesquisadores e do debate popular, principalmente a partir de 2017. Entre 2012 e 2019, o número de trabalhadores Conta Própria SESD com atuação no conjunto selecionado de atividades cresceu 54,1%.

A tabela 5.4 e o gráfico 4.1 oferecem comparativos entre volumes ocupacionais e movimentos das diferentes modalidades de trabalho autônomo no Brasil entre 2012 e 2019, no qual ocorreu crescimento de 20,0% no número global desses trabalhadores, mas com intensidades distintas segundo tipologias internas ao segmento. Para o conjunto heterogêneo e maior da categoria, reunido nas Demais formas de conta própria, houve elevação moderada do contingente até 2017 e posterior declínio, o que resultou na expansão de 5,6 % no período integral analisado. O total de Conta Própria SESD aumentou em ritmo discretamente superior aos Demais até 2015, quando passou a elevar em cadência mais forte, especialmente a partir de 2017. Entre 2012 e 2019, esse último tipo de autônomo cresceu 48,2%, repercutindo elevação do subgrupo de Conta Própria SESD do âmbito das atividades associadas às plataformas, a partir de 2015, e potencializada pela generalização deste movimento aos autônomos desta modalidade particular nos demais setores, a partir de 2017.

Estes diferenciais de intensidade observados nos movimentos de expansão provocaram alterações no perfil global dos autônomos, visto que a composição dessa modalidade ocupacional vem se homogeneizando pela tipologia SESD, cuja proporção no conjunto desses trabalhadores era de 42,1% em 2019, face aos 34,2%, registrados oito anos antes. Acompanhando este movimento, também se constata uma tendência de participação da parcela dos *Conta Própria SESD* que trabalham nas atividades identificadas com as plataformas digitais, que correspondiam a 39.6% do total daqueles que executavam tarefas de modo individual, sem estruturação relevante e registro formalizado, em 2012, passando a ser 41,2%, no último ano da série analisada.

**Gráfico 5.1 - Índice do número de ocupados por conta própria, segundo modalidade de inserção.
Brasil – 2012 a 2019**

(Base 100=2012)



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2012 a 2019, consolidado de primeiras entrevistas. Elaboração própria.

Nota: (1) Conforme Apêndice 2.

A associação entre Conta Própria SESD e abrangência setorial das plataformas de intermediação gerou resultados promissores, principalmente quando contextualizados no panorama de alterações econômicas e institucionais do país. Neste período, registrou-se inegável ajuste do mercado de trabalho nacional, com desemprego dobrando sua dimensão entre os primeiros trimestres de 2015 e 2017, além do estabelecimento do novo marco de alcance orçamentário das políticas públicas (EC 95) e efetivação dos principais objetivos da marcha reformista e liberalizante da legislação trabalhista, sintetizadas na Lei que prevê possibilidades de universalizar a terceirização e a ampla Reforma Trabalhista de 2017.

Contudo, a opacidade na delimitação entre antigas e novas modalidades do trabalho por Conta Própria SESD nos segmentos de serviços segue dificultando uma visualização precisa das transformações mais recentes do mercado de trabalho brasileiro e, sobretudo, o impacto gerado pela atuação das plataformas digitais neste processo. Uma medida precisa do trabalho coordenado por plataformas digitais, obtida através das informações oficiais da PNADC/IBGE, sobretudo, resta

inviabilizada pela ausência de coleta de duas informações centrais voltadas a discernir a singularidade dessa estratégia de exploração.

1. A primeira, diz respeito aos meios utilizados pelos ocupados para obtenção de seu trabalho (atual), dentre os quais se situaria a inscrição em plataformas ou aplicativos. Este é um tema útil a inúmeros propósitos relacionados ao aperfeiçoamento do recrutamento e intermediação, sendo, em geral, obtida somente nas situações em que é diretamente aplicada à população ocupada, que apenas raramente passa pelos filtros iniciais de procura do trabalho das investigações domiciliares.
2. A segunda informação necessária à visualização do trabalho em plataformas se refere ao uso de recursos tecnológicos e acesso à internet para a execução habitual de tarefas laborais, um tema não contemplado pela Pesquisa Suplementar PNADC Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC/PNADC), que é uma investigação dedicada ao acesso, não aos objetivos de uso da internet⁵¹.

Na tentativa de atenuar a ausência de tais informações sobre a interveniência das tecnologias da informação no acesso ao trabalho e processos de execução de tarefas produtivas, foi incorporado nesse estudo um esforço de modelagem. Procurou-se distinguir tipologias dentre os trabalhadores Conta Própria SESD, a fim de identificar indícios de novidades nessa forma de trabalho. Esta tentativa é detalhada a seguir.

5.3 ANÁLISE DE CONGLOMERADOS APLICADA A TIPIFICAÇÃO DO TRABALHO CONTA PRÓPRIA SESD EM ATIVIDADES SELECIONADAS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Para esse exercício foram agregadas à análise nove variáveis da base de microdados PNADC/IBGE não utilizadas na elaboração da categoria de autônomo SESD cujo uso seria recorrente em caracterizações de segmentos específicos da

⁵¹ Há uma centelha sobre esse tema na investigação domiciliar realizada pela CETICbr, que identificou uma proporção de 43% dentre os economicamente ativos que utilizaram a internet em atividades de trabalho, em 2018. Essa pesquisa voltada ao acesso a tecnologias da informação, entretanto, tendo outros objetivos, não contempla os temas relativos ao mundo do trabalho, sendo o quesito referido uma exceção.

população ocupada e condições de trabalho de grupos profissionais. As variáveis selecionadas tiveram a intenção de cobrir aspectos relacionados à descrição sócio demográfica do trabalhador (idade, área de residência, função desempenhada no grupo familiar e escolaridade) por um lado, e, por outro, descrições atinentes à dinâmica da inserção laboral (número de trabalhos, jornada e remuneração), sendo incluída também a participação no sistema público de previdência.

Para a modelagem, utilizou-se a técnica de análise de clusters, adequada às investigações exploratórias de problemas multivariados em que não há clareza de relacionamento determinístico entre as dimensões em foco. Além disso, dada a natureza heterogênea das variáveis selecionadas para compor o estudo nesta etapa, sendo algumas apresentadas em dimensão contínua e numérica (idade, horas trabalhadas e remunerações) e as demais de forma categórica⁵², utilizou-se a técnica de segmentação conhecida como Conglomerado em Dois Estágios (*Two Step Cluster*).

Das várias soluções geradas pelo tratamento matemático adotado nesta etapa do estudo, destacou-se aquela que resultou na identificação de quatro grupos distintos de trabalhadores Conta Própria SESD, dentre os quais dois contavam com percentuais relevantes de ocupados na área de abrangência econômica identificada com as plataformas digitais. Um destes conglomerados era integralmente formado por ocupados nas atividades da prestação de serviços delimitada na seção anterior, contabilizando 2.724 mil autônomos, enquanto no outro grupo, que totalizava 1.830 mil trabalhadores, 42,5% ou 778 mil correspondiam aos Conta Própria SESD que trabalhavam nas atividades selecionadas da prestação de serviços – Quadro 5.5.

**Quadro 5.5 - Distribuição dos Trabalhadores por Conta Própria Sem Estabelecimento e Sem Documento, segundo grupos de similaridade construídos e proporção de Trabalhadores por Conta Própria por grupo
Brasil – 2019**

Características Observadas	Conta Própria Sem Estabelecimento e Sem Documento - (CP-SESD)				
	Total	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4

⁵² Dentre as variáveis consideradas na modelagem, cinco são categóricas (Grupo de atividade econômica; Posição no domicílio; Área de residência; Nível de instrução; Existência de outro trabalho; e, Contribuição ao instituto de previdência) e quatro são numéricas - Idade; Rendimento real mensal efetivo do trabalho principal; Jornada semanal efetiva do trabalho principal e tempo de permanência no trabalho atual.

Distribuição dos Ocupados por Conta Própria SESD (%)	100,0	26,9	26,5	17,8	28,8
Total	Atividade Econômica				
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Proporção de CP SESD na Prestação de Serviços Seleccionados (%) (1)	34,1	0,0	100,0	42,5	(4)
Proporção de CP SESD - Serviços – Demais Atividades	7,5	10,3	-	10,9	9,8
Proporção de CP SESD - Agricultura	2,6	3,8	-	1,7	4,2
Proporção de CP SESD - Indústria	11,8	16,1	-	10,2	19,5
Proporção de CP SESD – Construção de Edifícios	25,5	41,6	-	18,9	38,1
Proporção de CP SESD – Comércio de Mercadorias e Reparação	18,4	28,1	-	15,7	27,8

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2018, consolidado de primeiras entrevistas. Elaboração Própria.

Notas: (1) Conforme apresentado no Apêndice 2.

Para além de uma rica descrição da forma de trabalho que mais cresce no cenário nacional, a configuração obtida através do ferramental de conglomerados identificou dois perfis sob o contingente potencialmente ocupado em plataformas. O primeiro deles, detalhado pela individualização do Grupo 2, revelou as feições de 77,5% dos Conta Própria SESD da prestação de serviços e delinea uma combinação de características exclusiva e distintiva deste grupo, destacando-os de todos demais ocupados deste tipo. O segundo perfil gerado é o apresentado pela filtragem do Grupo 3, que cobria aspectos de pouco mais de 20,0% dos autônomos SESD em atividades seletivas dos serviços. Neste último caso, porém, a síntese encontrada não é peculiar, sendo este um arquétipo comum a outros trabalhadores da mesma forma laboral, mas inseridos em outros segmentos produtivos, especialmente da construção de edifícios e comércio.

Embora a lógica de construção de conglomerados reflita, sobretudo, um resultado médio obtido a partir de muitas variáveis e um grande banco de dados, é possível uma visualização detalhada dos grupos segundo os eixos de características sociodemográficas e sua inserção produtiva. Neste tocante, uma avaliação panorâmica dos aglomerados construídos demonstrou que maior dispersão territorial, escolaridade mais restrita e rendimentos médios inferiores eram característicos dos Grupos 1 e 4, que não contavam com autônomos envolvidos com a prestação de serviços seleccionados. Por outro lado, a combinação de jornadas reduzidas e baixa

incidência de engajamento em outros trabalhos ou vínculos atravessava todos os agrupamentos – Quadro 5.6.

Nessa espécie de morfologia sobre os aspectos pessoais do conglomerado formado exclusivamente pelos autônomos da prestação de serviços (Grupo 2), destacou-se a elevada concentração de residentes em áreas metropolitanas (55,5%) e urbanas (40,6%). Além disso, verificou-se que dentre os Conta Própria SESD do Grupo 2 predominavam trabalhadores de escolaridade mediana, entre o Ensino Fundamental e Ensino Médio completos (65,5%), ainda que fosse relevante o percentual com graduação universitária completa (8,1%). Entre esses trabalhadores também foi constatada a predominância de responsáveis e corresponsáveis pela manutenção do grupo familiar (71,6%), mas com uma expressiva presença daqueles que seguiam residindo na casa paterna (21,2%, eram filhos), em uma conformação híbrida e coerente com a idade média relativamente elevada de 39 anos.

No conglomerado de autônomos SESD em que trabalhadores da prestação de serviços eram maioria (Grupo 3), encontrou-se igualmente um contingente de ocupados concentrados em regiões metropolitanas (52,4%), seguida das áreas urbanas não metropolitanas (46,1%). Em relação à escolaridade, esses autônomos detinham uma condição singular, pois, contemplava trabalhadores com ensino fundamental incompleto (23,1%), superior completo (33,3%) e médio (30,7%). Finalmente, trata-se de um segmento que reunia majoritariamente responsáveis familiares (86,4%), com idade média de 48 anos.

**Quadro 5.6 - Características pessoais dos ocupados por conta própria sem estabelecimento e sem documentação, segundo conglomerados
Brasil – 2019**

Características Observadas	Conta Própria Sem Estabelecimento e Sem Documento (CP-SESD)				
	Total	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4
Região de Residência	Localização				
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Residente em Regiões Metropolitanas ou RIDE (%)	49,8	47,5	55,2	52,4	45,5
Residente em Área Urbana Não Metropolitana (%)	43,5	43,7	40,6	46,1	44,5
Residente em Área Rural Não Metropolitana (%)	6,6	8,9	4,2	1,5	10,0
Nível de Escolaridade	Escolarização				
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Até fundamental incompleto	37,6	42,4	26,3	23,1	52,5
Fundamental completo ou médio incompleto	19,2	22,3	18,8	12,8	20,5
Médio completo ou superior incompleto	34,5	33,0	46,7	30,7	27,0
Superior completo	8,7	2,3	8,1	33,3	-
Idade (Anos Completos)	Idade Média				
	43	39	39	48	47
Situação nos domicílios de Residência	Posição no Domicílio				
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Principal responsável	51,8	-	45,8	60,7	100,0
Cônjuge	26,8	55,6	25,8	28,0	-
Filho	14,7	29,8	21,2	6,3	-
Demais	6,7	14,6	7,2	4,9	-

Fonte: Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2018, consolidado de primeiras entrevistas. Elaboração Própria.

Um confronto dos grupos que contam com Conta Própria SESD inseridos nas atividades de prestação de serviços selecionadas aponta diferenças nas condições gerais da ocupação. Para o Grupo 2, formado exclusivamente pelos autônomos em tela nesse estudo, jornadas semanais e remunerações médias mensais são inferiores, ficando em 32 horas/semana e R\$ 1.055, respectivamente, sendo acompanhados de baixíssima integração ao sistema de previdência pública (2,6%). Em termos médios, os componentes do Grupo 3 trabalham três horas a mais por semana e alcançam rendimento médio mensal de R\$ 2.365, ou seja, um valor médio/hora de R\$ 68,00 face aos R\$ 33,00 auferidos pelos integrantes do Grupo 2, o que em parte sustenta a maior proporção de contribuintes para previdência pública (74,1%) – Quadro 5.7.

**Quadro 5.7 - Características da inserção ocupacional dos ocupados por conta própria sem estabelecimento e sem documentação, segundo conglomerados
Brasil – 2019**

Características Observadas	Conta Própria Sem Estabelecimento e Sem Documento - (CP-SESD)				
	Total	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4
	Características da inserção produtiva				
Proporção com Único Trabalho (%)	97,7	98,9	97,2	96,3	97,8
Contribuição a Previdência Pública	15,2	3,3	2,6	74,1	1,4

Jornada semanal efetiva do trabalho principal (Em horas semanais)	32	31	32	35	32
Rendimento real mensal efetivo do trabalho principal (R\$ de janeiro de 2019)	1207	863	1.055	2.365	953

Em relação ao tempo de permanência no trabalho, também são díspares as condições médias para os integrantes dos dois conglomerados. Dentre os trabalhadores Conta Própria SESD do Grupo 2, mais da metade haviam iniciado atividade até três anos (60,8%), ou seja, no máximo em 2016, enquanto àqueles reunidos no Grupo 3 majoritariamente excediam o limite de três anos em suas inserções (73,9%) – quadro 5.8.

**Quadro 5.8 - Tempo médio de permanência no trabalho atual dos ocupados por conta própria sem estabelecimento e sem documentação, segundo conglomerados
Brasil – 2019**

Faixas de Tempo	Tempo na Ocupação Atual				
	Total	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 12 meses	24,9	30,3	33,8	6,9	21,2
De 1 a 3 anos	20,9	21,9	27,0	16,5	17,0
Mais de 3 anos	54,2	47,8	39,2	73,9	61,8

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2018, consolidado de primeiras entrevistas. Elaboração Própria.

A partir do percurso cumprido nessa dissertação e método de mensuração nela propostos, foi possível contabilizar **10.316 mil** trabalhadores por Conta Própria SESD no Brasil em 2019. Dentre estes, que se espriavam em todos os segmentos produtivos, um subgrupo composto por **4.248 mil** trabalhadores formava o contingente potencialmente ocupado em plataformas digitais. Através do refinamento obtido pela via de construção de conglomerados, estima-se em **2.724 mil** o número de ocupados brasileiros em estratégias produtivas do tipo *Conta Própria SESD* que apresentavam perfil distintivo dos demais de sua categoria de inserção. Esses últimos tendem a conformar a população cujo trabalho é mediado por plataformas digitais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação quis dimensionar e brevemente caracterizar a população brasileira ocupada em atividades administradas por plataformas digitais através da proposição de um método passível de aplicação sobre a base de informações oficial e mais ampla do país – a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC). Para tanto, foi necessário desenvolver um indicador original que refletisse a relação de trabalho prevalente nesta modalidade de inserção, além de circunscrever o âmbito de atividades em que as plataformas de mercado de trabalho atuam.

Este percurso resultou na identificação de um tipo particular de inserção ocupacional, cuja vulnerabilidade seria dada pela forma autônoma e não associada de trabalho, além de baixa capitalização e inexistência de regulamentação da atividade, denominado **Conta Própria Sem Estabelecimento e Sem Documento (CP-SESD)**. Associado à delimitação setorial realizada através de levantamento próprio, a estimativa dos trabalhadores Conta Própria Sem Estabelecimento e Sem Documento (CP-SESD) deu origem ao **Contingente Potencial de Ocupados em Plataformas**, estimado em 4.248 mil pessoas, em 2019. Através de modelagem estatística, por meio da construção de clusters, foi possível ainda refinar este resultado em busca de um perfil mais coeso de trabalhadores, o que possibilitou estimar em 2.724 mil pessoas o número de ocupados em arranjos produtivos, segmentos de atividade e perfil específico, tipificados como uma aproximação adequada do trabalho coordenado por plataformas em 2019.

Para que fosse alcançado o objetivo de quantificação desses contingentes, entretanto, foi necessário reconhecer um dos fenômenos de manifestação mais recente do mercado de trabalho mundial, detalhando o contexto e trajetória que lhes deram origem e que conformaram seus traços macrossociais e tecnológicos. A busca pelos contornos e as características das plataformas comerciais de atuação no mercado de trabalho as revelou como formas especializadas de um processo mais abrangente e genérico, composto por estratégia de negócios que extrapolam a relação capital-trabalho e instauram novo formato para operações de mercado de diversos fins. As plataformas direcionadas à mediação em serviços de logística, delivery e transporte urbano que polarizam os debates por promoverem exploração do trabalho, subserviência de consumidores e desordem de economias locais pertencem a uma

família virtual mais ampla, que vem reordenando as relações de comercialização no capitalismo contemporâneo em uma Economia de Plataforma. No contexto atual, em que se atravessa a fase de expansão de uso dessas estruturas virtuais, fica mais nítida a funcionalidade dessas construções.

Em essência, as plataformas digitais são empresas provedoras de infraestrutura de comercialização que extraem valor na forma de taxas de corretagem em negociações de bens tangíveis e prestação de serviços. Em especial, são estruturas que se beneficiam do controle e acesso privilegiado a informações relativas às operações entre produtores e consumidores participantes do ecossistema (ou mercado) que criam. Sob o prisma da propriedade, as plataformas estão sob o comando pulverizado dos grandes fundos de risco, o que revela seus vínculos com a organicidade do novo regime de acumulação, subordinado as decisões e orientações do sistema financeiro e promoção de ganhos de curto prazo. Isto explica o comportamento concorrencial e agressivo das plataformas, que utilizam diversas estratégias para garantir expansão e, não raramente, alcançarem posição de oligopólio nos mercados em que atuam.

Outro fator a ser destacado é a constituição das plataformas como elementos da cultura econômica atual, em que se apresentam como anárquicas, desverticalizadas e fluídas, dada a ocultação de seu centro decisório, aprofundando a adesão massiva aos valores neoliberais. Uma visualização arguta, contudo, explicita que a estratégia de negócios das plataformas dependeu do comportamento ativo e favorável da estrutura estatal, nitidamente em sentido oposto ao observado no período keynesiano/fordista. Neste sentido, cumpre salientar que a eliminação de obstáculos ao estabelecimento de novos fluxos financeiros e comerciais, além dos processos reformistas que redundaram no descenso de direitos trabalhistas e flexibilização dos mercados de trabalho, foram fundamentais para a prosperidade das plataformas digitais. Em particular, os negócios que seguem este modelo de gestão laboral, mediante padrões rebaixados de remuneração, seguridade e ausência de perspectiva de inserções de qualidade passaram a dispor de consideráveis volumes de uma força de trabalho fragilizada e receptiva às suas proposições de engajamento.

Por fim, as plataformas constituem uma aplicação da tecnologia baseada na comunicação e trânsito de dados, ancorada na internet e desenvolvida pelo sistema de inovação militar dos EUA entre fins da década de 1960 e virada para o século atual.

A transferência dessa tecnologia para a sociedade civil se deu, primeiramente, no âmbito das Universidades estadunidenses, de onde saíram os grandes cérebros comandantes e as big techs da primeira onda de exploração comercial da internet. Um segundo passo para a generalização da Tecnologia de Comunicação e Informação – TIC dependeu de novos desenvolvimentos militares norte-americanos, notadamente do rastreamento via satélite concretizado no *Global Positioning System* – GPS, bem como do processo de privatização das telecomunicações. De tal sorte, as plataformas digitais constituem um estágio da transformação capitalista iniciada em meados dos anos de 1970, sintetizando em sua lógica, sentido, estrutura e funcionalidade na necessidade da valorização financeira e do controle, econômico e tecnológico norte americano.

Como um tipo especializado dentre essas estruturas virtuais, as plataformas de trabalho mantêm esses traços genéricos, agregando especificidades. De tal sorte, as plataformas de cyber-coordenação recrutam e gerenciam força de trabalho para o desenvolvimento de atividades de equipe ou individuais, executadas de forma localizada ou remotamente, em ações de elevado nível de criatividade ou de baixa qualificação. Destas particularidades se originam diferentes ecossistemas ou mercados particulares de trabalho, conforme demonstram as taxonomias que apontam o trabalho de multidão em nuvem (crowdwork), o mercado de freelancers e o Appwork, ou trabalho sob demanda. Independentemente de tipologias, entretanto, as plataformas de trabalho utilizam sua big data, sistemas de avaliação e condições de rastreamento para adequar o fluxo e qualidade de oferta dos serviços que coordenam em uma modalidade de gerenciamento algorítmico. Esta é uma gestão focada nos interesses comerciais e traçado estratégico da plataforma, com impacto sobre a intensificação do trabalho, instabilidade ocupacional e padrões de remuneração que expressam novos patamares e formas de exploração.

Assim como a plataforma genericamente sintetiza um estágio de organização do capitalismo contemporâneo, as estruturas virtuais, quando dedicadas a mercantilizar trabalho, fundem as tendências surgidas na trajetória de erosão salarial, articulando e potencializando seus efeitos. Assim, as propensões de crescente mediação, casualização e desmutualização de riscos, mediante as plataformas de trabalho, convergiram para usinagem e difusão global de um novo tipo de trabalho. Com esta feição, a função das plataformas de trabalho se explicita, pois, ao

carregarem em si as novas características da relação capital-trabalho, organicamente articulada, propagam-na para diferentes territórios e âmbitos produtivos.

A ampla visualização do quadro atual das condições de trabalho é uma condição para o debate público equilibrado e para a organização de trabalhadores e pequenas organizações produtivas, segmentos mais afetados pelas transformações em curso. Por esta razão, os sistemas estatísticos tentam superar a invisibilidade da força de trabalho recrutada pelas plataformas digitais. Para isso, desde fevereiro de 2018, a partir dos entendimentos firmados durante a 20ª CIET/OIT, alguns avanços foram obtidos, com criação do enquadramento de “conta própria subordinado” e geração de novas hierarquias para relações de trabalho, que passaram a contemplar diferentes graus de subordinação, extrapolando a condição do emprego assalariado. Em que pese persistirem dificuldades para operacionalizar novos indicadores, as referências estão postas, e, ademais, há uma compreensão consensual e madura sobre a subordinação não assalariada, que alcança os fóruns técnicos de deliberação internacional.

Uma aferição direta do número de ocupados brasileiros em plataformas de trabalho seria possível mediante a superação de dois desafios, ressaltados nas tentativas de gerar interpretações a partir da PNADC. O primeiro diz respeito à necessidade de individualizar as formas de trabalho promovidas agora em relação às outras, similares e presentes desde a formação do mercado de trabalho nacional; o segundo se refere à ampliação das possibilidades para distinguir diferentes graus de subordinação não assalariada, através de variáveis transversais disponíveis no levantamento brasileiro. Estes entraves seriam minimizados se a pesquisa de emprego nacional passasse a incorporar questões relativas aos: a) Meios utilizados pelos ocupados para obtenção de seu trabalho (atual), dentre os quais se situaria a inscrição em plataformas ou aplicativos; b) Usos de recursos tecnológicos e acesso à internet para a execução habitual de tarefas laborais.

Em um balanço de avanços e limitações, contudo, cabe destacar que o resultado quantitativo obtido ao cabo da trajetória de construção do presente estudo se mostrou consistente, pois se baseou em procedimentos criteriosos, mesmo que indicadores calculados tenham ficado circunscritos aos trabalhadores vinculados às plataformas como ocupação preferencial. Esta limitação de abrangência da estimativa feita derivou da base de dados escolhida, uma vez que, à semelhança das pesquisas

domiciliares de outras nações, o levantamento socioeconômico do Brasil privilegia a descrição do trabalho principal dos ocupados. Por outro lado, a inexistência de parâmetros externos de validação, para quaisquer exercícios dessa natureza, exigiu que o processo seletivo de variáveis e de escolha de filtros fosse sustentado, tanto quanto possível, em reflexões do campo que sobrepõe relações de trabalho e estatísticas laborais.

REFERÊNCIAS

- ABILIO, Ludmila Costhek. Uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. **Psicoperspectivas**, v. 18, n. 3, p. 41-51, 2019.
- ABRAHAM, Katharine et al. Measuring the gig economy: Current knowledge and open issues. Cambridge: NBER 2018. (Working Paper No. 24950). Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w24950>. Acesso em: 29 de maio de 2020.
- ABRAMOWAY, Ricardo. Prefácio. *In*: SLEE, Tom. **Uberização: a nova onda do trabalho precarizado**. [S.l.]: Editora Elefante, 2017. P. 13-18.
- ACQUIER, Aurélien; DAUDIGEOS, Thibault; PINKSE, Jonatan. Promises and paradoxes of the sharing economy: An organizing framework. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 125, p. 1-10, 2017.
- ADASCALITEI, Dragos; MORANO, Clemente Pignatti. Labour market reforms since the crisis: Drivers and consequences. **Research Department Working Paper No. 5**. Geneva: International Labour Office - ILO, 2015.
- ALVES, Giovanni Antonio Pinto. A natureza contraditória do Estado capitalista na era da financeirização. **Estudos de Sociologia**, [S.l.], v. 4, n. 6, 1999.
- ALVES, Giovanni. **Dimensões da precarização do trabalho ensaios de Sociologia do Trabalho**. São Paulo: Projeto editorial Práxis, 2013.
- ALVES, Giovanni. Modelo Uber: Autoempreendedorismo e as misérias do trabalho vivo no século XXI – Beves notas sobre alienação e autoalienação no capitalismo flexível. *In*: MORETTO, José Hamilton et al (org.). **As transformações no mundo do trabalho e o Sistema Público de Emprego como instrumento de inclusão social**. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT. 2018. P- 85 -102.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. *In*: GENTILI, Pablo; SADER, Emir (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.
- ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (Org.). **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ARAÚJO, Ângela M. Carneiro. O trabalho flexível e a informalidade reconfigurada. *In*: OLIVEIRA, Roberto Vêras de; GOMES, Darcilene; TARGINO, Ivan (Org.). **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens**. João Pessoa: UFPB, 2011.
- ARAÚJO, Eduardo. Santos; COSTA, Kaio, Glauber. Vital. Heterogeneidade estrutural, precarização das condições de trabalho e pleno emprego no ciclo de

desenvolvimento da economia brasileira entre 2002-2011. **Revista Economia & Tecnologia**, Curitiba, v. 8, n. 3, p. 5-18, jul/set. 2012.

BAUWENS, Michel. Peer to peer and human evolution. **Integral Visioning**, [S.l.], v. 15, 2005.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de M. O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados "globalizados". **Economia e sociedade**, [S.l.], v. 4, n. 1, p. 11-20, 1995.

BENKLER, Yochai. Coase's Penguin, or, Linux and "The Nature of the Firm". **Yale law journal**, New Haven, v. 113, n. 3, p. 369-446, 2002.

BERNARDI, José Vicente Elias; LANDIM, Paulo M. Barbosa. **Aplicação do Sistema de Posicionamento Global (GPS) na coleta de dados**. Rondônia: Universidade Federal de Rondônia, 2002.

BOLAÑO, C.; VIEIRA, E. Economia Política da Internet: sites de redes sociais e luta de classes. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 36., 2013, Manaus. **Anais[...]**. Manaus: INTERCOM, 2013.

BOLAÑO, César RS; CASTAÑEDA, Marcos V. A economia política da Internet e sua crise. **Comunicação, Informação e Cultura-dinâmicas globais e estruturas de poder**, Salvador: EDUFBA, v. 1, p. 43-65, 2004.

BORON, Atilio. **A questão do Imperialismo: a teoria marxista hoje**. Problemas e perspectivas. Buenos Aire: Clacso, 2007.

BORSARI, Pietro Rodrigo et al. **Impactos da financeirização sobre o trabalho: uma revisão bibliográfica**. 2018. Dissertação (Programa de Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2018.

BOTSMAN, Rachel; ROGERS, Roo. **O que é seu é meu: como o consumo colaborativo vai mudar o nosso mundo**. Tradução de Rodrigo Sardenberg. [S.l.], 2011.

BRAGA, J. C. D. S. Financeirização global: o padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo. In: TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 195-242

BRAGA, José Carlos de Souza; CINTRA, Marcos AM. **Finanças dolarizadas e capital financeiro: exasperação sob comando americano: o poder americano**. Petrópolis: Editora Vozes, 2004. p. 253-307.

BUGIATO, Caio Martins. **Declínio do Estado-Nação**. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

CALVETE, Cássio. Impactos da financeirização no mundo do trabalho. In: MACAMBIRA, Júnior; CARLEAL, Liana. **Emprego, Trabalho e Políticas Públicas**.

Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, Banco do Nordeste do Brasil, 2009.

CAPPELLI, Peter; KELLER, James R. Classifying ind the new economy. **Academy of Management Review**, [S.l.], v. 38, n. 4, p. 575-596, 2013.

CARDOSO, Ana Claudia Moreira; OLIVEIRA, Marcela Costa Bifano. A E-Economia e suas Empresas-Plataforma: modus operandi e precarização do mercado de trabalho no setor de turismo. **Anais Brasileiros de Estudos Turísticos-ABET**, [S.l.] v. 10, n. 1, 2 e 3, 2020.

CARNEIRO, Ricardo. Globalização financeira e inserção periférica. **Economia e Sociedade**, [S.l.], v. 8, n. 2, p. 57-92, 1999.

CASTELO BRANCO, Iracema Keila. **Financeirização e acumulação de capital no Brasil: 1995-2007**. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Economia do Desenvolvimento) – Instituto de Economia. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

CHESNAIS, F (Org.). **A mundialização financeira: gênese, custos e riscos**. São Paulo: Xamã, 1998.

CHOUDARY, Sangeet Paul. The architecture of digital labour platforms: Policy recommendations on platform design for worker well-being. **ILO Future of work Research paper series**, v. 3, 2018.

CODAGNONE, Cristiano; MARTENS, Bertin. Scoping the Sharing Economy: Origins, Definitions, Impact and Regulatory Issues. **Institute for Prospective Technological Studies Digital Economy Working Paper**, European Commission, Joint Research Centre (JRC), n. 2016/01, 2016

COLLIER, Ruth Berins; DUBAL, V. B.; CARTER, Christopher. **Labor Platforms and Gig Work: The Failure to Regulate**. [S.l.], 2017.

CROTTY, J. The neoliberal paradox: the impact of destructive product market competition and impatient finance on nonfinancial corporations in the neoliberal era. **Review of Radical Political Economics**, v. 35, n. 3, p. 271-279, 2003.

CROTTY, James. The effects of increased product market competition and changes in financial markets on the performance of nonfinancial corporations in the neoliberal era. **Political Economy Research Institute Working Paper**, n.44, 2002.

DE STEFANO, V. The rise of the “just-in-time workforce”: On-demand work, crowdwork and labour protection in the “gig-economy”. **Conditions of Work and Employment Series**, Geneva, n. 71, 2016.

DEDECCA, Claudio Salvadori. **Trabalho, financeirização e desigualdade**. Campinas: UNICAMP, 2010. (Texto para discussão n.174).

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - DIEESE. **A Reforma trabalhista e os impactos para as Relações de Trabalho no Brasil**. São Paulo: DIEESE, 2017. Nota Técnica n. 178,

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - DIEESE. **A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000**. São Paulo. 2001.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - DIEESE. **A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000**. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. São Paulo. 2012.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - DIEESE. **As mudanças de composição, intensidade e duração do desemprego urbano entre 1999 e 2009: um olhar sobre o desemprego de longo prazo**. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. São Paulo: 2011.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - DIEESE. **Relações de trabalho sem proteção: de volta ao período anterior a 1930?** São Paulo, maio 2017. Nota Técnica nº 179.

DUGGAN, James et al. Algorithmic management and app-work in the gig economy: A research agenda for employment relations and HRM. **Human Resource Management Journal**, v. 30, n. 1, p. 114-132, 2020.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA - FEE. Reforma Trabalhista: antecedentes externos e implicações para o Brasil. **Panorama Internacional**, Porto Alegre, v.3, n.2, 2018.

FUNDAÇÃO FRIEDRICH-EBERT-STIFTUNG BRASIL - FES. Digitalização e o futuro do trabalho: resumo do estudo Trabalhar 4.0. tradutor: Luiz Barucke. **Análise**, São Paulo, FES, n. 37, 2017.

FERRER, Walkiria M. Heinrich; OLIVEIRA, Lourival J. Uberização do trabalho sob a ótica do conceito de subordinação estrutural. **Revista Direito UFMS**, Campo Grande, v.4, n.1, p. 177 – 194, jan./jun. 2018.

FIGUEIREDO, Carlos. Algoritmos, subsunção do trabalho, vigilância e controle: novas estratégias de precarização do trabalho e colonização do mundo da vida. **Revista EPTIC**, [S.l.], v. 21, n. 1, jan-abr, 2019.

FILGUEIRAS, Vitor Araujo; LIMA, Uallace Moreira; SOUZA, Ilan Fonseca de. Os impactos jurídicos, econômicos e sociais das reformas trabalhistas. **Caderno CRH**, [S.l.], v. 32, n. 86, p. 231-252, 2019.

FRIEDMAN, Gerald. Workers without employers: shadow corporations and the rise of the gig economy. **Review of Keynesian Economics**, [S.l.], v. 2, n. 2, p. 171-188, 2014.

GANDINI, Alessandro. Labour process theory and the gig economy. **Human Relations**, [S.l.], v. 72, n. 6, p. 1039-1056, 2019.

GANSKY, L. **The mesh**: Why the future of business is sharing. New York: Portfolio Penguin, 2010.

GROHMANN, Rafael; QIU, Jack. Contextualizando o Trabalho em Plataformas. **Contracampo**, Niterói, v. 39, n. 1, p. 12-26, abr./jul. 2020.

GROS, Denise Barbosa. Considerações sobre o neoliberalismo como movimento ideológico internacional. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 29, n. 2, p. 565-590, 2008.

GUÉHENNO, Jean-Marie. **O fim da democracia**: um ensaio profundo e visionário sobre o próximo milênio. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1994.

GUTTMANN, Robert. Uma Introdução ao capitalismo dirigido pelas finanças. **Revista Novos Estudos**, CEBRAP, [S.l.], v. 82, 2008.

HEBER, Florence; FISCHER, Tânia. Regulação do Estado e reformas nas telecomunicações. **Revista de Administração Pública**, [S.l.], v. 34, n. 5, p. 143-163, 2000.

HUWS, U. et al. **Work in the European Gig Economy**. Brussels: FEPS-Foundation for European Progressive Studies, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS - IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: notas metodológicas. Rio de Janeiro, 2014. Volume 1.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS - IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: Notas Metodológicas versão 1.6. Rio de Janeiro, 2019.

JENSEN, Michael C.; MECKLING, William H. Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. **Journal of financial economics**, [S.l.], v. 3, n. 4, p. 305-360, 1976.

JESSOP, Bob. A globalização e o Estado nacional. **Crítica Marxista**, São Paulo, n. 7, 1998.

KON, Anita et al. Diversidades nas condições de informalidade do trabalho brasileiro. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA ANPEC, 32. **Anais[...]**. João Pessoa: Anpec, 2004.

KREIN, J.D. FILGUEIRAS, V.A. OLIVEIRA, R.V. As Reformas Trabalhistas: promessas e impactos na vida de quem trabalha. **Caderno CrH, Salvador**, [S.l.], v. 32, n. 86, p. 225-230, Maio/Ago. 2019.

KREIN, José Dari. O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva: consequências da reforma trabalhista. **Tempo Social**, [S.l.], v. 30, n.1, p.77-104. 2018.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. Anatomia do novo neoliberalismo. **Revista IHU Online**, São Leopoldo, UNISINOS, v. 25, 2019.

LAZONICK, William. Innovative enterprise or sweatshop economics?: in search of foundations of economic analysis. **Challenge**, [S.l.], v. 59, n. 2, p. 65-114, 2016.

LEINER, Barry M. et al. A brief history of the Internet. **ACM SIGCOMM Computer Communication Review**, [S.l.], v. 39, n. 5, p. 22-31, 2009.

LEMOS, André; LÉVY, Pierre. **O futuro da internet**: em direção a uma ciberdemocracia planetária. São Paulo: Paulus, 2010.

LIMA, Jacob Carlos, BRIDI, Maria Aparecida. Trabalho Digital e Emprego: a reforma trabalhista e aprofundamentos da precariedade. **Caderno CRH**, Salvador, v.32, n. 8, p- 325-341, maio/ago. 2019.

LOPES, Ruy Sardinha. **Informação, conhecimento e valor**. 2008. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MARTIN, Chris J. The sharing economy: A pathway to sustainability or a nightmarish form of neoliberal capitalism? **Ecological economics**, [S.l.], v. 121, p. 149-159, 2016.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Tradução por Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Os Economistas, (vol. I - tomo 1).

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Tradução por Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1984. Os Economistas. (vol. I - tomo 2).

MORAES, Reginaldo C. Reformas neoliberais e políticas públicas: hegemonia ideológica e redefinição das relações Estado-sociedade. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 13-24, 2002.

MORAES, Reginaldo C. **Neoliberalismo**: de onde vem, para onde vai?. São Paulo: Senac, 2001.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT. **Informe General**: Reunión de expertos en el marco de los preparativos de la 20.^a Conferencia Internacional de Estadísticos del Trabajo: Estadísticas de las relaciones de trabajo. Ginebra: OIT, 2018.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT. **Informe I**: Informe general, Decimonovena Conferencia Internacional de Estadísticos del Trabajo. Ginebra: OIT, 2013.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT. **Las plataformas digitales y el futuro del trabajo**. Cómo fomentar el trabajo decente en el mundo digital Oficina Internacional del Trabajo. Ginebra: OIT, 2019.

OLIVEIRA, Roberto Vêras de; GOMES, Darcilene; TARGINO, Ivan (Org.). **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho**: das origens às novas abordagens. João Pessoa: UFPB, 2011.

OLIVEIRA, Tiago. **Trabalho e padrão de desenvolvimento**: uma reflexão sobre a reconfiguração do mercado de trabalho brasileiro. São Paulo: Hucitec Editora, 2017.

OSTRY, Jonathan D.; LOUNGANI, Prakash; FURCERI, Davide. Neoliberalism: oversold. **Finance & development**, [S.l.], v. 53, n. 2, p. 38-41, 2016.

PÁRRAGA, Francisco Trillo. Economía digitalizada y relaciones de trabajo. **Revista de Derecho Social**, [S.l.], n. 76, págs. 59-82. 2016.

PASQUALE, Frank. Two narratives of platform capitalism. **Yale Law & Policy Review**, [S.l.], v. 35, p. 309, 2016.

PAULANI, Leda Maria. A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil. **Estudos avançados**, [S.l.], v. 23, n. 66, p. 25-39, 2009.

PAULANI, Leda Maria. Hayek e o individualismo no discurso econômico. Lua Nova: **Revista de Cultura e Política**, [S.l.], n. 38, p. 97-124, 1996.

PAULANI, Leda María. Neoliberalismo e individualismo. **Economia e Sociedade**, [S.l.], v. 8, n. 2, p. 115-127, 1999.

PAULANI, Leda Maria. A hegemonia neoliberal. *In*: LACERDA, Antônio Correa de; PAULANI, Leda; PRADO, Luiz Carlos Thadeu Delorme; POCHMANN, Márcio; BIELSCHOWSKY, Ricardo; BACELAR, Tania. **O desenvolvimento econômico brasileiro e a Caixa**: palestras. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento; Caixa Econômica Federal, 2011.

PÉREZ, Carlota. Technological revolutions and techno-economic paradigms. **Cambridge Journal of Economics**, [S.l.], v. 34, n. 1, p. 185-202, 2010.

POELL, Thomas; NIEBORG, David; VAN DIJCK, José. Plataformização. **Fronteiras-estudos midiáticos**, [S.l.], v. 22, n. 1, p. 2-10, 2020.

PRONI, Marcelo Weishaupt. O império da concorrência: uma perspectiva histórica das origens e expansão do capitalismo. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 92, p. 3-32, 1997.

RIFKIN, Jeremy. **The zero marginal cost society**: the internet of things, the collaborative commons, and the eclipse of capitalism. New York: St. Martin's Press LLC, 2014.

ROSA, Prisciane Raupp da. **Uber**: de onde viemos, onde estamos e para onde vamos?. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

SCHMIDT, Florian A. Digital labour markets in the platform economy. **Mapping the Political Challenges of Crowd Work and Gig Work**, [S.l.], v. 7, p. 2016, 2017.

SCHOLZ, Trebor. **Platform cooperativism**. Challenging the corporate sharing economy. New York, NY: Rosa Luxemburg Foundation, 2016.

SCHOR, Juliet et al. Debating the sharing economy. **Journal of Self-Governance and Management Economics**, [S.l.], v. 4, n. 3, p. 7-22, 2016.

Singer, André . O contra-Império ataca. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 24 de setembro de 2000.

SLEE, Tom. **Uberização**: a nova onda do trabalho precarizado. São Paulo: Editora Elefante, 2018.

TAVARES, Maria da Conceição; MELIN, Luiz Eduardo. Pós-escrito: a reafirmação da hegemonia norte-americana. *In*: TAVARES, Maria da Conceição de; FIORI, José Luiz. **Poder e dinheiro**: uma economia política da globalização. Petrópolis, 1997.

VALENDUC, Gérard; VENDRAMIN, Patricia. **Work in the digital economy**: sorting the old from the new. Brussels: European trade union institute, 2016. (Working Paper n.03).

VALENTE, Jonas. **Tecnologia, informação e poder**: das plataformas online aos monopólios digitais. 2019. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília. Brasília, 2019.

VAN DOORN, N. Platform Labor: on the gendered and racialized exploitation of low-income service work in the 'on-demand' economy. **Information, Communication & Society**, [S.l.], v. 20, n. 6, p. 898-914, 2017

VIEGAS, Cláudia Mara de Almeida Rabelo; LETRA, Luís Henrique Vasconcelos da Silva. A Licitude dos Serviços de Transporte Prestados pelo Aplicativo UBER. **Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito – PPGDir./UFRGS**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, ago. 2016.

VILLASMIL, Humberto. Del trabajo industrial al trabajo mediado por plataformas digitales: las relaciones de trabajo del posfordismo *In*: Bertranou, Fabio; Marinakis, Andrés (eds.) **Reflexiones sobre el trabajo**: Visiones desde el Cono Sur de América Latina en el Centenario de la OIT. Santiago: Organización Internacional del Trabajo, 2019.

WOLFF, Simone. O “trabalho informacional” e a reificação da informação sob os novos paradigmas organizacionais. *In*: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Rui. **Infoproletários**: degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009.

WOLFF, Simone. **O espectro da reificação em uma empresa de telecomunicações**: o processo de trabalho sob os novos parâmetros gerenciais e tecnológicos. 2004. Tese (Doutorado em Sociologia) - Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2004.

ZANATTA, Rafael A. F. Economias de Compartilhamento: Superando um problema conceitual. *In*: ZANATTA, Rafael A.F, PAULA, Pedro C. B. de, KIRA, Beatriz (orgs.) **Economias do compartilhamento e o direito**. Curitiba: Juruá, 2017.

APÊNDICE A – OCUPAÇÃO BRASILEIRA: FORMA DE INSERÇÃO POR ATIVIDADE

Tabela 1 - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, e distribuição percentual por posição na ocupação, segundo os grupos de atividade - 2013

Grupos de Atividade	Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência								
	Estimativa (mil pessoas))	Distribuição (%)	Distribuição Por Posição na ocupação (1)						Empregador
			Total	Empregado		Militar ou funcionário público estatutário	Conta própria		
				Com carteira de trabalho assinada (2)	Sem carteira de trabalho assinada (3)		Total	Precarizado	
Total	90 715	100,0	100,0	42,6	19,1	8,3	22,9	8,2	4,1
Agropecuária	10 120	11,2	100,0	16,0	20,2	(4)	44,3	2,7	2,6
Indústria	12 655	14,0	100,0	67,7	10,8	1,4	15,8	6,3	3,0
Construção	7 956	8,8	100,0	33,3	18,1	-	44,0	30,3	4,3
<i>Construção de edifícios</i>	5 746	6,3	100,0	33,5	20,7	-	41,2	28,8	4,2
<i>Construção de obras de infraestrutura</i>	294	0,3	100,0	80,1	(4)	-	(4)	(4)	(4)
<i>Serviços especializados para construção</i>	1 916	2,1	100,0	25,5	11,4	-	58,0	38,8	4,7
Comércio e reparação	17 195	19,0	100,0	49,1	14,3	-	25,8	9,8	7,9
Transporte, armazenagem e correio	4 167	4,6	100,0	51,1	10,3	3,3	32,1	20,6	2,7
Alojamento e alimentação	4 151	4,6	100,0	41,2	20,0	(4)	25,3	5,0	8,7
Informação, financeira e outras ativ. profissionais	9 760	10,8	100,0	67,1	11,1	1,8	14,8	4,3	4,8
Administração pública, defesa e seguridade social	5 810	6,4	100,0	9,8	20,7	69,4	(4)	-	(4)
Educação, saúde humana e serviços sociais	8 672	9,6	100,0	41,0	17,2	33,8	5,6	1,4	2,2
Outros serviços	4 146	4,6	100,0	24,8	18,4	(4)	48,8	16,4	5,9
Serviços domésticos	6 068	6,7	100,0	30,0	70,0	-	-	-	-

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2013, consolidado de primeiras entrevistas.

Notas: Não são apresentados resultados para atividades mal definidas.

- (1) Não são apresentados resultados para trabalhador familiar auxiliar.
- (2) Inclusive trabalhadores domésticos com carteira de trabalho assinada.
- (3) Inclusive trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada.
- (4) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 1 - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, e distribuição percentual por posição na ocupação, segundo os grupos de atividade - 2014

Grupos de Atividade	Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência								
	Estimativa (mil pessoas))	Distribuição (%)	Distribuição Por Posição na ocupação (1)						Empregador
			Total	Empregado		Militar ou funcionário público estatutário	Conta própria		
				Com carteira de trabalho assinada (2)	Sem carteira de trabalho assinada (3)		Total	Precarizado	
Total	91 945	100,0	100,0	42,9	18,4	8,5	23,2	8,1	4,1
Agropecuária	9 601	10,4	100,0	15,6	19,8	(4)	45,2	2,9	2,8
Indústria	13 245	14,4	100,0	68,2	10,3	1,5	15,2	5,4	3,4
Construção	7 734	8,4	100,0	31,7	17,4	-	46,7	31,8	3,9
<i>Construção de edifícios</i>	5 229	5,7	100,0	30,9	19,5	-	45,5	32,7	3,9
<i>Construção de obras de infraestrutura</i>	321	0,3	100,0	77,6	10,5	-	10,3	(4)	(4)
<i>Serviços especializados para construção</i>	2 183	2,4	100,0	26,9	13,5	-	54,8	33,5	4,3
Comércio e reparação	17 334	18,9	100,0	49,0	13,7	-	26,7	10,1	8,1
Transporte, armazenagem e correio	4 339	4,7	100,0	51,2	10,3	3,3	32,1	20,7	2,7
Alojamento e alimentação	4 235	4,6	100,0	41,1	18,8	(4)	26,5	4,7	8,1
Informação, financeira e outras ativ. profissionais	10 281	11,2	100,0	66,0	10,8	2,6	15,4	4,2	4,9
Administração pública, defesa e seguridade social	5 771	6,3	100,0	9,5	20,0	70,3	(4)	-	-
Educação, saúde humana e serviços sociais	9 321	10,1	100,0	40,0	17,4	33,9	5,9	1,5	2,6
Outros serviços	4 060	4,4	100,0	24,3	18,9	(4)	50,1	15,1	4,7
Serviços domésticos	6 002	6,5	100,0	31,9	68,0	-	-	-	-

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2014, consolidado de primeiras entrevistas.

Notas: Não são apresentados resultados para atividades mal definidas.

- (1) Não são apresentados resultados para trabalhador familiar auxiliar.
- (2) Inclusive trabalhadores domésticos com carteira de trabalho assinada.
- (3) Inclusive trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada.
- (4) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 1 - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, e distribuição percentual por posição na ocupação, segundo os grupos de atividade - 2015

Grupos de Atividade	Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência								
	Estimativa (mil pessoas))	Distribuição (%)	Distribuição Por Posição na ocupação (1)						
			Total	Empregado		Militar ou funcionário público estatutário	Conta própria		Empregador
				Com carteira de trabalho assinada (2)	Sem carteira de trabalho assinada (3)		Total	Precarizado	
Total	92 163	100,0	100,0	42,2	18,1	8,4	24,2	8,5	4,4
Agropecuária	9 385	10,2	100,0	15,3	19,2	(4)	47,1	3,0	2,8
Indústria	12 770	13,9	100,0	66,9	9,8	1,2	16,8	6,3	3,8
Construção	7 624	8,3	100,0	29,2	16,6	-	49,4	33,7	4,2
<i>Construção de edifícios</i>	4 877	5,3	100,0	25,9	19,5	-	50,1	35,4	4,0
<i>Construção de obras de infraestrutura</i>	448	0,5	100,0	74,9	8,7	-	12,8	(4)	(4)
<i>Serviços especializados para construção</i>	2 299	2,5	100,0	27,3	11,9	-	55,2	35,6	4,7
Comércio e reparação	17 599	19,1	100,0	49,0	13,4	-	26,8	9,9	8,3
Transporte, armazenagem e correio	4 336	4,7	100,0	49,4	11,0	2,4	34,0	21,1	2,7
Alojamento e alimentação	4 440	4,8	100,0	41,3	18,3	-	27,2	5,5	8,8
Informação, financeira e outras ativ. profissionais	10 282	11,2	100,0	65,6	9,9	1,8	16,8	4,7	5,5
Administração pública, defesa e seguridade social	5 344	5,8	100,0	9,5	19,9	70,5	(4)	-	-
Educação, saúde humana e serviços sociais	9 981	10,8	100,0	38,5	18,2	34,9	6,0	1,5	2,3
Outros serviços	4 256	4,6	100,0	24,3	17,3	(4)	51,5	15,4	4,8
Serviços domésticos	6 130	6,7	100,0	32,4	67,2	-	-	-	-

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2015, consolidado de primeiras entrevistas.

Notas: Não são apresentados resultados para atividades mal definidas.

(1) Não são apresentados resultados para trabalhador familiar auxiliar.

(2) Inclusive trabalhadores domésticos com carteira de trabalho assinada.

(3) Inclusive trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada.

(4) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 1 - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, e distribuição percentual por posição na ocupação, segundo os grupos de atividade - 2016

Grupos de Atividade	Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência								
	Estimativa (mil pessoas))	Distribuição (%)	Distribuição Por Posição na ocupação (1)						
			Total	Empregado		Militar ou funcionário público estatutário	Conta própria		Empregador
				Com carteira de trabalho assinada (2)	Sem carteira de trabalho assinada (3)		Total	Precarizado	
Total	90 776	100,0	100,0	41,2	18,5	8,5	24,7	8,5	4,7
Agropecuária	9 053	10,0	100,0	15,7	21,5	(4)	45,8	3,2	3,0
Indústria	11 472	12,6	100,0	65,6	9,8	1,2	18,2	6,5	3,9
Construção	7 398	8,2	100,0	27,6	18,2	-	49,3	33,4	4,5
<i>Construção de edifícios</i>	5 007	5,5	100,0	23,0	21,5	-	51,0	36,0	4,1
<i>Construção de obras de infraestrutura</i>	568	0,6	100,0	76,7	11,9	-	(4)	(4)	(4)
<i>Serviços especializados para construção</i>	1 823	2,0	100,0	25,0	10,9	-	58,3	35,6	5,4
Comércio e reparação	17 437	19,2	100,0	47,9	13,3	-	27,3	9,4	9,2
Transporte, armazenagem e correio	4 627	5,1	100,0	51,4	9,7	2,1	33,6	21,5	2,7
Alojamento e alimentação	4 711	5,2	100,0	39,1	17,8	-	30,7	7,0	8,2
Informação, financeira e outras ativ. profissionais	9 854	10,9	100,0	64,6	9,8	1,7	17,7	4,4	5,9
Administração pública, defesa e seguridade social	5 110	5,6	100,0	9,5	19,6	70,8	(4)	-	(4)
Educação, saúde humana e serviços sociais	10 480	11,5	100,0	38,5	17,6	35,4	5,8	1,2	2,6
Outros serviços	4 390	4,8	100,0	21,6	18,4	(4)	54,0	15,9	5,0
Serviços domésticos	6 237	6,9	100,0	31,7	67,1	-	-	-	-

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2016, consolidado de primeiras entrevistas.

Notas: Não são apresentados resultados para atividades mal definidas.

(1) Não são apresentados resultados para trabalhador familiar auxiliar.

(2) Inclusive trabalhadores domésticos com carteira de trabalho assinada.

(3) Inclusive trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada.

(4) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 1 - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, e distribuição percentual por posição na ocupação, segundo os grupos de atividade - 2017

Grupos de Atividade	Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência								
	Estimativa (mil pessoas))	Distribuição (%)	Distribuição Por Posição na ocupação (1)						Empregador
			Total	Empregado		Militar ou funcionário público estatutário	Conta própria		
				Com carteira de trabalho assinada (2)	Sem carteira de trabalho assinada (3)		Total	Precarizado	
Total	91 073	100,0	100,0	39,8	19,4	8,5	25,3	8,9	4,6
Agropecuária	8 626	9,5	100,0	16,7	23,2	(4)	43,4	2,6	3,5
Indústria	11 813	13,0	100,0	62,8	11,0	1,2	19,7	6,9	3,8
Construção	7 013	7,7	100,0	24,2	19,1	-	51,2	35,1	5,0
<i>Construção de edifícios</i>	4 752	5,2	100,0	19,4	22,8	-	52,0	37,4	5,3
<i>Construção de obras de infraestrutura</i>	439	0,5	100,0	82,8	11,5	(4)	(4)	(4)	(4)
<i>Serviços especializados para construção</i>	1 822	2,0	100,0	22,4	11,4	-	60,9	37,6	4,6
Comércio e reparação	17 515	19,2	100,0	46,8	14,3	-	27,5	9,0	8,8
Transporte, armazenagem e correio	4 549	5,0	100,0	47,7	11,0	2,2	35,7	23,8	3,2
Alojamento e alimentação	5 212	5,7	100,0	34,2	19,2	(4)	33,8	9,2	8,1
Informação, financeira e outras ativ. profissionais	9 969	10,9	100,0	62,4	10,7	1,5	19,7	5,6	5,4
Administração pública, defesa e seguridade social	5 102	5,6	100,0	8,1	20,7	71,1	(4)	-	-
Educação, saúde humana e serviços sociais	10 468	11,5	100,0	38,2	18,0	35,0	6,3	1,3	2,4
Outros serviços	4 530	5,0	100,0	22,4	16,4	(4)	54,9	17,0	4,9
Serviços domésticos	6 231	6,8	100,0	29,9	69,3	-	-	-	-

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2017, consolidado de primeiras entrevistas.

Notas: Não são apresentados resultados para atividades mal definidas.

- (1) Não são apresentados resultados para trabalhador familiar auxiliar.
- (2) Inclusive trabalhadores domésticos com carteira de trabalho assinada.
- (3) Inclusive trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada.
- (4) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 1 - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, e distribuição percentual por posição na ocupação, segundo os grupos de atividade - 2018

Grupos de Atividade	Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência								
	Estimativa (mil pessoas)	Distribuição (%)	Distribuição Por Posição na ocupação (1)						Empregador
			Total	Empregado		Militar ou funcionário público estatutário	Conta própria		
				Com carteira de trabalho assinada (2)	Sem carteira de trabalho assinada (3)		Total	Precarizado	
Total	92 333	100,0	100,0	38,8	20,1	8,6	25,4	10,1	4,9
Agropecuária	8 536	9,2	100,0	17,6	23,5	-	41,8	2,7	3,9
Indústria	11 851	12,8	100,0	62,4	10,9	1,3	20,3	9,0	3,8
Construção	6 735	7,3	100,0	22,6	20,1	-	51,1	37,5	5,7
<i>Construção de edifícios</i>	4 551	4,9	100,0	17,3	23,7	-	52,8	40,7	5,7
<i>Construção de obras de infraestrutura</i>	491	0,5	100,0	77,9	11,5	(4)	(4)	(4)	(4)
<i>Serviços especializados para construção</i>	1 694	1,8	100,0	21,0	12,7	-	60,0	39,2	6,0
Comércio e reparação	17 644	19,1	100,0	46,2	14,5	-	27,8	10,0	8,9
Transporte, armazenagem e correio	4 680	5,1	100,0	44,1	11,4	2,1	39,2	28,1	2,6
Alojamento e alimentação	5 236	5,7	100,0	32,5	19,7	(4)	34,0	11,5	9,3
Informação, financeira e outras ativ. profissionais	10 272	11,1	100,0	61,1	11,8	1,4	19,3	6,2	5,8
Administração pública, defesa e seguridade social	5 150	5,6	100,0	9,0	20,7	70,3	-	-	-
Educação, saúde humana e serviços sociais	11 057	12,0	100,0	36,7	18,9	34,8	6,9	1,6	2,5
Outros serviços	4 890	5,3	100,0	20,1	18,0	(4)	55,1	19,8	5,3
Serviços domésticos	6 241	6,8	100,0	27,8	72,0	-	-	-	-

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2018, consolidado de primeiras entrevistas.

Notas: Não são apresentados resultados para atividades mal definidas.

- (1) Não são apresentados resultados para trabalhador familiar auxiliar.
- (2) Inclusive trabalhadores domésticos com carteira de trabalho assinada.
- (3) Inclusive trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada.
- (4) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 1 - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, e distribuição percentual por posição na ocupação, segundo os grupos de atividade - 2019

Grupos de Atividade	Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência								
	Estimativa (mil pessoas)	Distribuição (%)	Distribuição Por Posição na ocupação (1)						Empregador
			Total	Empregado		Militar ou funcionário público estatutário	Conta própria		
				Com carteira de trabalho assinada (2)	Sem carteira de trabalho assinada (3)		Total	Precarizado	
Total	94 642	100,0	100,0	39,0	20,0	8,3	25,8	10,9	4,6
Agropecuária	8 652	9,1	100,0	17,5	23,9	-	42,5	3,0	3,6
Indústria	12 231	12,9	100,0	62,3	11,2	1,2	20,1	9,9	3,8
Construção	6 823	7,2	100,0	22,4	19,9	-	52,4	38,4	4,8
<i>Construção de edifícios</i>	4 546	4,8	100,0	16,5	24,5	-	53,7	41,4	4,9
<i>Construção de obras de infraestrutura</i>	498	0,5	100,0	76,7	14,8	-	(4)	(4)	(4)
<i>Serviços especializados para construção</i>	1 779	1,9	100,0	22,2	9,8	-	62,5	40,9	5,0
Comércio e reparação	17 914	18,9	100,0	47,0	14,2	-	27,9	10,5	8,6
Transporte, armazenagem e correio	4 841	5,1	100,0	42,7	10,2	1,9	42,3	31,3	2,4
Alojamento e alimentação	5 631	5,9	100,0	31,8	21,7	(4)	34,2	12,1	8,7
Informação, financeira e outras ativ. profissionais	10 716	11,3	100,0	60,9	12,1	1,2	20,2	7,1	5,3
Administração pública, defesa e seguridade social	5 112	5,4	100,0	8,3	21,0	70,7	-	-	-
Educação, saúde humana e serviços sociais	11 347	12,0	100,0	37,7	19,1	34,0	6,5	1,6	2,5
Outros serviços	5 068	5,4	100,0	20,2	17,4	(4)	55,8	22,3	5,3
Serviços domésticos	6 271	6,6	100,0	27,5	71,5	-	-	-	-

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2018, consolidado de primeiras entrevistas.

Notas: Não são apresentados resultados para atividades mal definidas.

- (1) Não são apresentados resultados para trabalhador familiar auxiliar.
- (2) Inclusive trabalhadores domésticos com carteira de trabalho assinada.
- (3) Inclusive trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada.
- (4) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 2 - Distribuição percentual dos ocupados de 14 anos ou mais na prestação de serviços, por segmentos de atividade, segundo posição na ocupação - 2012

Segmentos de Atividade	Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência						
	Posição na ocupação (1)						
	Total	Empregado		Militar ou funcionário público estatutário	Conta própria		Empregador
		Com carteira de trabalho assinada (2)	Sem carteira de trabalho assinada (3)		Total	Precarizado	
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Serviços especializados para construção	5,3	3,2	3,0	-	18,1	27,6	7,8
Transporte, armazenagem e correio	9,5	12,2	4,7	1,5	18,1	28,2	8,4
Alojamento e alimentação	8,5	8,6	7,2	(5)	13,7	6,8	20,8
Informação, financeira e outras ativ. profissionais	21,6	36,9	10,3	2,8	18,5	13,3	33,1
Educação, saúde humana e serviços sociais	19,2	19,4	14,6	40,7	6,2	3,4	14,7
Outros serviços	8,7	4,8	7,6	(5)	25,4	20,7	15,3
Demais Serviços (4)	27,2	14,8	52,6	54,5	(5)	-	(5)

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2012, consolidado de primeiras entrevistas.

Notas: (1) Não são apresentados resultados para trabalhador familiar auxiliar.

(2) Inclusive trabalhadores domésticos com carteira de trabalho assinada.

(3) Inclusive trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada.

(4) Inclui Administração pública, defesa e seguridade social e Serviços domésticos.

(5) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 2 - Distribuição percentual dos ocupados de 14 anos ou mais na prestação de serviços, por segmentos de atividade, segundo posição na ocupação - 2014

Segmentos de Atividade	Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência						
	Posição na ocupação (1)						
	Total	Empregado		Militar ou funcionário público estatutário	Conta própria		Empregador
		Com carteira de trabalho assinada (2)	Sem carteira de trabalho assinada (3)		Total	Precarizado	
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Serviços especializados para construção	4,7	3,2	2,9	-	15,2	24,3	6,4
Transporte, armazenagem e correio	9,4	12,0	4,3	1,9	17,7	29,8	7,9
Alojamento e alimentação	9,2	9,4	7,8	(5)	14,2	6,6	23,0
Informação, financeira e outras ativ. profissionais	22,3	36,6	10,8	3,4	20,0	14,4	33,8
Educação, saúde humana e serviços sociais	20,2	20,1	15,8	41,3	7,0	4,5	16,1
Outros serviços	8,8	5,3	7,5	(5)	25,8	20,4	12,8
Demais Serviços (4)	25,5	13,3	51,0	53,1	(5)	-	-

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2014, consolidado de primeiras entrevistas.

Notas: (1) Não são apresentados resultados para trabalhador familiar auxiliar.

(2) Inclusive trabalhadores domésticos com carteira de trabalho assinada.

(3) Inclusive trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada.

(4) Inclui Administração pública, defesa e seguridade social e Serviços domésticos.

(5) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 2 - Distribuição percentual dos ocupados de 14 anos ou mais na prestação de serviços, por segmentos de atividade, segundo posição na ocupação - 2015

Segmentos de Atividade	Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência						
	Posição na ocupação (1)						
	Total	Empregado		Militar ou funcionário público estatutário	Conta própria		Empregador
		Com carteira de trabalho assinada (2)	Sem carteira de trabalho assinada (3)		Total	Precarizado	
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Serviços especializados para construção	4,9	3,4	2,7	-	15,0	25,0	6,7
Transporte, armazenagem e correio	9,2	11,5	4,6	1,4	17,4	28,0	7,2
Alojamento e alimentação	9,4	9,8	7,9	-	14,2	7,5	24,2
Informação, financeira e outras ativ. profissionais	21,8	36,0	9,9	2,5	20,4	14,9	34,9
Educação, saúde humana e serviços sociais	21,2	20,5	17,6	46,0	7,1	4,5	14,4
Outros serviços	9,0	5,5	7,1	(5)	25,9	20,0	12,6
Demais Serviços (4)	24,4	13,3	50,2	49,7	(5)	-	-

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2015, consolidado de primeiras entrevistas.

Notas: (1) Não são apresentados resultados para trabalhador familiar auxiliar.

(2) Inclusive trabalhadores domésticos com carteira de trabalho assinada.

(3) Inclusive trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada.

(4) Inclui Administração pública, defesa e seguridade social e Serviços domésticos.

(5) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 2 - Distribuição percentual dos ocupados de 14 anos ou mais na prestação de serviços, por segmentos de atividade, segundo posição na ocupação - 2016

Segmentos de Atividade	Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência						
	Posição na ocupação (1)						
	Total	Empregado		Militar ou funcionário público estatutário	Conta própria		Empregador
		Com carteira de trabalho assinada (2)	Sem carteira de trabalho assinada (3)		Total	Precarizado	
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Serviços especializados para construção	3,9	2,5	1,9	-	12,1	20,1	5,9
Transporte, armazenagem e correio	9,8	12,9	4,4	1,3	17,7	30,8	7,6
Alojamento e alimentação	10,0	10,0	8,1	-	16,5	10,1	23,0
Informação, financeira e outras ativ. profissionais	20,9	34,4	9,4	2,2	19,8	13,3	34,4
Educação, saúde humana e serviços sociais	22,2	21,8	17,9	48,8	7,0	4,0	16,1
Outros serviços	9,3	5,1	7,9	(5)	27,0	21,6	13,0
Demais Serviços (4)	24,0	13,3	50,4	47,5	(5)	-	(5)

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2016, consolidado de primeiras entrevistas.

Notas: (1) Não são apresentados resultados para trabalhador familiar auxiliar.

(2) Inclusive trabalhadores domésticos com carteira de trabalho assinada.

(3) Inclusive trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada.

(4) Inclui Administração pública, defesa e seguridade social e Serviços domésticos.

(5) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 2 - Distribuição percentual dos ocupados de 14 anos ou mais na prestação de serviços, por segmentos de atividade, segundo posição na ocupação - 2017

Segmentos de Atividade	Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência						
	Posição na ocupação (1)						
	Total	Empregado		Militar ou funcionário público estatutário	Conta própria		Empregador
		Com carteira de trabalho assinada (2)	Sem carteira de trabalho assinada (3)		Total	Precarizado	
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Serviços especializados para construção	3,8	2,3	1,9	-	11,5	18,5	5,1
Transporte, armazenagem e correio	9,5	12,1	4,6	1,3	16,9	29,2	8,7
Alojamento e alimentação	10,9	10,0	9,3	(5)	18,4	13,0	25,5
Informação, financeira e outras ativ. profissionais	20,8	34,8	9,9	1,9	20,4	14,9	32,4
Educação, saúde humana e serviços sociais	21,9	22,4	17,5	48,4	6,9	3,6	15,1
Outros serviços	9,5	5,7	6,9	(5)	25,9	20,8	13,3
Demais Serviços (4)	23,7	12,7	49,9	48,0	(5)	-	-

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2017, consolidado de primeiras entrevistas.

Notas: (1) Não são apresentados resultados para trabalhador familiar auxiliar.

(2) Inclusive trabalhadores domésticos com carteira de trabalho assinada.

(3) Inclusive trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada.

(4) Inclui Administração pública, defesa e seguridade social e Serviços domésticos.

(5) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 2 - Distribuição percentual dos ocupados de 14 anos ou mais na prestação de serviços, por segmentos de atividade, segundo posição na ocupação - 2018

Segmentos de Atividade	Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência						
	Posição na ocupação (1)						
	Total	Empregado		Militar ou funcionário público estatutário	Conta própria		Empregador
		Com carteira de trabalho assinada (2)	Sem carteira de trabalho assinada (3)		Total	Precarizado	
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Serviços especializados para construção	3,4	2,0	1,9	-	10,1	15,2	5,5
Transporte, armazenagem e correio	9,5	11,7	4,6	1,3	18,2	30,1	6,6
Alojamento e alimentação	10,6	9,6	8,9	(5)	17,7	13,8	26,3
Informação, financeira e outras ativ. profissionais	20,9	35,6	10,6	1,9	19,7	14,5	32,4
Educação, saúde humana e serviços sociais	22,5	23,0	18,2	49,7	7,6	4,1	15,2
Outros serviços	9,9	5,6	7,6	(5)	26,7	22,2	13,9
Demais Serviços (4)	23,1	12,5	48,2	46,7	-	-	-

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2018, consolidado de primeiras entrevistas.

Notas: (1) Não são apresentados resultados para trabalhador familiar auxiliar.

(2) Inclusive trabalhadores domésticos com carteira de trabalho assinada.

(3) Inclusive trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada.

(4) Inclui Administração pública, defesa e seguridade social e Serviços domésticos.

(5) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 2 - Distribuição percentual dos ocupados de 14 anos ou mais na prestação de serviços, por segmentos de atividade, segundo posição na ocupação - 2019

Segmentos de Atividade	Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência						
	Posição na ocupação (1)						
	Total	Empregado		Militar ou funcionário público estatutário	Conta própria		Empregador
		Com carteira de trabalho assinada (2)	Sem carteira de trabalho assinada (3)		Total	SESD	
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Serviços especializados para construção	3,5	2,2	1,5	-	10,3	14,6	4,9
Transporte, armazenagem e correio	9,5	11,3	4,2	1,2	19,0	30,3	6,5
Alojamento e alimentação	11,1	9,8	10,4	(5)	17,8	13,7	26,8
Informação, financeira e outras ativ. profissionais	21,1	35,8	11,0	1,6	20,0	15,2	31,3
Educação, saúde humana e serviços sociais	22,4	23,5	18,4	50,0	6,8	3,7	15,7
Outros serviços	10,0	5,6	7,5	(5)	26,1	22,6	14,8
Demais Serviços (4)	22,4	11,8	47,1	46,8	-	-	-

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2018, consolidado de primeiras entrevistas.

Notas: (1) Não são apresentados resultados para trabalhador familiar auxiliar.

(2) Inclusive trabalhadores domésticos com carteira de trabalho assinada.

(3) Inclusive trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada.

(4) Inclui Administração pública, defesa e seguridade social e Serviços domésticos.

(5) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

APÊNDICE B – ATIVIDADES SELECIONADAS PARA O ESTUDO

Serviços especializados para construção

ATIVIDADES SEGINDO PRESENÇA DE CP-SESD		
SEM CONTA PRÓPRIA SESD	CONSIDERADOS NO ESTUDO	EXCLUÍDOS DO ESTUDO
	Serviços especializados para construção	

Serviços de Transporte, armazenagem e correio

ATIVIDADES SEGINDO PRESENÇA DE CP-SESD		
SEM CONTA PRÓPRIA SESD	CONSIDERADOS NO ESTUDO	EXCLUÍDOS DO ESTUDO
Transporte ferroviário e metroferroviário	Transporte rodoviário de passageiros	Transporte aquaviário
Outros transportes terrestres	Transporte rodoviário de carga	
Transporte aéreo	Atividades de malote e de entrega	
Atividades de correio		

Serviços de Alojamento e alimentação

ATIVIDADES SEGINDO PRESENÇA DE CP-SESD		
SEM CONTA PRÓPRIA SESD	CONSIDERADOS NO ESTUDO	EXCLUÍDOS DO ESTUDO
Alojamento	Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas	Serviços ambulantes de alimentação
	Serviços de catering, bufê e outros serviços de comida preparada	

Educação, saúde humana e serviços sociais

ATIVIDADES SEGINDO PRESENÇA DE CP-SESD		
SEM CONTA PRÓPRIA SESD	CONSIDERADOS NO ESTUDO	EXCLUÍDOS DO ESTUDO
Creche	Serviços auxiliares à educação	
Pré-escola e ensino fundamental	Outras atividades de ensino	
Ensino médio	Atividades de atenção ambulatorial executadas por médicos e odontólogos	
Educação superior	Atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica	
Atividades de atendimento hospitalar	Atividades de profissionais da área de saúde, exceto médicos e odontólogos.	
Serviços de assistência social sem alojamento	Atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente	
	Atividades de assistência à saúde humana integradas com assistência sociais, inclusive prestadas em residências.	

Serviços de Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas.

ATIVIDADES SEGUNDO PRESENÇA DE CP-SESD		
SEM CONTA PRÓPRIA SESD	CONSIDERADOS NO ESTUDO	EXCLUÍDOS DO ESTUDO
Edição e Edição integrada à impressão	Atividades dos serviços de tecnologia da informação	Atividades auxiliares dos serviços financeiros
Atividades cinematográficas, produção de vídeos e de programas de televisão, gravação de som e de música	Atividades de prestação de serviços de informação	Atividades auxiliares dos seguros, da previdência complementar e dos planos de saúde
Atividades de rádio	Atividades jurídicas, de contabilidade e de auditoria	Atividades imobiliárias
Atividades de televisão	Serviços de arquitetura e engenharia e atividades técnicas relacionadas; Testes e análises técnicas	Atividades de consultoria em gestão empresarial
Serviços financeiros	Publicidade	Aluguel de objetos pessoais e domésticos
Seguros e previdência privada	Pesquisas de mercado e opinião pública	Seleção, agenciamento e locação de mão-de-obra
Pesquisa e desenvolvimento científico	Outras atividades profissionais, científicas e técnicas	
Aluguel de meios de transportes, máquinas e equipamentos sem operador e gestão de ativos intangíveis não financeiros	Agências de viagens, operadores turísticos e serviços de reservas	
Condomínios prediais	Serviços de limpeza e de apoio a edifícios, exceto condomínios prediais	
	Atividades paisagísticas	
	Serviços de escritório e apoio administrativo	
	Atividades de teleatendimento	
	Atividades de organização de eventos, exceto culturais e esportivos	
	Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas	

Outros serviços

ATIVIDADES SEGUNDO PRESENÇA DE CP-SESD		
SEM CONTA PRÓPRIA SESD	CONSIDERADOS NO ESTUDO	EXCLUÍDOS DO ESTUDO
Atividades ligadas ao patrimônio cultural e ambiental	Reparação e manutenção de equipamentos de informática e comunicação	Atividades artísticas, criativas e de espetáculos
Atividades de organizações associativas patronais, empresariais e profissionais	Reparação e manutenção de objetos e equipamentos pessoais e domésticos	Atividades de exploração de jogos de azar e apostas
Atividades de organizações sindicais	Cabeleireiros e outras atividades de tratamento de beleza	Atividades esportivas
	Outras atividades de serviços pessoais	Atividades de condicionamento físico
		Atividades de recreação e lazer
		Atividades de organizações religiosas e filosóficas
		Outras atividades associativas não especificadas anteriormente
		Lavanderias, tinturarias e toalheiros
		Atividades funerárias e serviços relacionados